

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

VANESSA PASTORINI FELISBERTO

**A CONSTRUÇÃO DO ATOR DA ENUNCIÇÃO NA IMPRENSA FEMINISTA DO
SÉCULO XIX: ANÁLISE SEMIÓTICA DOS JORNAIS *LA CITOYENNE* E *LA FRONDE***

Belo Horizonte

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

VANESSA PASTORINI FELISBERTO

**A CONSTRUÇÃO DO ATOR DA ENUNCIÇÃO NA IMPRENSA FEMINISTA DO
SÉCULO XIX: *ANÁLISE SEMIÓTICA DOS JORNAIS LA CITOYENNE E LA FRONDE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magnoni Tocaia.

Área de concentração: Teorias do texto e do discurso.

Linha: Análise do Discurso (2B).

Belo Horizonte

2021

F315c

Felisberto, Vanessa Pastorini.

A construção do ator da enunciação na imprensa feminista do século XIX [manuscrito] : análise semiótica dos jornais *La citoyenne* e *La fronde* / Vanessa Pastorini Felisberto. – 2021.
159 f., enc.: il., tab.

Orientador: Luciano Magnoni Tocaia.

Área de concentração: Teorias do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 138-143.

Anexos: f. 144-145.

1. Mulheres e jornalismo – Teses. 2. Mulheres na imprensa – Teses. 3. Semiótica – Teses. 4. Análise do discurso – Teses. I. Tocaia, Luciano Magnoni. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DO ATOR DA ENUNCIÇÃO NA IMPRENSA FEMINISTA DO SÉCULO XIX:
ANÁLISE SEMIÓTICA DOS JORNAIS LA CITOYENNE E LA FRONDE**

VANESSA PASTORINI FELISBERTO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 08 de março de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Luciano Magnoni Tocaia - Orientador

UFMG

Prof(a). Daniervelin Renata Marques Pereira

UFMG

Prof(a). José Gaston Hilgert

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Belo Horizonte, 08 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magnoni Tocaia, Professor do Magistério Superior**, em 08/03/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniervelin Renata Marques Pereira, Professora do Magistério Superior**, em 08/03/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Gaston Hilgert, Usuário Externo**, em 08/03/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0550327** e o código CRC **85547360**.

À Vovó Zezé, “com todo amor”.

AGRADECIMENTOS

Brinco que não fui eu quem buscou a área da pesquisa e que na verdade foi ela quem me encontrou. Ao entrar na UFMG, dando início a minha graduação, sentia que navegava em águas desconhecidas, mas que persistia no desconhecido devido a uma espécie de curiosidade. Fazer um mestrado nunca estivera nos meus planos. O que eu não esperava, na verdade, era descobrir um mundo de mulheres que tanto me encantaria, e que me levariam a navegar uma vez mais por águas desconhecidas. Mulheres essas múltiplas e diversas, com mundos inteiros escondidos, a espera de serem desbravados.

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Minas Gerais, por ter sido a instituição que me acolheu durante todos este percurso, e que me deu as asas necessárias para levantar voo. Agradeço à CAPES por ter permitido o meu amadurecimento tão importante neste estágio, à bolsa concedida que me possibilitou ver o universo da pesquisa como um ofício. Agradeço sobretudo às mulheres que me permitiram ter um teto todo meu durante esse período de desenvolvimento, à imagem e semelhança de Woolf. Um agradecimento à minha mãe, à minha madrinha Paula e sobretudo à minha avó Zezé querida, que sei que Deus precisava ter o seu anjo de volta a seu lado. Agradeço aos meus irmãos, Isabela e Rodrigo, que, como eu, souberam construir castelos sobre as cinzas.

Minha sincera gratidão àqueles que me acompanharam desde o início de tudo, os meus queridos mosqueteiros Bárbara, Érico e Petra. Agradeço também aos amigos que vieram depois, encontrados ao longo do percurso da graduação, sobretudo à Isabelle. Sinto-me na obrigação de agradecer ainda as minhas queridas amigas construídas no além-mar, à Kora, à Katerina, à Domenica, ao Neto e à Ester, que me mostraram um outro olhar sobre a vida, um olhar fareense. Retomando as palavras de vovó, amigos de verdade se contam apenas com uma mão; eu acredito precisar de duas.

Não posso deixar de agradecer as pessoas que me acompanharam nos projetos dos quais fiz parte. Ao grupo dos periódicos coordenado pelo Prof^o Sérgio Cirino, à Carla, ao Bruno, ao Leandro e à Priscila. Aos colegas do tempo de IGTI, por serem, cada um à sua maneira, pessoas que brilhavam no meu dia a dia. Ao grupo de leitura do *Choix Goncourt*, tão competentemente coordenado pela querida Prof^a Daniela, que serviu como alívio não apenas literário, mas humano, transmitindo conforto nos momentos de aflição da pandemia.

Gostaria de agradecer a recepção que tive desde o meu ingresso no mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e aos professores que o compõem, em especial à Prof^a

Helcira e à Prof^a Ida, por serem as mulheres potências que tanto me inspiram (e continuam inspirando). Ao Prof^o Luciano, por ter sido meu orientador, bem como por ter oferecido uma orientação semiótica ímpar e pelo seu olhar sobre o texto.

Aos colegas da Representação Discente, ao Leandro, ao Henrique, ao João, à Franciele e à Elisa, que me mostraram o real significado de se trabalhar em grupo. Aos colegas do grupo de Semiótica, em especial aos coordenadores, à Prof^a Daniervelin e ao Prof^o Conrado, por se oferecerem para ensinar as belezas da Semiótica.

Por fim, meus agradecimentos a todos os que, como eu, se encontravam na posição discente do POSLIN, em especial à Natália, à Mariana, ao Fábio, ao Thiago, ao Rafael e à Edna, que sempre estiveram a postos para me auxiliar enquanto pesquisadora e amiga. Agradeço, ainda, aos meus colegas que vieram por outras veredas, à Thayna e aos Pedros pelos cafés filosóficos (tão necessários) nas tardes de estudo e pelos debates sempre motivadores.

“Linguagem para o meu corpo:
um funeral de mim, regado,
gordo, funeral de boninas e
açucenas, alguém repetindo uma
inútil cadência: girassóis para a
mulher-menina”

Hilda Hilst

RESUMO

Neste trabalho, volta-se a atenção para o estudo dos discursos que compõem a história das lutas empreendidas por mulheres francesas do século XIX, tendo como principal referência teórica a Semiótica Discursiva ou Semiótica Greimasiana. O fenômeno do apagamento da história das mulheres ao longo do século XIX é o resultado de diferentes fatores de ordem política e social. Trata-se, sobretudo, do resultado dos discursos construídos a partir da perspectiva masculina, ou limitados pelo campo de percepção de mundo das mulheres letradas. Escassos são os materiais produzidos por mulheres, voltados para as suas necessidades e seus anseios por mudanças, que permitam, de fato, a compreensão de mundo deste grupo social. O século XIX marca, ademais, o aparecimento de uma imprensa ‘feminista’, sendo este um *corpus* rico de ser estudado. Buscamos, nessa perspectiva, construir, no e pelo discurso, a imagem do enunciador e do enunciatário (atores da enunciação), a partir do estudo de dois jornais escritos principalmente por mulheres e publicados na segunda metade do século XIX, *La Citoyenne* e *La Fronde*, e refletir sobre suas implicações para a compreensão da história das mulheres. Num primeiro momento, elucidaremos os aspectos históricos que permitem ilustrar o contexto do século XIX na França, tendo como foco os movimentos que estiveram direta ou indiretamente relacionados à luta das mulheres. No segundo momento, apresentaremos o quadro teórico sobre o qual se baseia esta pesquisa, a semiótica discursiva, em especial a composição do percurso gerativo de sentido. Em seguida, daremos sequência à análise dos cinco primeiros editoriais publicados pelos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, voltando-nos, especialmente, ao nível discursivo do percurso gerativo de sentido. Como resultado, podemos observar a construção de dois tipos diferentes de discursos, um abertamente revolucionário e outro inclinado aos valores conservadores. Por fim, constatamos a construção de um discurso subversivo que grita os seus ideais defendidos, ao lado de outro que constrói seu ponto vista nas entrelinhas dos seus textos; são discursos paradoxais, mas que se pautam em uma causa comum, a saber: a luta das mulheres por direitos. Confirmamos, dessa forma, a hipótese da contribuição dos discursos construídos no interior de ambos os jornais para o movimento feminista que compreendemos na contemporaneidade. Assinalamos, ademais, o apelo às mulheres francesas ofuscadas pela história e que se fazem presente ativamente nos discursos proferidos pelos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*.

Palavras-chave: Semiótica Discursiva; imprensa feminista do século XIX; história das mulheres; atores da enunciação.

ABSTRACT

In this work, attention is turned to the study of discourses that make up the history of struggles undertaken by French women in the 19th century, with Discursive Semiotics or Greimassian semiotics as the main theoretical reference. The phenomenon of the erasure of women's history throughout the 19th century is the result of different political and social factors. It is, above all, the result of discourses constructed from the male perspective, or limited by the field of world perception of literate women. There are few materials produced by women, focused on their needs and their longings for change, which in fact allow the understanding of the world of this social group. The XIX century marks, besides, the appearance of a 'feminist' press, being this a rich corpus to be studied. From this perspective, we seek to build, in and through discourse, the image of the enunciator and enunciatee (actors of enunciation), from the study of two newspapers written mainly by women and published in the second half of the nineteenth century, *La Citoyenne* and *La Fronde*, and reflect on its implications for the understanding of the history of women. In a first moment, we will elucidate the historical aspects that allow us to illustrate the context of the 19th century in France, focusing on the movements that were directly or indirectly related to women's struggle. In the second moment, we will present the theoretical framework on which this research is based, the discursive semiotics, especially the composition of the *parcours génératif du sens*. Next, we will continue the analysis of the first five editorials published by *La Citoyenne* and *La Fronde*, focusing especially on the discursive level of the *parcours génératif du sens*. As a result, we can observe the construction of two different types of discourses, one openly revolutionary and the other inclined to conservative values. Finally, we see the construction of a subversive discourse that shouts out its defended ideals, alongside another that constructs its point of view between the lines of its texts; they are paradoxical discourses, but they are based on a common cause, namely: women's struggle for rights. Thus, we confirm the hypothesis of the contribution of the discourses built inside both newspapers to the feminist movement that we understand in contemporaneity. We also point out the appeal to French women overshadowed by history and who are actively present in the speeches given by *La Citoyenne* and *La Fronde* newspapers.

Key Words: Discursive Semiotics; 19th century feminist press; history of women; enunciation actors.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, l'attention est portée sur l'étude des discours qui composent l'histoire des luttes menées par les femmes françaises au XIXe siècle, avec comme principale référence théorique la sémiotique discursive ou sémiotique grecque. Le phénomène de l'effacement de l'histoire des femmes tout au long du XIXe siècle est le résultat de différents facteurs politiques et sociaux. Elle est avant tout le résultat de discours construits à partir de la perspective masculine, ou limités par le champ de perception mondial des femmes alphabétisées. Il existe peu de matériel produit par les femmes, axé sur leurs besoins et leurs désirs de changement, qui permette en fait de comprendre le monde de ce groupe social. Le XIXe siècle marque également l'émergence d'une presse « féministe », un riche corpus à étudier. Dans cette perspective, nous avons cherché à construire, dans et par le discours, l'image de l'énonciateur et de l'énonciataire (acteurs de l'énonciation), à partir de l'étude de deux journaux écrits principalement par des femmes et publiés dans la seconde moitié du XIXe siècle, *La Citoyenne* et *La Fronde*, et à réfléchir à leurs implications pour la compréhension de l'histoire des femmes. Tout d'abord, nous éluciderons les aspects historiques qui illustrent le contexte du XIXe siècle en France, en nous concentrant sur les mouvements qui étaient directement ou indirectement liés à la lutte des femmes. En second lieu, nous présenterons le cadre théorique sur lequel repose cette recherche, la sémiotique discursive, en particulier la composition du parcours génératif du sens. Ensuite, nous suivrons l'analyse des cinq premiers éditoriaux publiés par les journaux *La Citoyenne* et *La Fronde*, en nous concentrant particulièrement sur le niveau discursif du parcours génératif du sens. Finalement, nous avons constaté la construction d'un discours subversif qui revendique ses idéaux défendus, à côté d'un autre qui construit son point de vue entre les lignes de ses textes ; ce sont des discours paradoxaux, mais fondés sur une cause commune, à savoir : la lutte des femmes pour leurs droits. Nous confirmons ainsi l'hypothèse de l'apport des discours construits à l'intérieur des deux journaux au mouvement féministe que nous comprenons dans la contemporanéité. Nous soulignons également l'appel aux femmes françaises, éclipsé par l'histoire et qui se montrent activement dans les discours des journaux *La Citoyenne* et *La Fronde*.

Mots-clés : Sémiotique discursive, presse féministe du 19^e siècle, histoire des femmes, acteurs de l'énonciation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>La Citoyenne</i>	59
Figura 2 – Publicidade no <i>La Citoyenne</i>	60
Figura 3 – Capa do <i>La Citoyenne</i>	60
Figura 4 – <i>La Fronde</i>	92
Figura 5 – Publicidade no <i>La Fronde</i>	93
Figura 6 – Relatório de polícia impresso no <i>La Fronde</i>	109
Figura 7 – Quadrado semiótico.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percurso gerativo de sentido.....	34
Tabela 2 – Instâncias enunciativas.....	44

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1. Considerações iniciais e justificativa da pesquisa.....	1
2. Hipóteses, escolha de <i>corpora</i> e objetivos da dissertação.....	4
3. Fundamentação teórica, metodologia de análise de textos e organização da dissertação.....	6
CAPÍTULO 1: CONTEXTO HISTÓRICO DA FRANÇA DO SÉCULO XIX: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES.....	8
1.1. Revolução Francesa : Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão x Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.....	10
1.2. Golpe 18 de brumário de 1799: Napoleão Bonaparte e formulação do Código Civil de 1804.....	12
1.3. Monarquia de julho de 1830: desenvolvimento do socialismo utópico ou Saint-simonismo.....	15
1.4. Revolução de 1848: abdicação de Luís Felipe I e início da Segunda República.....	18
1.5. Fim da Segunda República em 1870: Comuna de Paris.....	21
1.6. Terceira República em 1871: fim da Comuna e avanço dos ensinamentos marxistas.....	23
1.7. Correspondência feminista.....	27
1.8. Os jornais do período.....	28
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SEMIÓTICA DISCURSIVA.....	32
2.1. Nível Fundamental.....	35
2.2. Nível narrativo.....	36
2.3. Nível discursivo.....	42
CAPÍTULO 3: ANÁLISE SEMIÓTICA: <i>LA CITOYENNE</i> E <i>LA FRONDE</i>	54
3.1 <i>La Citoyenne</i> : apresentação geral.....	55
3.2 <i>La Citoyenne</i> : análise semiótica.....	62
3.2.1. Estratégias de manipulação e persuasão.....	63
3.2.2. Tematização e Figurativização em <i>La Citoyenne</i>	77
3.3 Os atores da enunciação no jornal <i>La Citoyenne</i> : a análise do <i>éthos</i> e do <i>páthos</i>	83
3.4 <i>La Fronde</i> : apresentação geral.....	88
3.5 <i>La Fronde</i> : análise semiótica.....	95
3.5.1 Estratégias de manipulação e de persuasão.....	96
3.5.2 Tematização e Figurativização em <i>La Fronde</i>	107
3.6 Os atores da enunciação do jornal <i>La Fronde</i> : a análise do <i>éthos</i> e do <i>páthos</i>	116
CAPÍTULO 4: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE <i>LA CITOYENNE</i> E <i>LA FRONDE</i>	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS.....	144
Anexo I.....	144
Anexo II.....	145

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais e justificativa da pesquisa

No período que corresponde desde a elaboração da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* por Olympe de Gouges, em 1791, até o momento catalisador do feminismo na França, ocorrido graças à escritora Simone de Beauvoir e sua obra *O segundo sexo*¹, em 1949, passam-se mais de 100 anos de história da luta pelos direitos das mulheres francesas. Boa parte do período assinalado se encontra, portanto, no século XIX, intervalo considerado responsável pelo amadurecimento das reflexões dos espaços públicos e privados das mulheres.

De facto (*sic*), esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento colectivo das mulheres na cena política. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 9).

Ao avançarmos a reflexão para o período histórico compreendido entre o final do século XVIII e o início do XX, na França, observamos que os estudos empreendidos demonstram unanimidade em relação à precária situação civil das mulheres, já que assinalam, em contrapartida, uma ausência de melhoras significativas nos âmbitos sociais e jurídicos (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985). O aviltamento infringido à mulher da época é frequentemente corroborado por outros fenômenos de ordem econômica, social e política que marcaram o século XIX na sociedade francesa. São acontecimentos frutos do advento industrial, do desenvolvimento científico e da entrada massiva da literatura na política (NORA, 1986, p. 3).

Porta-vozes das causas das cidadãs francesas, muitas militantes que viveram no século XIX conseguiram solidificar seus discursos no fio da história. Observa-se, notadamente, Olympe de Gouges, com a publicação *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791); Jeanne Deroin e Flora Tristan, associadas ao movimento sansimonista em meados de 1848; e André Léo, atuando na comuna de Paris, em 1871. Constata-se, ademais, na Terceira República (1870-1940), os nomes de Marguerite Durand, nos movimentos sindicais e atuando em defesa de uma imprensa voltada exclusivamente para a causa das mulheres, e Hubertine Auclert, autoproclamada como primeira

1 Julia Kristeva (2019), ao se aprofundar sobre o pensamento de Beauvoir na obra *O segundo sexo*, afirma ser este o livro que “marca uma etapa decisiva da emancipação feminina e continua a acera-la”. (p. 43).

feminista², presente nos congressos e comícios em lutas a favor dos direitos civis e jurídicos das mulheres. Vale ressaltar que, apesar de manifestarem indignação contra a opressão feminina, as reivindicações das lutas das mulheres variavam conforme os períodos em que se encontravam, posto que “o tópico central do feminismo não foi sempre o mesmo. Os termos de suas demandas eram cambiantes, e esta é uma característica que podemos atribuir não somente à história das mulheres, mas também às da filosofia, da psicologia e da política.” (SCOTT, 2002, p. 42).

Isso implica afirmar que, segundo as conjunturas de cada época, as mulheres que militavam por conquistas à causa feminina relatam diferentes formas de dominação ao inserirem demandas específicas em suas lutas: revisão da lei do divórcio, demanda pelo sufrágio, direito a participarem das eleições na assembleia, permissão para usufruírem o próprio salário, melhorias para os trabalhos nas fábricas e nos demais setores mercantis, entre outras.

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo [...] acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (BUTLER, 2020, p. 21).

Ao observarmos o panorama das lutas pelos direitos das mulheres somente pelo viés de personagens femininos ilustres, pertencentes aos círculos intelectuais, constatamos a ausência de compreensão de outras tantas mulheres igualmente relevantes para o movimento militante no cenário francês. São as que correspondem, efetivamente, a mais da metade da população francesa do século XIX, a saber: as trabalhadoras, as donas de casa, as lavadeiras, as operárias. O material comumente utilizado no exercício de reconstrução destas personagens ofuscadas, assinaladas como força motora no interior da luta das mulheres, são majoritariamente frutos de observações feitas pelos homens da época. Faz-se referência a conteúdos específicos, como “livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem.” (PERROT, 1988, p. 186).

Isso posto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se compreender o passado das mulheres ocidentais, consoante às ideias de Perrot em sua obra mais recente, *Minha história das Mulheres* (2015). Segundo a autora, a carência de material que possa representar de forma efetiva esse grupo específico coincide com o movimento de apagamento sofrido por elas ao longo da história, o que dificulta a compreensão da identidade das mulheres que viveram no passado. Justifica-se, ainda, o presente trabalho pela importância de não só se ler aquilo que se fala das mulheres, mas também investigar o material que elas produziram, em uma tentativa de fazê-las “sair

2 Hubertine Auclert, além de ser considerada pioneira do sufrágio feminino, também é reconhecida por ser a primeira personagem a se proclamar propriamente como ‘feminista’ em 1876. (CHENUT, 2012).

do silêncio em que elas estavam confinadas”. (PERROT, 2015, p. 16). Para o estudo proposto, tomamos como ponto de partida o anseio de se debruçar sobre a história das mulheres que viveram no século XIX, a fim de retratar a imagem da cidadã francesa no e pelo discurso produzido no período. Ao refletir sobre o problema da construção da história das mulheres, o artigo de Dauphin et al. (1986) sublinha, ainda, a importância de “em lugar de ratificar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina, [...] pode-se propor uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história”. (1986, p. 25). Almejamos, conseqüentemente, contribuir para a compreensão das outras tantas personagens femininas, deixadas à margem da história.

No entanto, é necessário explicitar que o primeiro problema com o qual se depara a presente pesquisa é a ausência de material produzido por esse grupo social. Perrot (1988) explica que o silenciamento da história das mulheres, acarretado pela escassez de material, está diretamente relacionado à carência de fontes diretas. Dentre os motivos existentes para o acesso escasso a dados sobre a parcela feminina da população francesa está a recorrente destruição, por parte das próprias mulheres, dos materiais que produziam³. Outro fator que atesta a deficiência de conteúdos produzidos por mulheres é apontado por Woolf (1929). Para a autora inglesa, o fato de não ter existido uma escritora mulher, como Shakespeare, por exemplo, em muito se deve ao rebaixamento da escrita feminina, em paralelo com a displicência atribuída à educação das mulheres.

É muito interessante notar, todavia, que o século XIX também marca o desenvolvimento de uma imprensa publicada e dirigida, em grande maioria, por mulheres letradas. São produções voltadas exclusivamente para as suas próprias demandas⁴, ocorrendo, inicialmente, de forma tímida, mas evoluindo a publicações com proposições mais solidamente rotuladas como feministas⁵. Nesse sentido, dentre os materiais comumente usados para o estudo sobre a história das mulheres deste período na França, os periódicos são aqueles que oferecem uma relativa amplitude e interessante possibilidade de análise. São eles que, ao serem produzidos pelas mulheres e direcionados para seu próprio grupo social, permitem “transportar, com elas, os obstáculos que, durante tanto tempo, impediram seu acesso à escrita, fronteira proibida do saber e da criação.” (PERROT, 2015, p. 31).

No estudo empreendido por Primi (2006), é possível assumir que “a presença de mulheres na imprensa de forma geral, tanto na imprensa de opinião quanto particular, é pouco conhecida para

3 Perrot (2015) ilustra o hábito da destruição pelas próprias mulheres dos seus diários pessoais, muitas vezes motivada por simples embaraço de ter sua vida ali registrada.

4 Questões relacionadas a vida na sociedade burguesa ou, no caso das socialistas utópicas, voltadas para a situação de trabalho das operárias (PERROT, 2015).

5 Para Abreu (2010), a definição da palavra ‘feminismo’ ou ‘feminista’ pode ser “um conjunto heterogêneo e frequentemente não convergente de teorias e práticas centradas no problema da ‘subordinação’ das mulheres e da criação de condições e meios específicos para suprimir esse problema” (ABREU, 2010, p. 23). Neste caso em especial, o substantivo faz referência às atitudes concretizadas pelo ato de publicação de jornais de/para mulheres.

todo o século XIX, tanto na França quanto na Alemanha.” (p. 16, tradução nossa). A autora retoma a temática dos exíguos estudos sobre os jornais ao perceber uma maior preocupação atribuída à literatura do período, em um estudo comparativo com a escrita jornalística, apesar da suma importância política e econômica conquistada pela imprensa.

2. Hipóteses, escolha de *corpora* e objetivos da dissertação

A reflexão em relação aos jornais publicados pelas militantes da luta feminina permitiu a concepção de duas hipóteses norteadoras da pesquisa. Dessa forma, as questões elaboradas delineiam um esforço pela compreensão mais aprofundada da potencialidade das publicações de / para mulheres do século XIX, em relação ao desafio de reconstruir a história das mulheres.

A primeira questão consiste no feminismo construído no interior dos discursos proferidos pelos jornais do século XIX, configurados como elementos-chave para o movimento feminista a ser concebido posteriormente no século XX. Não sendo importantes apenas para o período correspondido entre 1850 e 1910, os discursos encontrados nestas publicações compreendidos como ferramenta importante na tentativa de compreensão dos pensamentos construídos no interior feminismo ocidental contemporâneo.

Outra questão importante trata das mulheres francesas que viveram no século XIX e que foram não apenas marginalizadas pela história, mas também ofuscadas pelo brilhantismo das mulheres letradas. São as demais cidadãs que, ao contrário do que se infere pelo protótipo social e jurídico de inferioridade e docilidade, estabelecido para a parcela feminina da sociedade, encaravam a revogação do espaço público como uma injustiça que lhes fora imposta. São mulheres essas que, ao contrário, possuíam uma participação ativa, direta ou indiretamente, no movimento pela emancipação feminina.

Ao escolhermos como *corpora* de estudo as publicações encontradas na imprensa, o próximo desafio consistiu em pensar quais periódicos, dentre o conjunto dos que foram publicados ao longo do século XIX, adequar-se-iam ao nosso estudo. Ao longo de todo esse hiato, pudemos constatar o surgimento de publicações dirigidas por mulheres, cujos conteúdos se baseiam na luta de emancipação da mulher e na busca pela conquista de direitos. Entretanto, a imprensa considerada propriamente feminista começa a ganhar espaço somente a partir de 1850 (SCOTT, 2002), sendo este considerado o marco histórico estabelecido para a pesquisa. Segundo estudo realizado por Albistur e Armogathe (1977), entre os anos de 1871 e 1914, encontram-se registros do aparecimento de trinta e cinco jornais caracterizados como exclusivamente feministas na sociedade francesa. Esse

fator possibilitou delimitar, de forma mais precisa, o intervalo de tempo em que se enquadra nossa pesquisa. Em meio aos jornais encontrados no período, foram selecionadas as publicações *La Citoyenne* e *La Fronde*.

O primeiro periódico escolhido para a presente pesquisa, intitulado *La Citoyenne*, teve publicações entre 1881 e 1891. O periódico possuía como editora-chefe a então autoproclamada feminista, Hubertine Auclert, militante já reconhecida nos meios intelectuais por sua luta sufragista⁶. Um dos argumentos que estava em constante pauta pela editora era a ideia de que as mulheres também podiam ser cidadãs, direito que lhes fora negado constantemente pela própria constituição francesa (SCOTT, 2002, p. 171). O segundo jornal que será examinado neste trabalho, nomeado *La Fronde*, publicado pela primeira vez em 1897, foi por muitos anos dirigido pela jornalista e editora Maguerite Durand. O jornal foi o primeiro periódico elaborado exclusivamente por mulheres, constituído por meio de publicações tumultuadas entre 1897 e 1905.

O objetivo geral deste trabalho constitui em uma tentativa de conceber, no e pelo discurso, a imagem do enunciador e do enunciatário (atores da enunciação), construídos no interior de jornais de autoria feminina do século XIX, e suas implicações para a compreensão da história das mulheres. Para tanto, serão estudados os discursos encontrados no interior dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, conforme o quadro teórico-metodológico proposto pela semiótica discursiva francesa, guiados por meio dos seguintes objetivos específicos:

- 1 Elucidar, no estudo do nível narrativo, os enunciados elementares sobre os quais os discursos dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde* são constituídos;
- 2 Examinar, no quadro da sintaxe narrativa, os tipos de manipulação empregados pelo destinador-manipulador dos dois jornais;
- 3 Analisar as diferentes estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador, na concretização da manipulação no nível discursivo, a fim de persuadir o enunciatário esboçados nos dois jornais;
- 4 Observar, no quadro da sintaxe discursiva, como se dão as projeções da enunciação no discurso dos jornais analisados, a partir das categorias de pessoa, tempo e espaço, bem como seus possíveis efeitos de sentido;
- 5 Depreender temas e figuras no texto dos jornais, além de verificar como esses componentes da semântica discursiva reproduzem em tais textos o imaginário social;

⁶ Auclert fundou, em 1876, o primeiro grupo voltado exclusivamente para a reivindicação do direito de voto às mulheres, *le Droit des femmes*. (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985).

- 6 Verificar, em função dos valores característicos de cada um, o *éthos* construído pelos jornais analisados, sendo aqui o *éthos* entendido como imagem ou caráter discursivo que o discurso constrói de seu enunciador, orientando o modo de presença do sujeito no mundo;
- 7 Inferir o *páthos* do enunciatário, ator da enunciação, pressuposto pela existência do enunciado.

3. Fundamentação teórica, metodologia de análise de textos e organização da dissertação

Nesta dissertação, para atingir nosso objetivo principal, apoiamo-nos no quadro teórico-metodológico proposto pela semiótica discursiva de linha francesa, também conhecida como semiótica greimasiana (Greimas, 1973, 1975, 1983; Greimas e Courtés, 1983; Greimas e Fontanille, 1993) e seus desdobramentos no Brasil (Barros, 2002, 2005, 2019 e Fiorin, 1995, 1999, 2016, 2018, 2019). É importante salientar que, embora saibamos que a teoria semiótica postula um *percurso gerativo de sentido* que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em um processo de enriquecimento semântico, trataremos, principalmente, em nossas análises do nível discursivo. Sua relevância é atestada por sabermos que é no nível discursivo o patamar em que a enunciação mais se revela, sendo fácil a apreensão dos valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído (BARROS, 2002).

Pensando o texto como um todo dotado de sentido, serão apreendidos os três níveis de invariância encontrados em seu interior, por meio da observação das suas recorrências e reiteraões, segundo a metodologia estipulada pelo percurso gerativo de sentido. No primeiro nível, o *fundamental*, buscaremos depreender os valores que se encontram na base do texto por meio de uma oposição semântica (BARROS, 2005). No nível subsequente ou *nível narrativo*, visaremos as estratégias de manipulação propostas por um *destinador-enunciador* a um *destinatário-enunciatário*.

Como mencionado, examinaremos, prioritariamente, o último patamar do percurso, o *nível discursivo*, considerado o mais interessante para a pesquisa, posto que este é o momento em que os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação, o qual os converte em discurso. Nesse estágio, serão estudadas as projeções de *pessoa, espaço e tempo*, a *sintaxe discursiva*. O estudo das projeções proporciona encontrar parte dos elementos necessários para o remonte do ator da enunciação (FIORIN, 2008), representando mecanismos de efeitos de sentido de aproximação ou de distanciamento, operados pela instância enunciativa.

Na análise da *semântica discursiva*, por meio do estudo dos componentes relativos aos *temas* e *figuras*, são esboçados e concretizados os valores assumidos na imanência do texto. O estudo das categorias temáticas e figurativas é o que permitirá, efetivamente, a compreensão dos atores discursivos construídos no interior dos jornais, como também instrumento capaz de desvendar os valores ideológicos assumidos por eles.

Esta dissertação se organiza em três capítulos, além desta introdução, da análise contrastiva dos dois jornais e das considerações finais. No primeiro, construiremos um panorama sócio-histórico das lutas travadas pelas mulheres ao longo do século XIX. Não podendo abarcar o conteúdo em sua totalidade devido à amplitude deste e não sendo o foco da pesquisa, optamos por selecionar os eventos dirigidos ou que incidem diretamente sobre as mulheres. Ao final, apresentaremos o desenvolvimento da imprensa feminista, em consonância espaço/temporal com os embates enfrentados por essas personagens.

No segundo capítulo, esboçaremos o quadro teórico a ser utilizado na análise, segundo o viés teórico-metodológico proposto pela semiótica discursiva francesa conforme esboçado por Greimas, (1973; 1975; 1983); Greimas e Courtés (1983), bem como uma síntese dos desdobramentos dos seus estudos no Brasil, sobretudo com as ressonâncias em Fiorin (1995, 1999, 2004, 2005, 2008, 2016a, 2016b, 2018) e em Barros (2002, 2005).

O terceiro capítulo consiste no estudo de cinco edições de cada um dos períodos, *La Citoyenne* e *La Fronde*, por meio das ferramentas oferecidas pela semiótica. Consequentemente, ao estudar, por meio das estruturas linguísticas apresentadas no texto, o sentido presente nos jornais feministas do século XIX, buscamos a elaboração dos atores da enunciação que permitem a compreensão da mulher daquele período histórico, compreendidos como *éthos* e *páthos* discursivo. Partimos da forma de apreensão das experiências do mundo representadas por meio da linguagem, para os encadeamentos lógicos construídos nos primeiros editoriais das publicações, a fim de compreender o existir discursivo dessas mulheres.

A presente pesquisa busca se enquadrar como uma ferramenta para o trabalho de reconstrução das lacunas existentes no percurso histórico do movimento feminista, por meio do aparato teórico-metodológico oferecido pela semiótica discursiva. Concomitante a isso, o intento de se realizar a revisitação de parte do material produzido pelas mulheres no século XIX almeja auxiliar na compreensão do seu espaço de fala, como dar-lhes voz para que possam apresentar, segundo os seus próprios pontos de vista, o mundo que as cercava.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO DA FRANÇA DO SÉCULO XIX: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES

Neste primeiro capítulo, buscaremos fazer um panorama histórico político dos acontecimentos que estiveram, direta ou indiretamente, relacionados às lutas empreendidas pelas mulheres do século XIX, bem como àqueles que as afetaram, política ou socialmente. Para tanto, compreenderemos o século XIX como o período correspondente entre os anos 1789 e 1914 (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994). As duas datas marcam acontecimentos que, em grande medida, simbolizam a transição entre o antigo regime e sociedade moderna: iniciado pela Revolução Francesa (1789) e encerrado pela Primeira Guerra Mundial (1914). Não nos pautaremos, necessariamente, no estudo dos movimentos de rebelião. Os enxergaremos a relação entre os sexos que se desenrolam a partir dos grandes marcos históricos, e suas consequências nos sistemas de representação, conforme proposto por Dauphin et al. (1986).

O século XIX é reconhecido, sobretudo, pelos progressos sociais conquistados pelo povo francês, vide a imposição de um ensino primário laico e obrigatório (1881-1882), o direito sindical (1884), a separação do Estado e da Igreja (1905) (NORA, 1986). Em contrapartida aos avanços assinalados, o período, em muito, contribuiu para a formulação do ideal de *domesticidade feminina* das cidadãs francesas, imputando-lhes a carga dos afazeres do lar e a sua exclusão compulsória do espaço público. Perrot (1998) afirma que, nesse momento, havia lugares “praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos –, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines, salões de chá” (p. 37). A associação da imagem da mulher como mãe de família, submissa ao homem, sendo este compreendido como o *provedor* da casa e detentor da racionalidade, torna-se cada vez mais difundida ao longo desse século, cujos ecos perpetuaram (ou perpetuam) a relação hegemônica estabelecida entre os sexos. A mulher, “membro subordinado da família, não pode alcançar nem a individualidade nem a cidadania” (PERROT, 1998, p. 112), sendo-lhe privado o direito ao voto e restringindo-lhe as atividades ao âmbito doméstico. Entretanto, afirmar que elas se encontram “trancadas em suas funções de esposas ou mães é insuficiente para apreender a riqueza da sua realidade.” (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993, p. 27, tradução nossa).

O movimento de domesticação do *Outro*, citado por Beauvoir (1970)⁷, presente em discursos proferidos e justificados por fatores tidos como ‘fenômenos da natureza’, conforme veremos ao longo deste capítulo, provocou comportamentos em algumas mulheres que, devido a diferentes fatores, empenharam-se para formular reações de defesa. Graças a esses confrontos é recorrente considerar, por parte de estudiosos da luta das mulheres por direitos, (cf. Duby, Fraisse, e Perrot, 1994), o século XIX como o momento de nascimento do feminismo na França. A palavra ‘feminismo’, a título de exemplo, surge pela primeira vez no dicionário francês *Le Robert*, em 1837, o qual atribuiu-lhe o sentido de doutrina, cujos objetivos seriam a extensão dos direitos e deveres das mulheres na sociedade. (MICHEL, 1979). Entretanto, conforme ilustrado por Abreu (2010), a definição do termo não configura uma atitude neutra, variando, todavia, segundo a época e o contexto. Portanto, é necessária uma reflexão sobre os diferentes usos atribuídos à palavra ‘feminismo’, para, só então, identificarmos a aplicação da expressão conforme a conhecemos na contemporaneidade⁸.

O que se observa é uma evolução da significação do termo. Evolução não necessariamente progressiva, pois há quadros de avanços e retrocessos nos discursos proferidos nas lutas das mulheres no século XIX, os quais ilustram o empenho destas personagens para a obtenção de direitos para seu grupo social. Nesse sentido, o termo será aqui empregado conforme postulado por Duarte (2008, p. 197), ao sintetizar que o ‘feminismo’ é “[...] toda ação consciente empreendida na defesa do sexo feminino”, recebendo nuances de acordo com o contexto histórico em que se enquadra.

Ao nos esforçarmos para conceber uma história contada a partir de atuações femininas, empenhamos, conseqüentemente, em nos afastar dos relatos produzidos por homens. Pretendemos endossar, assim, a necessidade de se buscar compreender o silêncio sobre a história feminina.

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 1995, p. 13).

As militantes femininas foram elementos-chave no que se refere à organização de focos de lutas, seja por meio de discursos proferidos, por tomadas de linha de frente nos confrontos armados, ou, a forma que mais nos interessa nesta pesquisa, por meio da publicação de periódicos voltados

7 A autora coloca a alteridade como categoria intrínseca ao pensamento humano; nesse sentido, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela.” (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

8 Conforme atesta Abreu (2010), o feminismo, segundo consta no dicionário Aurélio, é interpretado como um movimento daqueles que preconizam a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher.

exclusivamente à defesa dos direitos das mulheres. Seus discursos eram direcionados àquela outra metade da população da França: mulheres cujas identidades foram ofuscadas ao longo dos anos e que buscaremos retomar discursivamente nesta pesquisa.

A divisão deste capítulo será feita segundo a ordem cronológica dos acontecimentos considerados de maior importância na luta por direitos das mulheres francesas do século XIX, tendo por fim, a estruturação da imprensa destinada exclusivamente a este público. Serão apresentadas as personagens que tiveram papéis cruciais no interior do movimento, bem como os posicionamentos por elas adotados em dadas conjunturas, a fim de criar um terreno para compreender as mulheres a quem os discursos eram dirigidos. Buscaremos, nesse sentido, entender o movimento de luta por direitos das mulheres no seu sentido amplo para, dessa forma, passarmos às personagens que se encontram no ‘plano de fundo’: as cidadãs francesas do século XIX.

1.1. Revolução Francesa : Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão x Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã

No exercício de estudar o fenômeno da Revolução Francesa, em 1789, nos deparamos com a presença de personagens diversificados que participaram de forma influente do movimento revolucionário. Não eram apenas os homens que atuavam nos confrontos, pois foi possível constatar, graças a um retorno histórico, a presença de mulheres pertencentes às classes trabalhadoras e operárias (HUFTON, 1999). Muitas influenciaram de forma direta no movimento, atuando na tomada da Bastilha, em julho de 1789, e na reivindicação pela vinda do Rei a Paris. Outras, apelidadas muitas vezes de *tricoteuses*⁹ e Fúrias da guilhotina, eram mulheres vistas em meio à multidão, lutando lado a lado dos homens, em posse de armamento bélico. A cidade cede, pela primeira vez, espaço para suas cidadãs, permitindo-lhes atuar ativamente no exercício de formação de grupos revolucionários, havendo, desde organizações comandadas e organizadas inteiramente por mulheres, à participação de assembleias (*Ibid.*).

Ao tomarmos como objeto de análise a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, formulada no mesmo ano da queda da Bastilha e do início da revolução, em 1789, constatamos o paradoxo do seu viés político acerca das mulheres. Segundo o documento, eram excluídos da noção de *igualdade* de direitos à participação da vida pública três grupos de indivíduos: pobres com renda inferior a 3 dias de trabalho; serviçais, devido a não garantia de imparcialidade política; e, por fim, as mulheres (*Ibid.*, p. 3, tradução nossa). O indivíduo político era concebido de acordo com a

⁹ Parte de uma conspiração interna por grupos de jacobinos, as *tricoteuses* são, em um primeiro momento, consideradas como símbolo do patriotismo. (HUFTON, 1999, p. 38, tradução nossa).

imagem e semelhança do homem branco rico, sendo este o responsável por gerir os demais membros do grupo social, considerados segundo seus atributos submissos¹⁰. Excluídas por meio do documento ao acesso do espaço público, a capacidade e a atuação das mulheres se tornaram restritas, basicamente, às atividades ligadas à reprodução e, majoritariamente, à educação dos filhos e aos afazeres do lar.

País da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França é, de fato, o penúltimo país do continente a ter concedido o direito de voto às mulheres, em 1944... ‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade’, dizia a Declaração do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram ‘seres humanos’? (PERROT, 1998, p. 120).

Poder-se-ia inferir uma exceção quanto à aceitação, por parte da sociedade como um todo, da participação ativa das mulheres durante a revolução. Entretanto, a sua atuação nos cenários de confronto não perdurou por muito tempo, pois eram rotuladas, pejorativamente, como os ‘fantasmas da subversão’ (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994), com o propósito de remodelá-las a permanecerem ao espaço doméstico. O imaginário das revolucionárias, relacionados às fúrias da guilhotina e *tricouteuses*, passam a receber carga negativa, compreendidas como exemplos de violências. Sequer as mulheres que se posicionaram contra a revolução se viram salvas, sendo apresentadas por “perpetuarem a influência feminina perniciosa que provocou a queda do Antigo Regime”. (PRIMI, 2006, p. 102, tradução nossa). As associações criadas e geridas por militantes femininas, que predominaram nos espaços revolucionários franceses de 1793, passaram a ser proibidas e perseguidas pela polícia (DEVANCE, 1976).

Malgrado a exclusão das mulheres do espaço público, não se pode afirmar o fracasso dos seus esforços empreendidos, visto que “em 1790 suprime-se o direito de progeneração e o privilégio de masculinidade... em 1792, uma lei estabelece o divórcio e com isso atenua o rigor dos laços matrimoniais”. (BEAUVOIR, 1970, p. 141). A ‘liberdade testamentária’ também foi estabelecida¹¹, permitindo aos jovens revolucionários, de ambos os sexos, não temerem represálias por parte dos pais no que tange aos direitos à herança (XAVIER 1996). Todavia, a quantidade ínfima de direitos adquiridos não privava as mulheres dos deveres como membros da sociedade, uma vez que “[...] as mulheres [eram] chamadas a assegurar as funções familiares, mas, enquanto cidadãs, deve[riam] ultrapassá-las para se ocuparem da felicidade comum”. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 37). Suas vidas podiam ser compreendidas segundo a ambiguidade proporcionada pelo fato de se configurarem como um sujeito regido pelas leis do Estado, sem, contudo, se constituírem como um

10 Era-se considerado como indivíduo oprimido aquele que se encontrava submisso ao poder individual de outrem, e que não compartilhava da integralidade dos direitos do cidadão. (GODINEAU, 1995).

11 No Antigo Regime, a figura paterna possuía a liberdade para escrever o seu testamento (ROSENTAL, 1991).

sujeito apto para poder usufruir das potencialidades que este oferecia. Para as mulheres deste período, a expressão *citoyenne* representa um paradoxo, ao constatar que “podemos ser cidadãos, pertencer a um grupo social, mas não possuir direitos políticos”. (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993, p. 13, tradução nossa).

Olympe de Gouges se encontrava no grupo das mulheres que optou por permanecer atuando de forma direta em defesa da causa feminina, questionando os argumentos apresentados pela declaração. Seu poderio não veio da luta armada, mas por intermédio da sua escrita e da sua própria versão, em um primeiro momento, do *Contrato Social* de Rousseau (SCOTT, 2005), e, posteriormente, da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791). Neste último documento, fazendo um paradoxo com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a intelectual apontava que os deveres compartilhados entre homens e mulheres ao cadafalso, caso infringissem a lei, deveriam ser os mesmos¹². Sua escrita proclamava, em síntese, que “[...] tanto o homem quanto a mulher são responsáveis pela reprodução, tendo ambos, portanto, direito à voz pública.” (SCOTT; 2002 p. 85). Não obtendo o devido mérito, na época, pelo seu tratado, o fim obtido por Gouges foi a sua execução na guilhotina em 1793, em frente a um imenso auditório. Sua contribuição para o modo de pensar os direitos das mulheres é inegável, pois “[...] ao feminizar explicitamente, de uma maneira quase obsessiva, a Declaração de 1789, Olympe de Gouges põe em cheque a política do macho e desmascara as exclusões implícitas e as ambiguidades devastadoras de um universalismo acima de toda a suspeita.” (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 53).

Gouges utilizou sua voz para dar eco ao modo como os conceitos universais de igualdade e fraternidade, conforme concebidos pelos republicanos, não poderiam ser enxergados dessa forma enquanto a mulher permanecesse marginalizada (SCOTT, 2002). De acordo com Maria Moraes, no prefácio da *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016), tanto Mary Wollstonecraft quanto Olympe de Gouges representam o que fora o feminismo iluminista, pois ambas compartilharam “da mesma crença da importância da educação e para a universalidade de direitos” (p. 10). Para Gouges, seus ideais defendidos foram responsáveis por seu fim prematuro. Apenas anos mais tarde, como veremos no decorrer desta síntese, o fruto dos seus pensamentos será encontrado fortemente enraizado na imagem de Jeanne Deroin.

1.2. Golpe 18 de brumário de 1799: Napoleão Bonaparte e formulação do Código Civil de 1804

¹² Disponível em: <https://www.ldh-france.org/1791-DECLARATION-DES-DROITS-DE-LA/> Acesso em: 25 de maio de 2020.

A tomada do poder por Napoleão Bonaparte, dia que ficou conhecido como golpe de 18 de brumário, em 1799, inseriria a França em um regime autoritário, conhecido pela imposição de fortes censuras tanto à imprensa quanto às obras literárias (NORA, 1986). O golpe trouxe consigo, no âmbito político, a estipulação do Código Civil de 1804, também conhecido como Código Napoleônico¹³. No texto, Bonaparte, ao analisar a necessidade de unir a ‘nova sociedade’, balançada devido aos repetidos movimentos de revoluções desde a tomada da Bastilha, estabelece a relação entre Estado e Sociedade pela intervenção de um documento específico (JAUME, 2009). A redação do Código Civil buscava, como prioridade, por fim a discussões de temáticas conflituosas, dentre elas a concepção da categoria de indivíduo, da moral, da religião, da família, como também dos interesses existentes entre homens que participam da atividade cívica (JAUME, 2009).

O repertório moral apresentado pelo código civil, ou Código napoleônico, não trouxe contribuições significativas para a causa das mulheres; pelo contrário, o que se observa é um retrocesso quando levantada a questão da possibilidade de integração deste grupo social nas atividades da sociedade. Em síntese, ao abordar a situação das mulheres francesas, o código assinala a interdição do direito ao divórcio¹⁴, o restabelecimento do direito sucessório paterno e o total controle salarial da esposa por parte do marido (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). O casamento passa a ser ressignificado, assimilado a uma necessidade intrínseca à natureza humana, saindo, portanto, do âmbito do particular para adentrar no recinto do controle estatal (JAUME, 2009). Napoleão enxergava a mulher casada como uma potencialidade única, a de ser mãe, e atribuía à família o caráter de “célula básica da sociedade civil”. (PERROT, 1998, p. 112). Eram permitidas, sobretudo, agressões no âmbito conjugal, por parte do cônjuge masculino, em favor de uma sociedade bem estruturada, visando, em específico, a reprodução da espécie (JAUME, 2009). Ao marido, portanto, eram atribuídos plenos poderes sobre a esposa, considerados necessários para a reestruturação do tecido social e para a fundamentação dos valores da família (XAVIER, 1996).

Permanecer uma vida solteira se prefigurava como uma melhor opção para muitas mulheres, em vez de se submeterem às tragédias oferecidas pelo casamento. O Código Civil, por exemplo, permitia direitos civis quase idênticos aos dos homens, às mulheres solteiras de mais de 21 anos, enquanto uma mulher casa era associada aos alienados ou menores de idade (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993). Outras, após se submeterem ao sacramento do matrimônio, se viam livres com a viuvez, e acabavam por permanecer solteiras, o que contrariava os princípios estabelecidos pelo Código Civil¹⁵. O celibato permitia às mulheres uma vida com etiquetas mais fáceis,

13 A designação do código como “Código Napoleônico” se dará em meados de 1807 (XAVIER, 1996).

14 Jaume (2009) observa que, entendido não apenas como compromisso social, mas também como um tratado público, o casamento não pode ser dissolvido por meras questões de incompatibilidade.

15 Ao exaltar a família regida por uma autoridade masculina, o Código Napoleônico se apresentava contrário ao celibato, “porque não só o celibatário não joga o jogo socialmente útil, mas também é suspeito de usar sua

configurando-se como um gesto político, sem a atuação constante das regras impositivas masculinas.

O código napoleónico (*sic*), que fez escola entre os seus vizinhos europeus, oferece, no entanto, uma alternativa às mulheres só: fora do casamento, a rapariga torna-se maior, portanto, responsável por si mesma e pelos seus bens. A ‘mulher só’, contrariamente à esposa, conserva os mesmos direitos que o homem, sem, no entanto, se transformar jamais em cidadã. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 482).

O desafeto do então Imperador Napoleão para a parcela feminina da população francesa não era algo indireto, apesar de não haver, entretanto, na redação do Código Civil, nenhuma justificativa para o motivo da não concessão de direitos às mulheres (PRIMI, 2006). O Imperador, ao contrário, deixava explícito o seu descontentamento em relação às mulheres ilustradas, ao criticar abertamente os salões intelectuais promovidos pelas personagens femininas pertencentes à alta sociedade francesa. Os encontros atraíam membros dos altos escalões políticos, tanto da França, como da Europa, e eram, muitas vezes, regidos por mulheres com certa notoriedade nos círculos intelectuais, como os eventos promovidos pela escritora Mme de Stäel (ABRAHAM; DESNÉ, 1987). A capacidade persuasiva destas mulheres, atestada pelo sucesso dos seus salões literários e do público que os encontros cativava, colocava em xeque o poderio do Imperador (NORA, 1986). A título de lição, Napoleão Bonaparte, após censurar *Delphine* (1802) e *Corine* (1807), de Stäel, por tratarem de temas políticos e sociais tomados como sendo perigosos (SCHWARTZ, 2017), impõe à escritora o exílio forçado. Ao contrário de silenciar Stäel, o exílio permitiu-lhe atestar a importância e a utilidade da sua tribuna literária. Mme de Stäel declarou que sua exclusão do espaço público intensificou sua independência de espírito e permitiu à sua escrita desenvolver aspectos políticos e pessoais (LOTTERIE, 2000). Às mulheres, todavia, era atribuído o ideal de sentimentalismo, docilidade inata e submissão natural.

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. (PERROT, 1988, p. 179-180).

Beauvoir (1970) chama atenção para o fato de que, caso a mulher de carne e osso fugisse à definição atribuída ao nomeado ‘eterno feminino’, estaria ela fugindo ao que seria natural do seu sexo. Por mais que as mulheres estivessem sempre presentes nas obras publicadas, seu uso, nesses casos, ficava restrito na renovação dos estereótipos estabelecidos por meio do ponto de vista masculino. Nas palavras da autora,

faculdade de reprodução apenas anarquicamente...” (XAVIER, p. 466, tradução nossa).

[...] à existência dispersa, múltipla *das* mulheres, o pensamento mítico opõe o Eterno Feminino único e cristalizado; se a definição que se dá do Eterno Feminino é contrariada pela conduta das mulheres de carne e osso, estas é que estão erradas... Na realidade concreta, as mulheres manifestam-se sob aspectos diversos; mas cada um dos mitos edificadas a propósito da mulher pretende resumi-la inteiramente. (BEAUVOIR, 1970, p. 299 - 300, grifos da autora).

Poder-se-ia considerar as obras literárias de autorias femininas um contraponto às ‘musas inspiradoras’, tão presentes nas publicações masculinas. Contudo, muitas mulheres acabavam sucumbindo ao estereótipo imposto pela sociedade, produzindo, em sua maioria, “romances e livros normativos... que deveriam se expressar apenas como educadoras e babás de costumes”. (PRIMI, 2006, p. 257, tradução nossa). Àquelas que optavam por resistir aos modelos regulamentares a serem seguidos por meio da escrita o faziam por meio da redação de ensaios políticos, literatura ficcional, e, sobretudo, por intermédio da participação na imprensa de opinião. Primi (2006) considera que, ao publicar um texto que escapa às identidades femininas impostas, as mulheres escritoras passam a exercer, em contrapartida, uma atitude política.

1.3. Monarquia de julho de 1830: desenvolvimento do socialismo utópico ou Saint-simonismo

O advento da industrialização em massa, ocorrido na França em meados de 1830, é acompanhado por uma nova corrente teórica: o sansimonismo. Base para o socialismo utópico, o sansimonismo foi idealizado pelo intelectual Claude Henri, também conhecido como Conde de Saint-Simon (1760-1825). Descrito “como um homem de espírito aberto e utópico, frequentemente profético e mestre-pensador de uma escola filosófica, uma sociedade econômica, bem como de uma seita religiosa”. (AMARANTE, 2010, p. 112), a doutrina postulada por Saint-Simon visava, em súmula¹⁶, “uma reformulação radical da estrutura social para tratar dos problemas urgentes de pobreza e desigualdade social”. (PILBEAM, 2000, p. 17, tradução nossa). O cerne do sansimonismo acreditava nas possibilidades originárias do advento da indústria, por ser ela a solução do problema da exploração do ‘homem pelo homem’¹⁷.

Após a morte do conde, em 1825, seus ensinamentos são retomados por um grupo de jovens intelectuais, dentre eles o novo mestre da doutrina, Barthélémy Prosper Enfantin (1796-1864). Permanecendo na mesma esteira de pensamento do seu fundador, Enfantin argumentava as origens

16 Constata-se uma dificuldade para traçar os contornos do sansimonismo, segundo afirma Veauvy (2017); o autor justifica essa característica devido à pluralidade dos domínios sobre os quais o sansimonismo recobre, sendo tanto uma doutrina como uma escola religiosa, e incluindo seu caráter de laboratório de ideias sociais.

17 “É ela (indústria) quem, levada ao seu fim lógico, deve pôr um fim à guerra inter-humana, pôr um fim à exploração do homem pelo homem e permitir que a humanidade passe do antagonismo à associação.” (ABRAHAM; DESNÉ, 1987, p. 607, tradução nossa). Para tanto, os sansimonistas acreditavam na distribuição dos lucros da indústria a todos os seus membros de forma igualitária, por meio da revogação de hierarquia.

dos problemas enfrentados pelas mulheres como consequência do sistema vigente¹⁸. Ao tratar da temática do casamento, por exemplo, Prosper encarava a cerimônia burguesa como um mal a ser extirpado do corpo social, por estar associado a arranjos de sociedade desiguais. Observa-se, por exemplo, que “o casamento contemporâneo foi condenado porque o duplo padrão de moralidade sexual prevalece na sociedade, combinando com a incapacidade das mulheres de se sustentarem economicamente, forçou-as a se prostituírem literalmente ou ao se casarem.” (FORGET, 2001, p. 85, tradução nossa).

O que Enfantin propõe seria, contudo, a separação entre os gêneros a partir das diferenças naturais. Devance (1976), ao estudar a evolução do feminismo no sansimonismo constata que “a especificidade natural dos dois sexos justificaria a emancipação da mulher: seu potencial é insubstituível, ela deve ser capaz de desenvolvê-los no nível individual, familiar e social”. (p. 87, tradução nossa). Esse fenômeno tornaria possível a elaboração de um ‘casal ideal’, com homens e mulheres complementando as necessidades uns dos outros, de acordo com suas especificidades e talentos naturais, e estabelecendo, assim, uma união de igualdade (FORGET, 2001). Por meio do projeto de *família universal*, pautado na imagem de Enfantin como a representação do pai e, posteriormente, a da adepta do sansimonismo, Claire Bazard, como a da mãe, os problemas ocasionados pela divisão de classe seriam sanados. A sociedade deveria ser constituída à imagem de uma grande família, baseada na divisão sexual: ao homem seria atribuída a característica de ‘reflexão’, e à mulher, a de ‘sentimento’¹⁹.

O sansimonismo se torna, sob as rédeas de Enfantin, o primeiro grupo socialista francês a se voltar para a causa feminina (MOSE, 1984), persuadindo mulheres militantes sobre os valores defendidos pelo movimento. Mesmo que pertencentes ao círculo social próximo aos adeptos do sansimonismo, outras mulheres, além da supracitada Claire Bazard, começaram a se integrar e a participar ativamente da doutrina, o que contribuiu para a evolução da reflexão acerca dos problemas das mulheres na sociedade francesa do período²⁰. A partir de 1831, a hierarquia sansimoniana se encontrava dividida entre masculina e feminina, sendo a primeira sob a liderança de Enfantin, e a das mulheres, a cargo de Claire Bazard.

Graças à harmonia estabelecida entre homens e mulheres, permitiu-se, inclusive, a ascensão de mulheres ao alto escalão do sansimonismo, com a atribuição de celebrações de cerimônias oficiais a cargo de personagens femininas. Nesse cenário, a adepta do pensamento sansimonista,

18 Segundo Pilbeam (2000), a prostituição, aos olhos dos sansimonistas, é um fenômeno decorrente do abandono das mulheres em situação de pobreza.

19 Moses (1984) constata que, ao contrário da supremacia vigente ao atributo da ‘razão’, o sansimonismo eleva os valores ligados ao sentimento.

20 Homens e mulheres se veem atrelados aos objetivos de liberação das mulheres e dos operários (PILBEAM, 2000, p. 78, tradução nossa).

Flora Tristan, surge na cena política almejando a luta pela emancipação feminina e pela emancipação dos salarizados (MICHEL, 1979). Na sua defesa pelos trabalhadores contra a ordem burguesa, Flora acreditava que “as injustiças lhes são impostas são o resultado da violência da sociedade baseada no lucro”. (AMARANTE, 2010, p. 113). Todavia, a sansimonista constata que “o interesse pela terrível situação do mundo operário não implicará no recrudescimento da luta pelas mulheres que sofrem uma dupla exploração: pelo sexo e condição social” (*Ibid.*, p. 115). Para tanto, Flora acreditava no poder da sua escrita como arma a favor daqueles que sofriam das misérias, traduzindo suas palavras e materializando suas próprias reflexões, conforme pode ser verificado nas publicações *Peregrinations d'une paria* (1838), *Promenades en Londres* (1840) e *L'Union ouvrière* (1843). Como última atitude, Flora percebe que deve dirigir-se pessoalmente aos círculos de operários da França, empreendendo, em 1844, o movimento que ficou conhecido como ‘*Tour de France*’, visitando diversas cidades francesas: Auxerre, Dijon, Chalon, Saint-Etienne, Lyon, Marselha, Avignon, Toulon, Montpellier, Béziers, Carcassonne, Toulouse e Bordéus. “Em cada parada, organiza reuniões, faz visitas a personalidades importantes, oficinas de trabalhadores, tenta um trabalho verbal de sensibilização até o esgotamento físico, que culmina com sua morte, no mesmo ano.” (AMARANTE, 2010, p. 115).

O avanço das ideais progressistas, ou da formulação do chamado *casamento experimental*²¹, implementados a partir de 1832, por Enfantin, acaba por desagradar as militantes femininas do movimento, por considerarem os novos fundamentos estabelecidos como imorais. Com a justificativa da ‘espera da mulher’ e, argumentando a necessidade de uma mulher considerada mais adequada, capaz de auxiliá-lo na reformulação dos dogmas moralizantes adotados pelo sansimonismo (FORGET, 2001), Prosper Enfantin opta por remover todas as mulheres do quadro hierárquico da doutrina, por meio daquilo que seria um divórcio com a figura da ‘mãe’, tal como concebida anteriormente. Decretada a prisão de Enfantin, no mesmo ano, seus discípulos se dividiram pela busca, então necessária, de uma ‘Mulher messias’²², em uma viagem para o oriente, rumo ao Egito²³.

Apesar dos atritos existentes entre os adeptos da doutrina sansimoniana, o movimento permitiu às mulheres amadurecerem enquanto associação feminista e possibilitou-as se estruturarem, pela primeira vez, enquanto organização independente.

21 As mulheres não conseguiriam alcançar o seu potencial sentimental, capaz de libertá-las das amarras da sociedade, constrangidas pelas regras do casamento convencional. O que Enfantin propõe, contudo, são uniões temporárias, das quais as relações seriam baseadas no amor livre (PILBEAM, 2000, p. 82, tradução nossa).

22 “A Mulher messias seria uma mulher que tivesse os dons intelectuais necessários para assumir um lugar de igualdade ao lado de Enfantin, para que, juntos, pudessem liderar os santos simonianos.” (FORGET, 2001, p. 87, tradução nossa).

23 “Na prática, a experiência das mulheres no sansimonismo, antes do verão de 1832, foi caracterizada por competitividade e ciúme entre si e submissão à autoridade do ‘pai.’” (MOSES 1984, p. 59, tradução nossa).

O socialismo teria conseguido proporcionar o afloramento da massa de mulheres proletárias, que implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento de seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade, por meio de seu livre desenvolvimento intelectual e profissional. (ANDRADE, 2015, p. 268).

O sansimonismo permitiu, ademais, às suas discípulas, o desenvolvimento de uma escrita engajada, ao responsabilizá-las por parte da documentação existente, constatando que “são elas que vão se tornar as autoras de uma parte importante da massa de escritos legados pelas sansimonianas, os quais se agrupam em grandes categorias: i) os escritos de tipo jornalísticos; ii) o gênero epistolar; iii) as brochuras e autobiografias” (VEAUVY, 2017, p. 15). Os jornais publicados por essas mulheres, vide o *La Femme nouvelle* (1832) e o *La Femme libre* (1832), na iniciativa de propagar e discutir os novos desmembramentos da doutrina sansimoniana, constituíram o que hoje se considera como a primeira imprensa feminista (PERROT, 2015).

1.4. Revolução de 1848: abdicação de Luís Felipe I e início da Segunda República.

A instauração da Nova República trouxe consigo novos ares para as lutas dos direitos das mulheres. Em consonância com os propósitos das teorias socialistas, os esforços pela emancipação das mulheres nesse período se vê indissociável da emancipação da classe trabalhadora, fazendo do feminismo deste período um feminismo socialista (ALBISTUR; ARMOGAHTE, 1977, p. 449). Sendo a classe das mulheres trabalhadoras a classe mais explorada, viam-se as operárias sofrer abusos, tanto por parte dos patrões, quanto pelos encargos imputados no seio familiar²⁴. Nas fábricas, as mulheres ficam encarregadas das tarefas mais peníveis para o corpo, expostas às altas temperaturas e a frios congelantes, com salários que não chegam à metade do recebido pelo sexo masculino²⁵. Aquelas que trabalhavam com a indústria têxtil eram as mais prejudicadas no quesito salarial, tendo em vista a necessidade de exercerem a atividade costureira no âmbito doméstico, sem limite de tempo nem de pagamentos adequados, notadamente após o advento da máquina de costura.

24 “As mulheres poderiam tornar-se ‘socialmente assexuadas’ ao fazerem trabalho de homem e podiam emascular os seus maridos se passassem muito tempo fora de casa a ganhar os seus salários”. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 465).

25 Albistur e Armogathe (1977) constatam que, em 1848, o salário médio de um trabalhador na França correspondia a 1,75 francos, enquanto que, para a mesma carga horária, uma trabalhadora recebia 77 centavos.

O caso da confecção questiona também a imagem idealizada do trabalho executado no domicílio como adequado para as mulheres, por permitir a combinação da domesticidade e do trabalho remunerado... As trabalhadoras de vestuário eram habitualmente pagas à peça e os salários na maioria dos casos tão baixos que dificilmente elas podiam subsistir com o que ganhavam; o ritmo e os horários de trabalho eram intensos. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 450).

Dadas as dificuldades de subsistência com salários tão diminutos, muitas mulheres optaram por outras formas para completarem a renda; ou se tornando prostituta ou se tornando empregada doméstica²⁶. Em todos os cenários, “sem instrução, sem formação profissional, sem proteção legal, elas se veem entregues ao livre arbítrio do patrão” (ALBISTUR; ARMOGAHTE, 1977, p. 475, tradução nossa). No esforço de reduzir as desigualdades, um grupo de mulheres organizou clubes, como *la Société de la Voix des Femmes* (1848), fundado por Eugénie Niboyet. As associações tinham como intuito debaterem e reivindicarem a criação de cooperativas de trabalho, nas quais os salários e as horas de trabalho seriam mais justos. Entretanto, o projeto não pode seguir adiante, por falta de apoio do governo (*Ibid.*). Nesse cenário, a sansimoniana Jeanne Derooin apareceu como porta-voz das reivindicações das operárias, por defender a necessidade de atribuição de direitos às mulheres e o acesso à educação, incluindo, em seus discursos, a educação para os trabalhadores das indústrias. Derooin apostava na possibilidade de transformação da sociedade e no combate à miséria, não por meio da violência, mas por meio do ensino (RANVIER, 1908). Seus trabalhos deram continuidade às demandas proferidas por Olympe de Gouges, acrescidas, no entanto, da reflexão provinda dos sansimonistas, a qual compreendia que o direito ao trabalho e o direito ao voto estavam, em 1848, indissolúvelmente entrelaçados. Esse pensamento tornou Jeanne considerada a “mais ativa e mais militante das mulheres que se encontravam no movimento de 1848” (ZÉVAÈS, p. 127, tradução nossa). Para tanto, a sansimonista buscava tratar de “organizar associações operárias para discutir a questão salarial e promover a mobilização pelo voto”. (SCOTT, 2002).

O paradoxo do voto a ser encarado por Jeanne Derooin tem raízes, em suma, na *Declaração do Direito do Homem e do Cidadão*, que fora reforçado pela nova constituinte (1848). Tal documento restaurava, pelo breve período de um ano, o chamado *sufrágio universal*, atribuindo, novamente, o direito ao voto os cidadãos aos franceses maiores de 21 anos, que estivessem em dia com todos os seus direitos civis e políticos, e a todos os homens maiores de 25 anos²⁷. No documento, constata-se a decisão de não incluir a extensão do sufrágio às cidadãs francesas. A

26 A origem da prostituição e dos encargos domésticos sobre as mulheres seriam consequências do sistema ao qual elas estavam submetidas, porque “lhes foi negada a chance de realizar um trabalho adequadamente remunerado”. (PILBEAM, 2000, p. 76, tradução.nossa).

27 Ao contrário do sufrágio censitário, implementado em 1815, o sufrágio universal de 1848 não demandava a contribuição por renda do cidadão. Contudo, sua existência não foi duradora, desaparecendo com restabelecimento do Império, em 1852. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/fiches/23911-les-etapes-de-la-conquete-du-droit-de-vote> Acesso em: 27 de maio de 2020.

justificativa apresentada pelos redatores do documento se baseou no que seriam os limites naturais das mulheres e sua condição de pessoa inter-dependente²⁸. Não apenas novamente excluídas como cidadãs, as mulheres são barradas dos grupos de organizações políticas em voga na época, pelo fato de a presença delas ser, uma vez mais, considerada perigosa aos bons costumes.

A perda progressiva de espaço para as mulheres incitou Jeanne e as demais sansimonianas a adotarem uma abordagem diferente, propondo a candidatura da então renomada escritora George Sand para um cargo na Assembleia Legislativa (ALBISTUR; AMORGATHE, 1977). O argumento usado pelas socialistas, a fim de justificar o empreendimento, consistia no fato de que os homens não olhariam para as necessidades das mulheres, da mesma forma como os burgueses não olhariam para as do proletariado (SCOTT, 2002). Sand opta, contudo, por desdenhar a defesa pelo direito ao voto, sendo unicamente relevante para a autora a demanda pela reformulação do direito civil das mulheres casadas (ALBISTUR; AMORGATHE, 1977). Todavia, Jeanne Deroin toma para si a responsabilidade²⁹, lançando sua própria candidatura para a assembleia legislativa em 1848. Apesar do caráter revolucionário, os esforços de Jeanne foram todos derrubados com argumentos de que “a constituição não abriu às mulheres as portas das assembleias deliberativas e o dever exige que se curvem às prescrições da Constituição” (ZÉVAÈS, 1931, p. 132, tradução nossa).

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), sansimonista responsável pela propagação de discursos misóginos no período, foi um dos responsáveis pelo descrédito das ações de Jeanne Deroin³⁰. As abordagens de Proudhon buscavam reforçar a superioridade masculina face à feminina, tanto por publicações de obras como *De la justice dans la Révolution dans l'église* (1858), tanto por meio de ensaios publicados em alguns jornais da imprensa da época³¹. Seus embasamentos, muitas vezes extremistas, encontravam justificativa na ciência, em grande medida graças ao avanço das constatações observadas por analogias³², como a da suposta inferioridade cerebral feminina de 2/3 quando comparada com um homem (ANDRADE, 2015).

Tendo aparecido pela primeira vez na literatura frenológica em 1830, as implicações dos resultados de paridades, tiradas, por exemplo, com base na comparação entre cérebros e crânios, se

28 “Com efeito, uma das razões da exclusão das mulheres das fileiras dos indivíduos e dos cidadãos tinha a ver exatamente com a sua condição de pessoas (inter-dependentes) em virtude de seus deveres para com os filhos, para com o marido e para com a sociedade” (SCOTT, 2002, p. 121).

29 “Enfim, em 21 de abril, a candidata se apresenta ao comité democrático socialista, uma tipo de organização eleitoral central da democracia socialista, que valida, em último caso, as candidaturas apresentadas pelos – ou em frente – clubes” (ZÉVAÈS, 1931, p. 133, tradução nossa).

30 Beauvoir (1970) relembra o ataque sofrido por Jeanne Deroin, por Proudhon, durante o banquete das mulheres socialistas.

31 Vide *Le Peuple* (1848-1849), *La justice* (1858) e *La pornocratie ou Les femmes dans les temps modernes* (1875).

32 Andrade (2015), ao analisar os escritos de Proudhon, constata que, “de acordo com ele, os homens teriam maior potencial físico e intelectual por terem cérebros diferenciados, o que os tornaria aptos a desempenhar funções públicas. Já as mulheres... deveriam ser relegadas aos assuntos domésticos, próprios à sua frágil constituição física e mente limitada”. (ANDRADE, 2015, p. 265-266).

solidificam no discurso científico em 1850 (STEPAN, 1994). Construídas e descartadas segundo a demanda vigente, por parte dos poderes dominantes, as analogias eram reinterpretadas no exercício constante de renovação dos ‘conhecimentos’ que já se encontravam estabelecidos.

Observou-se que a mulher se igualava aos negros pelo crânio estreito, infantil e delicado, tão diferente das mais robustas e arredondadas cabeças que caracterizavam os machos de raças ‘superiores’ ... As mulheres e as raças inferiores eram consideradas impulsivas por natureza, emocionais, mais imitadoras que originais e incapazes de raciocínio abstrato e profundo igual ao do homem branco. (STEPAN, 1994, p. 74).

A credibilidade atribuída a tais argumentos foi extensa³³, mas não devido à veracidade dos fatos assinalados. O mérito atribuído aos pensamentos frenológicos em muito se deu por eles se posicionarem de forma congruente com a expectativa cultural futura (STEPAN, 1994). Os adeptos da nova vertente do sansimonismo se valiam do argumento de diferenças naturais, reforçando os novos valores misóginos encontrados na doutrina³⁴, como forma de justificarem seus argumentos de retirarem o apoio as lutas feministas, em benefício exclusivamente do proletariado, deixando suas companheiras militantes em um combate solitário. Consequentemente, ao final da IIª República, as mulheres se viram mais desamparadas de direitos políticos quando comparado com o reinado de Luiz Felipe. (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977, p. 458).

1.5. Fim da Segunda República em 1870: Comuna de Paris

A Comuna de Paris, de 1871, marca, por um breve período de dois meses – que vai de 18 de março a 28 de maio –, a conciliação entre o interesse de classe e o interesse de sexo, em favor da construção de uma República igualitária. Tendo como ponto de partida o fim do Império de Napoleão III, acrescido da constante ameaça da invasão de Paris pelo exército prussiano, um grupo de parisienses é levado a repensar a sua forma de governo³⁵. Os republicanos, contrariando as demandas da população, desejavam o armistício com a Prússia, o que, para os habitantes de Paris, bem como para os revolucionários e os operários, se configurava como uma traição contra o seu próprio povo (MENDES, 2011). A população da capital francesa empreendeu uma luta pela tomada de poder, instaurando um regime pautado na importância “dos orçamentos participativos, da

33 Michelet, ao publicar *La femme* pela primeira vez, em 1859, também “recorre a estudos científicos para justificar a inferioridade biológica e anatômica das mulheres e sua conseqüente incapacidade de atuar como sujeitos históricos” (ANDRADE, 2015, p. 266).

34 Conforme assinala Régnier (2005), intelectuais do período, como o matemático Olinde Rodrigues, acreditam ser a submissão feminina aos homens um fenômeno da ordem do natural, o que não a impedia, necessariamente, de desenvolverem novos atributos.

35 Tem-se, ademais, a desilusão encarada pelos cidadãos, pelo fracasso da II República instaurada após a queda do Império, em 4 de setembro de 1870 (MENDES, 2011).

igualdade salarial e da abolição de todos os privilégios e imunidades que tradicionalmente desfrutava a classe política e a burocracia estatal”. (BORON, 2011, p. 247)

Schulkind (1950) ressalta que o sucesso para a criação do governo na comuna se deu, em grande medida, graças à coragem e à vigilância das mulheres que se encontravam no interior do movimento. Foram elas quem, segundo o autor, se organizaram com a Guarda Municipal, colocando-a contra o governo republicano e permitiram as eleições da Comuna pela população parisiense³⁶, em 26 de março de 1871. Contudo, os dirigentes do movimento não se preocupam em atribuir nenhuma atividade às mulheres, sendo que os esforços organizados por esses personagens femininos, percebidos ao longo dos estudos da história da comuna, foram estruturados, na verdade, por elas mesmas (SCHULKIND, 1950). A maior associação feminina criada e dirigida por mulheres foi a *l'Union des femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés*³⁷ (1871), tendo como responsáveis Elisabeth Dmitrieff e Nathalie Le Mel. Dentre as atividades exercidas pelo grupo, podemos citar a proteção da população civil, tratamento dos feridos, demanda pela imposição de um ensino laico, organização do trabalho feminino e recrutamento de mais mulheres para a causa³⁸. As associações são compostas, majoritariamente, por mulheres pertencentes à classe operária, representando, pela primeira vez, a luta pela emancipação feminina, na prática, ligada à luta da emancipação das mulheres operárias (*Ibid.*, p. 29, tradução nossa).

Apesar da intensa atuação das associações femininas no período de defesa do movimento revolucionário e da sua autogestão, diligentes da comuna não caracterizaram as atividades empreendidas pelas mulheres como oficiais, obrigando-as a exercerem suas atividades de forma *quasi-oficial* (*Ibid.*). O rebaixamento, contudo, não diminuiu os esforços empreendidos por estas mulheres, como é o caso das atuações da militante André Léo. Pseudônimo para Léodile Champseix, André Léo é conhecida por seus romances, ensaios e, principalmente, seu trabalho empenhado como jornalista na cobertura da Comuna de Paris. Seus escritos forneciam à população o panorama da participação feminina no combate, tanto na linha de frente quanto nas assembleias das associações. Eles também relatavam as mortes dos combatentes anônimos, estruturando uma “batalha de opinião e do futuro, erguendo antecipadamente os insurgentes em vítimas e mártires” (COSSET; MALANDAIN, 2016, p. 9, tradução nossa).

36 A Comuna passa a ser, nesse momento, apoiada por membros do exército e da marinha, que se colocaram a favor da população e se recusaram a defender o governo republicano. (MENDES, 2011, p. 82).

37 A associação pode ser definida como “um grupo feminino animado por uma ideologia revolucionária, que viu a necessidade de as mulheres se organizarem e lutarem ativamente ao lado dos trabalhadores, a fim de conseguirem sua própria emancipação.” (SCHULKIND, 1950, p. 29, tradução.nossa). O movimento servirá, ainda, de exemplo para outros grupos organizados por mulheres, como: *Commission d'Enquête et d'Organisation du Travail de la Commune*, *Éducation nouvelle*, *Club de la Délivrance*, *Comité des Citoyennes*, todos em 1871.

38 Conforme Schulkind (1950), não é possível traçar uma trajetória clara das demandas apresentadas pelas associações, devido à escassez dos materiais remanescentes do período.

Essas mulheres serviram como exemplo de revolucionárias, apresentando aos homens suas capacidades de organização em favor de uma causa comum. Tal poder atribuído às mulheres, mesmo que necessário para a tomada de poder, não é percebido com bons olhos por aqueles que estão no poder, tornando-as figuras perigosas para a própria República.

Há dois clichês que tornavam a mulher inimiga da República. O primeiro dizia respeito à figura da mulher indisciplinada, sexualmente agressiva e irracionalmente desordeira, que a iconografia popular frequentemente usava [...] O segundo clichê que transformava a mulher numa ameaça à República caracterizava-a como serva pia e supersticiosa do padroado. (SCOTT, 2002, p. 172-173).

O uso da imagem das chamadas ‘*pétroleuses*’³⁹, representando as supostas velhas mulheres que vagavam pelas ruas de Paris à noite, com garrafas de explosivos, serviu como instrumento de propagação do imaginário da mulher descontrolada, de fúria indomável (FEDERICI, 2017). Por mais que nunca se tenha realmente constatado a existência das ‘*pétroleuses*’, era-se possível encontrar, contudo, algumas mulheres nas linhas de frente dos confrontos, como durante a chamada *Semana sangrenta*, marcada pela execução e pela deportação de centenas de partidários da Comuna. Consequentemente, nos ofícios emitidos pelo Conselho de guerra, constituído com o propósito de julgar as atitudes dos militantes após a queda da Comuna (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977), foi-se consagrado o ‘*procès des pétroleuses*’, que condenava o grupo de mulheres que lutou no movimento à morte ou à deportação. Novamente aqui o poder de organização destas personagens femininas, atestado desde a tomada da Bastilha, não era visto, como somos levados a crer, com maus olhos por aqueles que participavam destas movimentações. Ao contrário, era-se esperado, por parte dos homens, que as mulheres apresentassem tal atitude, para que, posteriormente, coubesse exclusivamente a elas a continuidade da ação. Deste modo, era atribuído a elas, nesse segundo momento, o dever de se contentarem apenas a apoiá-los⁴⁰.

1.6. Terceira República em 1871: fim da Comuna e avanço dos ensinamentos marxistas

A implementação da Terceira República na França, período que começa logo após a Comuna de Paris (1871) e vai até meados da Segunda Guerra Mundial (1940), reagrupará todas as demandas das mulheres, relativas aos movimentos precedentes, principalmente a luta a favor do *sufrágio feminino*, conforme ilustraremos mais adiante. Com o advento dos moldes capitalistas de produção,

39 A tradução para ‘*pétroleuses*’, em português, seria bem-aceita como ‘as petroleiras’. Entretanto, manter o termo na escrita do texto, tal qual concebido no discurso histórico, permite uma melhor compreensão dos aspectos elencados na construção da exposição.

40 “As relações entre os sexos no decurso da insurreição encontram-se portanto modificadas: enquanto as mulheres têm um papel motor por ocasião de levantamentos mais ou menos espontâneos, são postas de lado logo que o acontecimento é dirigido por associações revolucionárias”. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 25).

tem-se o desenvolvimento das teorias marxistas, que começam a ser divulgadas por toda Europa. Passa-se a ter um novo olhar sobre as lutas das mulheres, ao declararem que, ao lado da opressão sofrida no seio da família burguesa⁴¹, tem-se também o olhar recaído sobre a opressão imposta pelo patronato

É no fato de que a trabalhadora é proletária e feminina: ou seja, não só trabalha na fábrica e em casa, mas também que a forma de sua participação na produção é predeterminada por seu status de mulher (ARTOUS, 1978, p. 5, tradução nossa).

A principal marca do período entre 1870 a 1914, na França, consiste, portanto, na introdução das ideias marxistas nos círculos intelectuais. São traduzidos para o francês os ensaios *Misère de la philosophie*, em 1847, e o *Capital*, entre 1872 a 1875. Entretanto, consideram-se as obras *Les manuscrits économique-philosophiques*, em 1844⁴² e depois *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*, em 1893, aquelas que, efetivamente, mais abordam os problemas enfrentados pelas mulheres do período. Tentador em suas propostas, os ideais defendidos pelo marxismo ganham espaço entre as militantes femininas, ao postularem a opressão sofrida não mais como um fenômeno de ordem natural. Ao contrário, o marxismo era considerado necessário, posto que buscava esclarecer as origens da suposta submissão das mulheres, ao afirmarem que “a opressão das mulheres não é uma invariante da história, mas um produto de determinada formação social, as relações entre os sexos não são naturais mas sociais”. (VINTEUIL, 1983, p. 16).

Em sua análise dos *Les manuscrits économique-philosophiques* (1844), Andrade (2015) esclarece que a nova corrente de pensamento marxista associa a situação da mulher com o problema enfrentado pela servidão humana no capitalismo, considerando que a libertação feminina só se daria por meio do rompimento das relações estabelecidas no seio da família individual moderna.

A libertação da mulher exigiria, como primeira condição, a inclusão total do sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requeria a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. A indústria doméstica se converteria em indústria social e o tratamento e a educação das crianças passariam a ser uma questão pública. (ANDRADE, 2015, p. 277).

É colocada em xeque, como papel hegemônico proveniente do seio da família, a questão do trabalho doméstico, exercido por tantas cidadãs francesas. Nessa perspectiva, deve-se pensar a cidadania em sentido moderno, em que são elencados como princípios básicos para se enquadrar no

41 Com a ruptura estabelecida entre o trabalho doméstico e trabalho industrial, “o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.” (FEDERICI, 2017, p. 34).

42 Os manuscritos só serão conhecidos e traduzidos para o francês em 1929, pela *Revue Marxiste*. Nota-se, contudo, influência das reflexões propostas no interior dos manuscritos refletidas na concepção das obras posteriores de Marx (MARX, 1929).

patamar de cidadão possuir, antes de mais nada, o acesso aos direitos civis. Tais direitos seriam, portanto, a possibilidade de votar e de ser votado, como também o direito de contratar funcionário e o de processar outro cidadão pelas vias judiciais (DAUNE-RICHARD, 1996). Ao não elevar o trabalho exercido no âmbito do lar como um ofício de mais-valia, muitos indivíduos são colocados pela sociedade como excluídos da produção de mercadorias – mulheres e crianças – e acabam, nesse sentido, por sofrerem isolamento social, devido à sua restrição ao espaço privado, e das opressões masculinas (ANDRADE, 2015). Isso implica assumir que boa parte dos direitos que se encontravam negados às mulheres, eram justificados pela condição que fora imposta sobre as mesmas, ou seja, pela sua atuação restrita, sobretudo, ao trabalho doméstico.

Todavia, por mais que Marx abordasse o problema das mulheres no seio da sociedade capitalista, ele não desenvolveu o aspecto da divisão do trabalho na esfera industrial e na esfera doméstica (ARTOUS, 1978), responsável pela manutenção da mulher como submissa ao julgo da família e da criação da imagem *femme-mère*⁴³. A responsabilidade de exercer um olhar exclusivo sobre as causas das mulheres recaía, uma vez mais, sobre as militantes femininas do movimento (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). Eram elas que passavam a compreender que o fim da luta de classe, tão preconizada pelos adeptos do marxismo, não resultaria na igualdade entre homens e mulheres. Fazia-se necessário, ao contrário, combater o poder do patronato, bem como superar a hostilidade masculina predominante nas fábricas. Perrot (1988) ressalta, nessa perspectiva, a associação da imagem do patrão com a do pai: “O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua [*sic*] a ser, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho [...] O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protegendo-os, associa-os à história de sua família” (p. 83).

Nesse período são observadas, sobretudo, a estruturação de organizações sindicais femininas e a realização de greves idealizadas majoritariamente por mulheres. Ao contrário do que se possa deduzir, a movimentação em favor das lutas operárias era encorajada essencialmente por mulheres pertencentes à burguesia. Marguerite Durand, personagem relevante por se colocar na linha de frente desse movimento, assinala a necessidade de auxiliar essas mulheres trabalhadoras, visto que elas se encontrariam “bloqueadas em uma vida sem esperança de um futuro melhor” (*Ibid.*, p. 535, tradução nossa). Como forma de atuação das mulheres sindicalistas, foram registradas inúmeras

43 Observa-se, nesse sentido, a renovação de discursos da designação natural da mulher para o lar e para ser mãe, sendo preciso que ela saia o menos possível, e deixando ao cidadão masculino o acesso à esfera pública. (ARTOUS, 1978).

greves, sendo uma centena em meados de 1880, chegando a milhares em 1905. As greves eram enxergadas, portanto, como modo de pressão e de expressão mais eficazes possíveis de serem empreendidas pela população. (PERROT, 1998).

O período marca, concomitantemente, a criação de associações como a *L'Association pour le droit des femmes*, em 1870 por Léon Richer e Maria Deraismes e *La Ligue française pour le droit des femmes*, em 1882⁴⁴, também por Richer, e que contava com a participação de membros distintos, como o escritor Victor Hugo. O objetivo principal das duas associações consistia na necessidade do estabelecimento da igualdade entre os sexos, para que se concretizasse o desejo da organização de uma ‘República ideal’ (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985). Apesar do breve período de existência, tendo em vista, por exemplo, as censuras impostas pelo governo de Ordem Moral (*Ibid.*), a importância da construção das associações não deve ser deixada de lado. Pode-se ressaltar o fato de, como pauta das associações femininas, se encontrarem agrupadas todas as reivindicações empreendidas pelas lutas feministas precedentes: direito ao trabalho, direito civil, sufrágio e reconhecimento das atividades domésticas como um trabalho à parte. (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977).

As associações possibilitaram, ademais, a elaboração dos primeiros congressos feministas, como o primeiro *Congrès International du droit des femmes*, em 25 de julho a 9 de agosto de 1878. Mais voltados para a situação da classe operária, os eventos discutiam sobretudo a situação das mulheres trabalhadoras.

O trabalho (acesso às profissões, igualdade de remuneração, igualdade de formação profissional, a defesa dos trabalhadores nos tribunais do trabalho e dos comerciantes na Câmara do comércio, integração das mulheres nos sindicatos e a fundação de sindicatos femininos, a proteção ou, ainda, a recusa da proteção das mulheres na legislação trabalhista [...]) é um tema de demanda que mobiliza amplamente o movimento feminista. (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985, p. 10, tradução nossa).

Pensar na solidificação de uma luta feminina mais estabilizada não implica, necessariamente, na estruturação de um feminismo único. Ao contrário, o movimento de luta pelas mulheres se diversifica uma vez mais, “na realidade, não existe um movimento feminista na França, mas vários sob a forma de pequenos grupos fragmentados” (CHENUT, 2012, p. 56, tradução nossa). Temos, por exemplo, como personagem principal dos movimentos feministas, a militante e jornalista Hubertine Auclert que, atraída pelas propostas de Maria Deraismes e Léon Richer, decide se juntar à

44 Beauvoir (1970), como posteriormente Moses (1992), consideram o aparecimento das associações, em especial *La ligue Française pour le droit des femmes* (1882), o início da história do feminismo. A partir desse movimento, é possível observar, segundo Morse (1992), “um feminismo que parecia se desenvolver de maneira direta, evolutiva, a partir de movimentos, teorias e estratégias do século XIX, com um escopo bastante menor do feminismo de nosso tempo” (MOSE, 1992, p. 85, tradução nossa).

luta pelos direitos das mulheres. Deraismes e Richer defendiam a necessidade da emancipação feminina ligada à constituição de uma sociedade democrática republicana laica, mas eram cautelosos com as consequências de reclamarem cedo demais direitos políticos às mulheres, o que contrariava Auclert (TAÏEB, 2008). As divergências levam Hubertine a concentrar suas energias naquilo que se torna, progressivamente, o ponto de convergência do feminismo: *o sufrágio* (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985).

Vale ressaltar que, no período anterior à primeira guerra mundial, o avanço das teorias feministas ocasionou, conseqüentemente, o desenvolvimento do *ideal antifeminista*, sendo o próprio termo amplamente difundido pela imprensa no período (CHENUT, 2012). Passa-se a ser profusamente aceito o emprego de conteúdos, sejam eles bíblicos e escritos jurídicos, discursos científicos, psicológicos e médicos, como forma de atestar o real comportamento das mulheres (BEAUVOIR, 1970). O ‘eterno feminino’ aparece como uma necessidade natural das mulheres de serem protegidas pelo ideal do ‘homem cavalheiro’, tendo em vista sua predisposição à esfera da vida privada e inaptidão à vida pública na esfera política (CHENUT, 2012).

Os antifeministas desse período podem ser representados, segundo Chenut (2012), através de três pontos de vista: medo, por parte dos homens, de perderem seus privilégios tidos essenciais para sua identidade; uso dos argumentos ‘naturais’ como forma de justificar o patriarcado⁴⁵; e, por fim, um posicionamento dos conservadores face às mudanças que as lutas das mulheres implicaria nos costumes franceses. Os esforços empreendidos renderam frutos aos antifeministas, influenciando os republicanos a conceberem o direito ao voto feminino como uma ameaça à estrutura recém-alcançada. “O feminismo entre nós continuaria ser um fato ‘social’, não político. A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos.” (PERROT, 1988, p. 184).

1.7. Correspondência feminista

Os confrontos enfrentados pelas mulheres que tomaram a palavra na luta pelos seus direitos, concomitantemente seus ideais propostos, não permaneciam intrínsecos a sua figura individual. Era corrente a troca de correspondências entre essas personagens, no intuito de amadurecerem suas proposições, funcionando como estratégia para a expansão dos ideais defendidos e a compreensão dos diferentes aspectos enfrentados em determinado período. Não se trata, nesse sentido, de lutas que ocorreram de forma espontânea. Havia, na verdade, o intercâmbio de saberes entre aquelas que

⁴⁵ O patriarcado serve como outro nome para ilustrar o sexismo institucionalizado, ou seja, trata-se de uma discriminação fundamentada no sexo que, no caso, a inferioridade do sexo feminino (HOOKS, 2018).

se encontravam na linha de frente dos movimentos, o que nos permite repensar, uma vez mais, a capacidade de organização das feministas que viveram ao longo do século XIX.

Aproximando-se do seu falecimento, Jeanne Deroin permanecia convicta dos ideais defendidos pelos movimentos feministas e empreende uma ponte de comunicação por cartas com Hubertine Auclert, já diretora do *La Citoyenne*, em meados de 1886. Nos seus primeiros escritos à Auclert, Deroin relatava aspectos relevantes sobre o movimento sansimonista, bem como pontos de vistas sobre suas próprias ações quando mais jovem (PRIMI, 2006). Em outras cartas, Jeanne Deroin argumentava a necessidade de se mudar a abordagem da luta das mulheres, propondo uma tradição histórica feminista do século XIX. Segundo constata Scott (2002), “Jeanne Deroin não somente transmitia a firme percepção dela e de outras mulheres como atores da história, mas também concebia o feminismo como uma força política inspirada pelos vínculos que sempre manteve com as ações das mulheres no passado” (p. 152).

Outro caso que julgamos importante destacar, no que se refere ao intercâmbio intelectual estabelecido diretamente entre essas mulheres, consistiu nas cartas que André Léo endereçou à intelectual Marguerite Durand, em 1897. Segundo o documento, Léo encorajava a então diretora do *La Fronde* a defender o oprimido de seu opressor, bem como a não esquecer os sofrimentos das suas irmãs nas mãos dos indignos governantes (PRIMI, 2004). As aflições de André Léo, a partir da sua experiência com a Comuna de Paris, se encontram materializadas e transmitidas para o que compreendemos como próxima geração de mulheres feministas.

Tanto Hubertine quanto Marguerite, conforme citado, estavam a cargo de dois jornais tidos como feministas, segundo os critérios estabelecidos no início deste capítulo: *La Citoyenne* e *La Fronde*. Tomar as publicações como um espaço de coleta e compreensão dos anseios das mulheres que vieram antes deles significa, sobretudo, lançar luz sobre suas lutas e delimitar o ponto de partida para nossa análise dos jornais.

1.8. Os jornais do período

Ao passarmos para uma reflexão sobre a evolução da imprensa do século XIX, necessitamos empreender, antes de mais nada, uma análise da evolução dos gêneros textuais sobre os quais as publicações se apoiavam, então recentes no cenário francês. A modalidade da escrita jornalística característica do início do século XIX se prefigura muito vinculada ao fazer literário, conforme constata o recorrente emprego de ironias, ficcionalidade, forma conversacional e escrita íntima (THÉRENTY, 2007, p. 121). O distanciamento do fazer jornalístico, outrora muito conectado aos

dos cânones poéticos, ocorrera com o avanço das novas demandas impostas pelo período⁴⁶, permitindo a construção e o desenvolvimento de um gênero jornalístico com características próprias. Segundo Therenty (2007), o jornal passou a se integrar cada vez mais no cotidiano do cidadão francês, acompanhando o ritmo do seu dia, desde o horário do trem à regularidade dos correios. Isso permite que o século XIX consagre uma nova forma de compreender o poder da imprensa. Uma imprensa capaz de oferecer um caminho privilegiado para a cidade, sobretudo aos grupos sociais dos indivíduos que tiverem o status de cidadão interdito (PRIMI, 2006, p. 15). Ao se analisar o paralelo da potencialidade dos jornais, com as lutas pelos direitos das mulheres, observa-se que as militantes têm consciência do papel da imprensa na opinião pública (PERROT, 2015). Neste sentido, os periódicos ganham cada vez mais relevância na produção destas intelectuais, fomentando o surgimento de um novo tipo de imprensa: a chamada imprensa feminista⁴⁷.

No que se refere ao advento da nova modalidade de publicações direcionadas para o público feminino, que coabitou entre as revoluções ocorridas na França no decorrer do século XIX, notam-se algumas variações quando buscamos compreender a questão da temática abordada. Conforme sublinham Duby, Fraise e Perrot (1994), “o grau de emancipação feminina de uma sociedade e o seu grau de tolerância do feminismo podem ler-se através da evolução e do acolhimento da imprensa feminista” (p. 548-549). Todavia, ainda segundo as autoras, pode-se dividir os jornais que buscavam a emancipação das mulheres em três momentos distintos: começando pelo sansimonismo, passando pela revolução de 1848, chegando à Terceira República, em 1871. As primeiras publicações voltadas para o público feminino, datadas de 1833, não se enquadram, nesse sentido, aos moldes do que se adotou como sendo uma imprensa de fato feminista. Os seus conteúdos abordavam prioritariamente temas como receitas de cozinha, narrativas de viagem às biografias de mulheres ‘ilustres’ (PERROT, 2015). Por mais superficiais que pudessem parecer os assuntos trabalhados por esses jornais, ressaltamos os exemplos encontrados nesse intervalo de tempo como a germinação de uma vontade de emancipação das mulheres, ao conquistarem um espaço destinado exclusivamente elas.

Na vertente socialista, as sansimonistas são as responsáveis pelo desenvolvimento de uma imprensa mais solidamente feminista, “hoje considerada como a primeira experiência conhecida no mundo de um periódico redigido por mulheres e destinado às mulheres” (VEAUVY, 2017, p. 18).

46 Destacam-se a evolução do sistema de informação mediática, ligação ou censura sofridos pelo poderio do momento, advento da necessidade por parte do público por atualidades. (THERENTY, 2007).

47 Por mais que o século XIX ofereça novas possibilidades de progresso, as mulheres que se arriscaram no espaço público, por meio da imprensa, permaneceram consideradas como intrusas pelos homens (PRIMI, 2006).

Dentre as suas publicações, destacam-se *La Femme nouvelle*⁴⁸ (1832), de Suzanne Voilquin e Claire Bazard e, em especial, *La Femme libre* (1832). Jornal destinado às mulheres operárias, esse último teve sua origem graças à duas jovens trabalhadoras, Marie-Reine Guindorf e Désirée Véret. A origem humilde das editoras não foi um empecilho para a produção de conteúdo do jornal, valendo-se, majoritariamente, do modelo de escrita mais intimista⁴⁹, habitual na época. O periódico se tornou rapidamente alvo de ataques de jornais masculinos, fundados no mesmo período, como *Figaro*, *Revue des Deux Mondes* e *Industriel*, o que, ao contrário do que se esperava, acabou por auxiliá-las a ganhar certo destaque. A contribuição desta publicação esteia-se no fato de as editoras perceberem que “[...] sua ‘subalternidade’ como mulher é profundamente mais enraizada nas mentalidades do que sua interioridade como proletária”. (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977, p. 423, tradução nossa). Tendo o último exemplar publicado em 1834, *La Femme libre* ilustrou as demandas do saint-simonismo na luta das mulheres: revisão do código civil, educação das mulheres, salários iguais, restauração do divórcio e informação e liberdade sexual da mulher.

Posteriormente, em março de 1848, Eugénie Niboyet decide publicar *La Voix des Femmes*, considerado o primeiro jornal feminista da nova República (SCOTT, 2002). Seu corpo editorial era composto por nomes como Suzanne Voilquin, Elisa Lemonnier, Désirée Gay e Jeanne Deroin. Autointitulado como um “Jornal Socialista e político, organização dos interesses de todos”⁵⁰, o periódico aparece com publicações diárias por três semanas, passando a edições semanais, e, por fim, desaparecendo em 20 de junho do mesmo ano (ZÉVAÈS, 1931). Todavia, logo em seguida, em 21 de agosto de 1848, Deroin decide publicar *l’Opinion des femmes*, como forma dar continuidade ao seu periódico antecessor. O tom do jornal, conforme atesta Zévaès (1931), passa a ser mais sério, aproximando-se do caráter doutrinal.

Ao adentrarmos no período da comuna, encontramos registradas poucas publicações feministas, tendo em vista o momento perturbado no qual se encontrava a sociedade da época, e a priorização pela circulação de conteúdos revolucionários, como *La République des traivailleurs* (1871). Os jornais deste período, conforme assinalam Cosset e Malandain (2016), combinam “a tendência do século com a herança revolucionária, a imprensa comunista é certamente uma imprensa militante comprometida, que grita tanto quanto lê, mas também quer ser uma imprensa de observação e testemunho” (p. 6, tradução nossa). A maior atividade da escrita de cunho feminista se dará, conforme assinalado, não por meio da criação de periódicos, mas através dos ensaios elaborados pelas militantes da segunda metade do século XIX. A jornalista André Léo se torna,

48 O jornal aparece sob diversos nomes, sendo possível encontrá-lo com os nomes: *La femme libre*, *La Femme de l’avenir*, *La Femme nouvelle*, *L’Apostolat des femmes* e *Tribune des femmes*.

49 A grande popularidade das publicações de autobiografias em folhetins explica o aumento, por partes dos jornais em circulação durante o Segundo Império, do emprego da escrita íntima. (THÉRENTY, 2007, p. 124).

50 « *Journal socialiste et politique, organe des intérêts de toutes.* ».

neste cenário, a figura responsável por boa parte da cobertura das atividades empreendidas pelas mulheres no período⁵¹, como por reforçar a luta contra a desigualdade de gênero. Em seu ensaio *La Femme et les Moeurs* (1869), por exemplo, Léo propõe como condição indispensável para o advento da democracia, o acesso das mulheres à liberdade e a igualdade (PRIMI, 2004).

Apensar dos avanços notados na imprensa feminista, o seu desenvolvimento mais significativo se deu a partir da metade do século XIX, em que são encontradas trinta e cinco novas publicações feministas no cenário francês. São jornais como *La femme* (1878), de Sarah Mood, *La femme dans la famille et dans la société* (1880), de Louise Koppe e *L'esprit de la femme* (1880-1890), de Renée Marcil. Ao refletirmos sobre o número de novos periódicos que ganham forma a partir da IIIª República, podemos atribuir parte do fenômeno à promulgação da lei de imprensa de 29 de julho de 1881, em que são postulados 70 artigos que definem a liberdade de imprensa, os espaços dedicados à sua circulação, bem o mínimo necessário para a publicação de um novo jornal: nome do periódico, local de funcionamento, nome do diretor e a indicação do local onde serão impressas suas edições⁵².

É importante ressaltar que, a despeito da quantidade de publicações de cunho feminista que passam a circular pelo cenário francês, muitos desses jornais tiveram um curto período de existência. Diversos motivos justificam esse fato, como a dificuldade de encontrar assinantes e de vendê-los em espaços públicos – sintoma de uma alta rejeição por parte da sociedade dos conteúdos por eles divulgados (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). O caso mais célebre que nos permite ilustrar a desaprovação enfrentada pelas publicações feministas do período consiste no *Le Droit des Femmes*. Publicado por Léon Richer e Maria Deraismes, em 1869, o periódico se constituía a partir de campanhas em favor da emancipação civil da mulher, como também por reivindicações favoráveis a uma formação política das cidadãs francesas. Contudo, conforme relatado por estudos da época (DZEH-DJEN, 1934), o recebimento da população consistiu em um ataque de risos, sendo necessários mais alguns anos para a consolidação desta nova imprensa nomeada feminista.

Nesse cenário, portanto, são publicados *La Citoyenne* em 1881, por Hubertine Auclert, e *La Fronde*, sob direção de Marguerite Durand, em 1897, objetos de estudo desta pesquisa. São estas publicações que, de certa forma, foram bem-sucedidas em termos de longevidade, sendo aquela publicada até 1891 e esta, portanto, com edições até meados de 1930. Ambos os jornais estavam de acordo sobre a necessidade de defender os direitos das mulheres, mas o faziam à sua própria maneira, conforme ilustraremos no capítulo dedicado à análise semiótica dos seus editoriais.

51 Seus textos aparecem, no decorrer da comuna, em três dos seis maiores jornais revolucionários responsáveis pela cobertura do período insurrecional: *La Sociale*, *La Commune* e *Le Cri du peuple*. (COSSET; MALANDAIN, 2016).

52 *Grandes lois de la République*: <https://mjp.univ-perp.fr/france/1881presse.htm>. Acessado: em 14 de outubro de 2020.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SEMIÓTICA DISCURSIVA

A Semiótica Francesa, também conhecida como Semiótica Greimasiana, teve seu início na segunda metade do século XX. A obra tida como fundadora dessa teoria, *Semântica estrutural* (1973), é de autoria do linguista lituano Algirdas Julius Greimas. No livro, o autor apresenta a necessidade de “uma teoria da descrição linguística do conteúdo”. (GREIMAS, 1973, p. 136). Trata-se, portanto, da proposição de uma percepção do mundo onde o *todo* possui uma significação, e que demanda, por conseguinte, uma metodologia adequada para tratá-lo. Para tanto, a semiótica propõe o *texto* como unidade de análise, definindo-se por uma teoria gerativa, sintagmática e geral, ou seja, que “deve ter como postulado a unicidade do sentido”. (FIORIN, 2018, p. 16).

Entendido em um primeiro momento como “o conjunto dos elementos de significação que estão situados na isotopia escolhida e estão cercados dentro dos limites do corpus” (GREIMAS, 1973, p. 190), o *texto* é o resultado de duas formas que são complementares entre si: texto como objeto da *significação* e texto como objeto da *comunicação*. No primeiro caso, é necessária a compreensão do *corpus* como uma estrutura regida por uma organização ou funcionamento interno que lhe são próprias, responsáveis por lhe atribuir sentido. Já no segundo caso, para se pensar na comunicação do objeto *texto*, temos a existência de uma relação dialógica entre aquele que diz e a quem se dirige, nomeados, posteriormente, como *destinador* e *destinatário* (BARROS, 2005). Na atribuição do sentido do *texto* como um todo, tem-se, por fim, os mecanismos internos que atuam em concomitância com os mecanismos externos, suas relações de contexto sócio históricos.

A semiótica trabalha com o *texto* buscando *o que o texto diz e como o diz*, a partir do remonte do percurso de significação *interno* e *externo* que o constitui. Para isso, vem aperfeiçoando mecanismos de análise, a fim de “dar relevo especial ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como uma totalidade de sentido.” (FIORIN, 1995, p. 165). Nesse sentido, o *texto* se constitui, para a semiótica greimasiana, pela junção de dois sistemas, o *plano de conteúdo* e o *plano de expressão*, passíveis de serem decompostos para fins metodológicos, mas cujo sentido se dá a partir da compreensão do todo.

O *plano de conteúdo* é, segundo Lara e Matte (2009b), o mais solidamente estabelecido na teoria semiótica greimasiana. Também conhecido como análise imanente, o estudo do *plano de conteúdo* permite reconhecer o objeto textual como uma máscara, sendo necessário encontrar as leis que estão por detrás dela (BARROS, 2002, p.13). Este se constitui por meio de superposições de níveis de estruturas diferentes, que partem da significação mais simples e abstrata para as mais

complexas e concretas. Essas instâncias representam, respectivamente, o nível profundo de significação, o nível propriamente *semiótico*.

Entretanto, o *texto*, conforme assinalado, é compreendido pela união de uma instância *interna* e de uma *externa* que, ao estabelecerem uma relação de conjunção, são responsáveis pela sua materialização. A instância interna é composta pelo *plano de conteúdo*, enquanto a externa ocorre na sua integração com um ou vários *planos de expressão* (FIORIN, 2016a). Ao analisar o trajeto do *texto* para a sua manifestação, ocorrem coerções do material ao qual ele será vinculado, visto que uma substância não existe sem forma. O *texto* é visto, nesse sentido, “como um objeto linguístico, porque é um todo organizado de sentido, e um objeto histórico, porque se constitui em oposição a outro discurso, permitindo desvelar a cadeia histórica de sua produção” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 202).

O *plano de expressão*, responsável pela materialização do *texto*, pode se configurar como uma cobertura com fins de gerar um *texto verbal* (escrito ou oral), um *texto não verbal* (uma pintura, uma escultura), ou pelo que se compreende como *texto sincrético* (um filme, uma história em quadrinhos, uma canção). No caso deste último, o *objeto sincrético*, o *plano de expressão* “se caracteriza por uma pluralidade de substâncias mobilizadas por uma única enunciação cuja competência de textualizar supõe o domínio de várias linguagens para a formalização de uma outra que as organize num todo de significação” (TEIXEIRA, 2004, p. 235). No caso do *texto verbal*, ao pensarmos no *plano de expressão* dos jornais impressos, objeto de estudo desta dissertação, observa-se a relevância da estruturação da diagramação que coloca em relação um editorial, as cartas dos leitores, cujo efeito de sentido pode ser compreendido como a exposição do confronto de pontos de vista distintos. Vale ressaltar que a “análise observa de que modo os textos se submetem às coerções dos gêneros e se identificam com determinada práxis enunciativa” (TEIXEIRA, 2009, p. 45).

Todavia, para a análise de qualquer texto, conforme atesta Teixeira (2009), é mais proveitoso estudar, no primeiro momento, o *plano de conteúdo*. Neste estágio, tem-se um percurso que parte das estruturas mais simples que compõem o sentido de um texto, em direção às mais complexas. Tal percurso é nomeado como *Percurso Gerativo do Sentido*, e serve, conforme assinalado, para a compreensão da edificação do sentido de um *texto*. O funcionamento do percurso pode ser entendido como a elaboração de descrições mais ou menos autônomas, divididas em três níveis e regidas segundo o seu grau de *profundidade* no *texto*: *nível fundamental*, *nível narrativo* e *nível discursivo*. É importante ressaltar o caráter diverso dessa estrutura, onde um mesmo conteúdo pode ser, graças a esse mecanismo de formação, veiculado por diferentes planos de expressão (FIORIN, 1999). Em síntese,

seu procedimento clássico propõe articular a apreensão do sentido segundo um percurso estratificado em camadas relativamente homogêneas, indo das formas concretas e particulares, manifestadas na superfície do texto, às formas mais abstratas e mais gerais subjacentes, dispostas em múltiplos níveis de profundidade. (BETRAND, 2003, p. 49).

No interior de cada um dos três níveis, encontram-se uma *sintaxe* e uma *semântica* que lhes são próprias. Diferentemente das acepções encontradas na gramática, a sintaxe, para a semiótica greimasiana, é responsável por ordenar os conteúdos, ou seja, são as regras responsáveis por gerirem o encadeamento das formas de conteúdo, possibilitando uma sequência no discurso. Em contrapartida, cabe à *semântica* o arranjo dos conteúdos investidos nos arranjos sintáticos (FIORIN, 1999). Contudo, não se trata de uma questão de que um possui significado e o outro não, mas sim da semântica possuir uma autonomia maior quando colocada em comparação com a sintaxe (*Idem.*, 2018). A tabela a seguir serve para ilustrar, de forma clara, a separação existente entre a sintaxe e a semântica atribuída a cada um dos três níveis do percurso gerativo de sentido:

Tabela 1 – Percurso gerativo de sentido

		Componente Sintático	Componente Semântico
Estruturas sêmio-narrativas	Nível profundo	Sintaxe fundamental	Semântica fundamental
	Nível de superfície	Sintaxe narrativa	Semântica narrativa
Estruturas discursivas	Sintaxe discursiva Discursivização temporalização, espacialização)	(actorialização,	Semântica discursiva Tematização Figurativização

Fonte: Fiorin (2018)

Com o intuito de expor uma revisão da literatura, tendo em vista o aparato a ser empregado para análise dos jornais, o presente trabalho abordará cada um dos níveis citados separadamente, bem como uma exposição da sintaxe e da semântica pertencente a cada um deles. A sequência de apresentação seguirá o trajeto do próprio percurso, partindo, portanto, do nível mais *simples* ao nível mais *complexo*.

2.1. Nível Fundamental

Entendido como a primeira etapa de estruturação do sentido do discurso, o *nível fundamental* é a base da significação, ou seja, o sentido mínimo a ser depreendido pelo estudo do *texto*. Tem-se, no *nível fundamental*, as categorias mais simples e abstratas da produção do discurso, ponto de partida para toda estrutura esboçada pelo percurso gerativo de sentido. São estudados, neste estágio, o mínimo de sentido que gera o texto, a direção em que caminha e as transformações que o marcam (BARROS, 2005). Desta forma, o nível fundamental, conforme constata Fiorin (2018), além de explicar os níveis mais abstratos da produção, explica também o funcionamento e a interpretação do discurso.

A *sintaxe fundamental* é composta por estruturas elementares, responsáveis pelo modo de existência da significação (BARROS, 2002). Uma estrutura elementar é entendida por meio da relação estabelecida entre dois termos-objetos, contrários entre si, visto que “um só termo não significa” (*Ibid.*, p. 21). Os termos-objetos repousam sobre uma distinção de oposição, inferidas no interior de um modelo de representação nomeado *quadrado semiótico*, que expõe visualmente a “articulação lógica de uma categoria semântica qualquer” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 364). É possível pensarmos em uma relação entre /vida/ vs /morte/, como exemplo, mas não em uma correlação como a estrutura /vida/ vs /calor/, devido ao fato de elas pertencerem a categorias semânticas distintas.

O modelo de ação do *quadrado semiótico* estabelece, portanto, uma relação de *asserção* e de *negação* entre dois termos-objetos, conforme citado acima, também conhecidos como termos primitivos (BARROS, 2002, p. 23). O quadrado é compreendido enquanto modelo de previsibilidade, resultante de uma eficácia heurística, posto que “prevê uma sintaxe sumária que consegue apreender em seus termos não só os estados narrativos, mas especialmente suas transformações” (TATIT, 2019, p. 198). Nesse sentido, cada elemento contrário projeta, no interior do quadrado, por meio da operação de *negação*, o seu elemento *contraditório* e por meio da *asserção*, seu elemento *contrário* (BARROS, 2002). Os elementos do eixo dos contrários, espaço em que se encontram os termos primitivos, são nomeados *termos complexos*; enquanto os elementos dos termos resultantes da *negação*, ou *subcontrários*, são chamados *termos neutros*. As relações de contrariedade estabelecidas entre as estruturas elementares, onde se nega um conteúdo e afirma o outro, são configuradas como relações orientadas, dando a primeira condição de narratividade (BARROS, 2005, p. 74).

Na semântica do *nível fundamental* o seu primeiro aspecto atribuído diz respeito a sua formulação como o elemento mais simples e abstrato de ordenamento dos múltiplos conteúdos

encontrados no *texto* (FIORIN, 1999). É nela em que serão ordenados os diferentes sentidos da estrutura textual, sendo, assim, o ponto de partida para a realização do remonte de significações, de acordo com os valores axiológicos adotados no *texto*. Pode-se inferir, ainda, que o sentido será atribuído *na* e *pela* diferença, visto que, segundo Fiorin, “os termos opostos de uma categoria semântica mantêm entre si uma relação de contrariedade”. (*Idem.*, 2018, p. 22)

Cada um dos elementos da categoria semântica de base recebe uma qualificação semântica, posto que “todo microuniverso semântico contém um índice axiológico” (TATIT, 2019, p. 199). Ocorre, portanto, uma sobremodalização de traços atraentes e repulsivos, ou positivos e negativos, também compreendidos como categorias de */euforia/ versus /disforia/* (FIORIN, 1999, p. 23). Barros (2002) coloca em evidência a relação *eufórica*, como aquela de conformidade do ser vivo com o meio ambiente (p. 24), sendo, portanto, positiva; e *disfórica*, a relação que representa na forma de não conformidade, entendida como relação negativa. Isso permite a constituição de valores virtuais que, no nível subsequente, serão relacionados a um sujeito, tornando-se valores realizados. Vale ressaltar que os valores atribuídos da dicotomia *euforia* e *disforia* são encontrados inscritos no *texto*, variando, portanto, de acordo com o objeto de estudo (*Ibid.*).

2.2. Nível narrativo

No nível narrativo, etapa imediatamente superior ao nível fundamental, ocorre o enriquecimento das estruturas básicas, conforme ilustrado por Barros (2002):

Pode-se dizer que a conversão das operações lógicas em transformações narrativas é uma antropomorfização, em que a sintaxe narrativa, de caráter antropomórfico, substitui as operações lógicas da sintaxe fundamental por sujeitos do fazer e define os sujeitos de estado pela junção com objetos-valor, formulando, portanto, a relação básica do homem com o mundo. (p. 27).

Antes de adentrarmos no funcionamento do *nível narrativo*, é preciso fazer a distinção entre *narratividade* e *narração*. A *narratividade* consiste em uma estrutura integrante de todos os textos; em contrapartida, no caso da *narração*, ela se faz singular de um determinado tipo de texto. Fiorin (2018) esclarece melhor essa diferença ao afirmar que a *narratividade* é a transformação de conteúdo, enquanto a *narrativa* constitui um todo onde “estados e transformações estão ligados a personagens individualizados” (FIORIN, 2018, p. 28).

A passagem do *nível fundamental* para o *nível narrativo* ocorre por meio da atribuição semântica e sintática da dicotomia fundamental elaborada na base da significação, introduzindo a

continuidade na descontinuidade das etapas (BARROS, 2002, p. 27). São atribuídos um sujeito do fazer que rege enunciados de estado. O sujeito se encontra atualizado pelos valores axiológicos encontrados no nível fundamental, convertidos nesta etapa em valores ideológicos. Observa, neste estágio, a narrativa organizada segundo o ponto de vista de um sujeito, movido por competências modais. Cabe ressaltar que, no que se refere ao nível narrativo, ainda não se trabalha com os valores de tempo, de espaço e de pessoalidade, encontrados no patamar do nível discursivo, mas o que se tem são, na verdade, estruturas de espaços vazios.

A *sintaxe narrativa* é, portanto, compreendida como “o simulacro do fazer do homem que transforma o mundo” (*Ibid.*, p. 28), organizada a partir do ponto de vista de um sujeito. A estruturação do nível narrativo pode dar a entender o seu funcionamento como uma armadura fixa, que impõe uma lógica não passível de alterações. Entretanto, conforme elucidado por Lara e Matte (2009a), a narrativa é melhor entendida “como uma espinha dorsal que equilibra valores e discurso” (p. 4), funcionando por meio de pressuposições lógicas. Ao contrário de engessar o texto, a lógica por detrás da narrativa permite explicar as estruturas que o discurso manipula, com o propósito final de produção de efeitos de sentido específicos. A função da sintaxe narrativa pode ser entendida como uma ferramenta de análise, assim como de previsão, que permite “mostrar e analisar a especificidade de cada texto” (BARROS, 2002 p. 28).

Uma narrativa mínima, conforme ilustra Fiorin (2018), deve ser compreendida conforme um enunciado no qual ocorre ao menos uma transformação de estado. Nesse caso, tem-se *o enunciado elementar*, compreendido como a instância de onde ocorrem duas funções transitivas: a *junção* e a *transformação*. É graças ao estabelecimento da relação de transitividade que caracteriza o enunciado elementar, que os actantes pertencentes a ela ganham existência de *actante sintático*⁵³. Ou seja, é por meio do estabelecimento da relação entre o *sujeito* e o *objeto*, presentes no enunciado elementar, que ambos adquirem o caráter existencial (BARROS, 2005). Esse objeto, na função de objeto sintático, representava uma *casa vazia*, e, na *junção*, recebe investimentos de valores por parte do sujeito da narrativa, tornando-se um *objeto-valor*. Segundo Greimas (2014):

o enunciado elementar pode ser definido como uma relação orientada que engendra seus dois termos finais – sujeito e objeto –, o valor que se investe no objeto semantiza de alguma forma o enunciado inteiro e assim, de súbito, se torna o valor do sujeito que o alça ao visar o objeto, de modo que o sujeito se acha determinado em sua existência semântica por sua relação com o valor. (p. 36).

53 Barros (2005) descreve o termo actante com as seguintes palavras: “é uma entidade sintática da narrativa que se define como termo resultante da relação transitiva, seja ela uma relação de junção ou de transformação. O actante funcional, por sua vez, caracteriza-se pelo conjunto variável dos papéis que assume em um percurso narrativo” (p. 80).

Os valores atribuídos ficam a cargo da *semântica narrativa*; entretanto, é importante destacar que, quando se usam as nomenclaturas de sujeito e de objeto, estes não significam necessariamente seres existentes no mundo real, ou seja, seres de carne e osso, mas sim *papéis narrativos* (FIORIN, 2018). O material usado para fazer essa distinção entre a categoria que assume a posição de *sujeito de estado*, com aquilo que seria o *objeto-valor*, é sempre o que é oferecido pelo *texto* escolhido para análise. Há duas relações possíveis de *junção* que caracterizam um *enunciado de estado*: a relação de *conjunção* ou a de *disjunção*, estabelecidas entre um *sujeito-estado* e um *objeto-valor*. Nesse sentido, o que se observa é que o sujeito do enunciado está em uma relação com o seu objeto-valor, estabelece-se uma relação por meio de *conjunção*, e, ao contrário, quando o sujeito não está em relação com o seu objeto-valor, o resultado é de natureza disjuntiva. Estabelecer que um enunciado de estado é disjuntivo, não significa, entretanto, uma ausência de relação, mas sim um modo de ser da relação conjunta (BARROS, 2002, p. 18).

Na função transitiva de transformação, observa-se a constituição de um *enunciado de fazer*, correspondente à passagem de um *enunciado de estado* ao outro (FIORIN, 2018). São transcorridas, no interior de cada texto, transformações de estados, ou seja, transformações entre o *sujeito de fazer* sobre um *objeto-valor*, ou entre o *sujeito de fazer* sobre um *sujeito de estado* (LARA; MATTE, 2009b). Essas transformações podem ser: a de um sujeito que estava em uma relação de disjunção com o seu objeto-valor e que passa a ficar em conjunção com ele, bem como a de um sujeito que antes estava em conjunção com o seu objeto-valor e que passa para o estado de disjunção. Por existirem dois *enunciados de estados*, conclui-se também a existência de duas narrativas mínimas: uma que representa a *privação* com o objeto, e outra, por meio da relação de conjunção, a liquidação de uma privação, ou *aquisição* (BARROS, 2002, p. 32). Tem-se, portanto, a dimensão polêmica da narrativa: “a um sujeito corresponde um antissujeito; a uma apropriação, um desapossamento” (FIORIN, 1999, p. 7). O resultado obtido por meio da transformação de estado também recebe o nome de *narratividade*.

As relações entre as narrativas mínimas correspondem a *programa narrativo*, nome dado ao “sintagma elementar da sintaxe narrativa de superfície, constituído de um **enunciado de fazer que rege um enunciado de estado**” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 352-353, grifos nossos). Os programas narrativos variam segundo a complexidade e a hierarquia de programas, podendo ser de natureza simples ou complexa; segundo o valor atribuído no objeto, sejam eles *modais* (o *dever*, o *querer*, o *poder* e o *saber*) ou *descritivos* (como, por exemplo, liberdade, pureza, etc.); e segundo a relação entre os *actantes narrativos* (sujeito de estado e sujeito de fazer) e os atores que os manifestam no discurso (BARROS, 2005).

É possível o estabelecimento de dois programas narrativos: o de *competência* e o de *performance*. No primeiro caso, no *programa narrativo de competência*, ocorre a doação de valores modais ao sujeito de estado para que possua as aptidões necessárias para exercer determinada ação. Os *programas de performance* são a apropriação, por parte do sujeito da narrativa, de valores descritivos (BARROS, 2005, p. 27). A *performance* pode ocorrer de duas formas: por meio da *aquisição* de valores em objetos existentes, como também da *produção* do objeto a ser dotado de valor.

Até o momento, apresentamos as narrativas mínimas compostas pelos actantes sintáticos: sujeito do estado, sujeito do fazer e objeto. Contudo, ao se levar o esquema proposto para uma aplicação mais próxima da realidade linguística, deve-se repensar as narrativas a partir de uma sequência de encadeamentos de múltiplos *programas narrativos*. Os actantes sintáticos passam, nesta etapa, por uma ressignificação, exercendo, assim, a função de *papéis actanciais*⁵⁴. Ou seja, deve-se sair da análise das estruturas de base e passar a compreendê-las como eixos responsáveis pela formação de uma cadeia complexa de enunciados de *fazer* e de *ser*.

Os percursos narrativos são constituídos de uma sequência de programas narrativos, por meio da relação lógica de pressuposição. Ao se empreender, por exemplo, o encadeamento de um programa de competência com um de performance, o resultado obtido consiste no *percurso do sujeito* (Idem., 2002). É possível levantar, destarte, um *percurso do destinador-manipulador* e o *percurso do destinatário-julgador* que, organizados com o *percurso do sujeito*, configuram o que a semiótica concebeu como sendo o esquema narrativo, próximo tópico a ser estudado.

Ao refletir sobre as recorrências encontradas na análise dos enunciados, Greimas (2014) apresenta uma sucessão canônica de acontecimentos, atribuindo-lhes o nome de *esquema narrativo*. Segundo o autor,

o esquema surgia como uma sequência de enunciados narrativos que fazem sobressair, ao longo de seu desenvolvimento, recorrências e regularidades que desse modo permitem a construção de uma ‘gramática’ que é entendida como modelo de organização e de justificação dessas mesmas regularidades. (p. 18).

O modelo se compõe por meio de um encadeamento ordenado e hierarquizado de percursos narrativos encontrados no estudo da sintaxe narrativa, também reconhecido como *percurso narrativo canônico*. Trata-se de um modelo hipotético da estruturação geral da narrativa, cumprindo o papel de ser a organização de referência de cada *texto*. De acordo com o esquema estruturado no

54 Os papéis actanciais não são estruturas fixas. Barros (2005) lembra que “[...] os papéis não são fixos ou estabelecidos de uma vez por todas, ..., mas variam de acordo com o progresso narrativo. Dependem da posição que os actantes sintáticos ocupam no percurso e da natureza dos objetos-valor com que se relacionam”. (p. 29).

interior de cada narrativa, pode-se examinar as expansões e variações, bem como estabelecer comparações entre narrativas (BARROS, 2005). A sequência canônica vê-se, todavia, dividida a partir de quatro etapas: a *manipulação*, a *competência*, a *performance* e a *sanção*. Às vezes, em determinado *texto*, não é possível enxergar essa sequência em sua completude. Contudo, em enunciados onde a sequência não pode ser apreendida, ou seja, naqueles em que as partes faltantes não são encontradas explicitamente, elas estão, na verdade, relacionadas por pressuposição.

Na etapa da *manipulação*, transcorre uma tentativa de persuasão do sujeito sobre outro, com o objetivo de persuadi-lo a realizar e/ou fazer determinada ação. A categoria *euforia/disforia*, apresentada no nível fundamental, ganhará aqui um novo aspecto, sendo convertidas em traços modais, com traços de desejável ou de temido, por parte do sujeito. Fiorin (2018) chama a atenção para o fato de se tratar, nesse momento, de um papel narrativo, não uma pessoa no sentido literal da palavra. Isso permite que dois sujeitos narrativos, o sujeito *manipulador* e o *manipulado*, possam ser, no nível superior ou *discursivo*, retratados por um mesmo ator, como permite também que não sejam apreendidas apenas pessoas, mas objetos ou animais encontrados no mundo real.

O primeiro procedimento consiste na dotação de competência modal por parte do sujeito da narrativa, levando-o a *querer* e/ou *dever fazer* alguma coisa (*Idem.*, 2008). Observa-se o estabelecimento de um *contrato fiduciário*, em que o *destinador*, graças a um fazer persuasivo, busca a adesão do *destinatário* (BARROS, 2002, p. 37). O sujeito vai ser criado nessa fase a partir da sua modalização, pois “um sujeito só é sujeito se estiver dotado das modalidades que o virtualizam”. (LARA; MATTE, 2009b, p. 24).

Fiorin (2018) ilustra os quatro tipos de manipulações mais recorrentes, sendo elas: a *tentação*, a *intimidação*, a *sedução* e, por fim, a *provocação*⁵⁵. O ato persuasivo empregado pelo *destinador* (*fazer-crer*) implica, em contrapartida, um fazer interpretativo (*crer*) por parte do *destinatário*, aceitando-o ou não. Em outros termos, o que se procura é que o *destinatário* “*creia ser verdadeiro* o objeto apresentado, o discurso do outro e o próprio destinador” (BARROS, 2002, p. 37, grifos no original). A interpretação realizada pelo destinatário “consiste, para a semiótica, em modalizar a proposta do destinador” (BARROS, 2019, p. 199), refletindo sobre as modalidades do *ser* e do *parecer* do destinador, denominadas *modalidades veridictórias*. O conceito de *contrato fiduciário* será retomado quando for analisada a relação entre *enunciador* e *enunciário*, no nível discursivo.

Caso o destinatário aceite o acordo proposto pelo destinador, torna-se o sujeito transformador do percurso da ação (BARROS, 2019). Nesse estágio, têm-se o *percurso da*

55 Barros (2002) ressalta que a manipulação, para que seja bem-sucedida, implica, ainda, que o sistema de valores adotado seja o mesmo entre o *destinador* e o *destinatário*.

competência, quando um sujeito da narrativa atribui a outro um *saber* e um *poder fazer* (FIORIN, 1999, p. 5). O sujeito agora se encontra atualizado e dotado de competência por meio dos valores descritivos *saber* e *poder fazer*, podendo passar para a ação, ou para a *performance*. É na fase da *performance* “em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa” (*Idem.*, 2018, p. 31). Ou seja, são encontrados, aqui, os enunciados de fazer de *aquisição* ou de *privação*.

A última etapa do percurso narrativo canônico recebe o nome de *sanção*. Também conhecida como o percurso do *destinador-julgador*, a *sanção* consiste no julgamento por parte do *destinador* sobre a *performance* realizada pelo *destinatário*, reconhecendo que a *performance* de fato ocorreu (*Idem.*, 1999, p. 5). Ao destinador cabe agora julgar cumprimento ou não do acordo fiduciário estabelecido na manipulação, através da retribuição ou da punição impostas ao destinatário, divididas primeiramente em cognitivas, podendo vir a ser pragmáticas ou não. Ao destinatário fica o papel do fazer persuasivo, a tentativa de convencer sobre o cumprimento do contrato e, conseqüentemente, merecer uma sanção positiva de retribuição, e não uma negativa punitiva. Pode-se inferir, portanto, que a sanção “completa o esquema narrativo (canônico): manipulação → ação (competência + performance) → sanção, que constituem os percursos narrativos” (LARRA; MATTE, 2009b, p. 27).

No estrato da *semântica narrativa*, observa-se a atualização dos valores que são inscritos nos objetos levantados na sintaxe. Após a instauração do sujeito na análise narrativa, por meio da sua relação de junção que com o objeto-valor, são observados dois tipos de valores passíveis de serem sinalizados na narrativa: *descritivos* (abarcando os valores *objetivos* – consumíveis e armazenáveis – e os valores *subjetivos* – prazeres, estados de alma) e *modais* (os valores de *saber*, de *poder*, de *fazer* etc.).

Os tipos de relações estabelecidas entre o sujeito e objeto-valor são determinadas por categorias modais ou modalidades. Como há dois tipos de enunciado, um de *estado* e um de *fazer*, há também dois tipos de modalizações, a do *ser* e a do *fazer* (BARROS, 2002, p. 49). No primeiro caso, tem-se a modalização responsável por qualificar o sujeito para o *fazer*, em contrapartida, na modalização do *fazer*, modifica-se o estatuto dos objetos que estão em relação com o sujeito, como definem os estados passionais. Ao estabelecer uma problemática das paixões, Greimas e Fontanille (1993) propõem a transformação do sujeito do discurso em sujeito apaixonado, bem como as alterações sofridas pelo sujeito, dito na sua racionalidade narrativa, para emprestar um percurso passional.

Vale ressaltar, por fim, a constituição do sentido através dos níveis do percurso gerativo e a conexão existente entre eles. Retomando os valores axiológicos no nível fundamental, o nível narrativo ressoa no nível discursivo, visto que

as estruturas narrativas servem de suporte não apenas aos temas e figuras do discurso – que as ancoram, dentro de um universo de possibilidades semânticas, nas instâncias de tempo, espaço e pessoa, que, por sua vez, as concretizam em relação ao mundo dinâmico das coisas e dos seres –, mas também às pistas que denunciam a enunciação sempre pressuposta a qualquer evento de discursivização e textualização. (LARA; MATTE, 2009a, p. 5).

2.3. Nível discursivo

O *nível discursivo* se encontra na camada mais superficial do percurso gerativo do sentido, sendo conseqüentemente o nível mais próximo da manifestação propriamente dita. Neste patamar, as estruturas narrativas são assumidas por um sujeito da enunciação, tornando-as mais complexas e *enriquecidas* semanticamente (BARROS, 2005, p. 53). A enunciação, “instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 145), instaura os actantes da enunciação *eu* e *tu*, e estabelecendo, conseqüentemente, o ponto de referência das relações espaço-temporais (FIORIN, 2016a, p. 36), relativos à projeção de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*.

Isso permite que, no nível discursivo, um mesmo percurso narrativo de apropriação, por exemplo, onde o sujeito entra em conjunção com o seu objeto-valor, possa ser *tematizado* e *figurativizado* de diferentes maneiras:

Uma fotonovela, por exemplo, tem uma estrutura narrativa fixa: X quer entrar em conjunção com o amor de Y, X não pode fazê-lo (há um obstáculo), X passa a poder fazê-lo (o obstáculo é removido), o amor realiza-se. Entretanto, seu nível discursivo varia. O obstáculo, por exemplo, ora é a diferença social, ora é a presença de outra mulher, ora é uma doença e assim por diante. (FIORIN, 2018, p. 41).

A análise do nível discursivo, conforme informado no início desta fundamentação teórica, vai ser a mais explorada neste trabalho. Nesse caso, nos debruçaremos tanto sobre *sintaxe* quanto na *semântica discursiva*, com o intuito de refletir acerca da proposta desta dissertação e as ferramentas empregadas para os objetivos estabelecidos. No patamar da *sintaxe discursiva* encontram-se os mecanismos de instauração de *pessoas*, *espaços* e *tempos*, como os procedimentos utilizados pelo enunciador na sua argumentação, ou seja, nas estratégias elaboradas para fazer com que o enunciatário aceite o discurso que lhe é apresentado, um fazer persuasivo (FIORIN, 2018). O aspecto mais relevante do discurso é o de *fazer crer* o simulacro de sentido que ele propõe,

permitindo a comunicação entre os membros da interação. Nesta etapa da análise, serão estudados dois procedimentos a cargo da sintaxe discursiva: os mecanismos de projeção no enunciado das instâncias da enunciação *ego-hic-nunc* (eu-aqui-agora), conhecidos como *debreagem* e *embreagem*, e também as relações estabelecidas entre o enunciador e o enunciatário.

Os mecanismos responsáveis pela instauração de *pessoas*, *espaços* e *tempos* são a *debreagem* e a *embreagem*. Greimas e Courtés (1983) concebem o movimento de *debreagem* como sendo a “operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim construir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso.” (p. 95).

O movimento de *debreagem* pode ser resumido como a operação em que se projetam, no enunciado, as categorias de *pessoas*, de *espaços* e de *tempos*, nomeadamente *debreagem actancial*, *debreagem espacial* e *debreagem temporal* (FIORIN, 2016a). Em contrapartida, a *embreagem* consiste no efeito de retorno à enunciação, “neutralizando as oposições entre os *atores*, o *espaço* e o *tempo* do enunciado e os da enunciação” (BARROS, 2002, p. 77, grifos nossos). Nega-se, por meio da *embreagem*, a *debreagem* que lhe é logicamente pressuposta, produzindo o efeito de desreferencialização do enunciado que ela afeta (GERIMAS; COURTÉS, 1983). São concebidas, para tanto, uma *embreagem actancial*, para a neutralização da categoria de pessoa; uma *embreagem espacial*, concernente à neutralização da categoria de espaço; e, por fim, a *embreagem temporal*, para neutralizar a categoria de tempo.

Tanto a *debreagem* quanto a *embreagem* apresentam dois tipos de mecanismos distintos: a *enunciativa* e a *enunciva*. No caso da *debreagem enunciativa*, se instalam no enunciado os actantes da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), enquanto que na *debreagem enunciva*, ocorre a instauração dos actantes do enunciado (ele), o espaço do enunciado (alures) e o tempo do enunciado (então) (FIORIN, 2016a, p. 38). O mesmo fenômeno ocorre com a *embreagem*, sendo a *embreagem enunciativa* empregada quando um sistema enunciativo resta no enunciado; e *embreagem enunciva*, quando o termo embreante que permanece no enunciado for enuncivo.

É interessante, ainda, ressaltar a implicação da escolha das *debreagens* a serem utilizadas, quando busca compreender os efeitos de sentido que o uso destes mecanismos provocam na significação *texto*. No caso em que o enunciador recorre ao emprego *debreagem enunciva* gera a ilusão de objetividade, graças à especificidade de se manter afastada a instância *enunciativa*, por meio da eliminação das marcas de enunciação do texto; enquanto a *debreagem enunciativa* é carregada de subjetividade, ao permitir “o *eu* colocar-se no interior do discurso” (FIORIN, 2018, p. 64).

essas embreagens geram efeitos de sentido de *aproximação* ou *distanciamento*, que se concretizam como *subjetividade* e *objetividade* na categoria de pessoa; como *presentificação* e *absenteização* na de espaço; como *conjunção* e *deslocação*, *realidade* e *virtualidade*, *inacabado* e *não começado* na de tempo. (FIORIN, 2016a, p. 270, grifos no original).

A utilização das debreagens estabelece um diálogo e uma hierarquia entre elas, no firmamento das interlocuções. São reconhecidos, portanto, os empregos de debreagens de *primeiro* e de *segundo* graus.

Tabela 2 – Instâncias enunciativas



Fonte: Barros (2002, p. 75).

A debreagem funciona, nesse sentido, por meio de delegação interna de vozes, permitindo a distribuição de três instâncias enunciativas distintas, mas hierarquicamente relacionadas. O enunciador, *eu* pressuposto no nível da enunciação, é o destinador implícito do enunciado, e o seu correspondente, *tu*, é o enunciatário, o destinatário implícito. As instâncias do *eu* e do *tu* são ambas, portanto, responsáveis pela produção do discurso⁵⁶. Por meio do mecanismo de *debreagem de 1º grau*, o enunciador projeta o *eu* e o *tu* no interior do texto, o *narrador* e o *narratário* (FIORIN, 2018, p. 56). A *debreagem de 2º grau*, resultado de uma *debreagem interna*, ocorre “quando o narrador dá voz a um actante do enunciado” (*Idem.*, 2016a, p. 59), neste nível correspondente ao *interlocutor* e *interlocutário*. A marca frequentemente encontrada no texto da debreagem interna consiste no uso do *discurso direto*, com turnos marcados por travessão, tendo duas instâncias de *eu* projetadas no interior do enunciado: o do *narrador* e o do *interlocutor* (*Idem.*, 2018, p. 63).

O emprego da debreagem interna também é aplicado quando a intenção é a criação de efeitos de sentido de veracidade. Diferentemente do valor atribuído à verdade e à falsidade, no contexto

56 Conforme aponta Greimas e Courtés (1983), mesmo que o enunciador seja a instância responsável pela produção do discurso, nenhum *eu* encontrado no enunciado é o *sujeito da enunciação* em sentido estrito; o que se têm é um *simulacro da enunciação*, ou seja, uma *enunciação enunciada* ou *relatada*.

histórico-social, o valor atribuído à verdade, quando trazido para dentro do discurso, é dado segundo a “comprovação referencial ou à proximidade e autoridade da enunciação” (BARROS, 2002, p. 76). O efeito é obtido por meio de ilusões discursivas, com a proposição de que o discurso estaria, nesse caso, *copiando* o real, ao ceder a palavra aos interlocutores que servem de referente ao *texto*. Esse recurso é amplamente utilizado em discursos jornalísticos, cujo propósito é a criação da ilusão de objetividade e de um caráter verídico aos fatos.

No caso do *discurso indireto*, não há o funcionamento do mecanismo de debreagem interna; o que se observa é que “a fala do narrador invade a da personagem e esta é apresentada por aquela” (FIORIN, 2018, p. 68). O contrário ocorre no *discurso indireto livre*, quando a fala da personagem toma o espaço da fala do narrador, fazendo ressoar duas vozes no enunciado. Caberá ao enunciador, na estruturação do seu *ponto de vista*, “a maneira pela qual ele dispõe, organiza e orienta seus conteúdos” (BETRAND, 2003, p. 113), focalizando, por meio do movimento de debreagem/embreagem, determinados aspectos encontrados no *texto*, em detrimento de outros. Ao analista, o momento de realização da análise do discurso significa tanto a seleção como o reconhecimento dos procedimentos a serem usados para a obtenção de um efeito de sentido prévio, o qual varia de cultura para cultura, de ideologia para ideologia e de grupo para grupo.

As fronteiras dos níveis são móveis. Ultrapassá-las, misturar os graus, fazer de um actante de um nível actante do outro produzem um efeito de sentido de ficção, de metarrealidade, de liberação das rígidas convenções miméticas. Afinal, ficção é fingimento, é o processo pelo qual o homem tem o poder criador atribuído pelo mito à verdade. (FIORIN, 2016a, p. 110).

As projeções de tempo na enunciação são determinadas pela debreagem e pela embreagem temporal, seguindo a separação estabelecida entre *enunciativa* (eu/aqui/agora) e *enunciva* (ele/alhures/então). Ao trabalhar, nos estudos do aparelho formal da enunciação, com o conceito de tempo, Benveniste (1989) ressalta a distinção entre *tempo físico*, medido pelo indivíduo segundo sua subjetividade; o *tempo crônico*, estabelecido de acordo com fenômenos naturais (alternância do dia e da noite, trajeto visível do sol; tendo como marco zero o nascimento de Cristo ou de Buda, por exemplo); e o *tempo linguístico*, gerado pelo discurso e ordenado em relação ao *momento da enunciação*. Permanecendo na esteira de Benveniste (1989), o linguista ressalta o que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de organizar como função do discurso. Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala (*Ibid.*, p. 74).

O *momento da enunciação* marca o presente implícito do discurso, estipulado pelo *agora*, sendo todos os tempos intrinsecamente relacionados à enunciação (FIORIN, 2016a). Desta forma, o

momento da enunciação funciona como eixo ordenador de tempo para as oposições temporais da língua, comportando suas próprias divisões, sua própria ordem, independentemente do tempo crônico (Ibid., p. 127). O *tempo linguístico* apresenta, ainda, um segundo aspecto; concernente às relações de sucessividade entre os estados e as transformações narradas no interior do *texto*, nomeadamente *momento de referência*.

A relação estabelecida entre o *momento da enunciação* com o *momento de referência* se dá através da relação topológica de /concomitância vs. não-concomitância/. Quando “aquele que diz ‘agora, hoje, neste momento’ localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 78), o *momento de referência* é concomitante ao momento presente do discurso, e o sistema a ser empregado é o *enunciativo*. Fiorin (2016a) distingue o tempo presente em três categorias: *presente pontual*, quando existe coincidência entre o momento de referência e o momento da enunciação; *presente durativo*, quando o momento de referência ultrapassa o momento da enunciação; e por fim, o presente omnitemporal, quando o momento de referência é ilimitado. Entretanto, o *momento de acontecimento* pode se dar tanto de forma concomitante ao momento da fala, como pode ocorrer em momento anterior, na forma de pretérito, ou, ainda, pode se dar posteriormente ao momento da fala, caracterizando um tempo futuro. Temos, neste caso, o *pretérito perfeito 1*, no qual o acontecimento ocorreu antes do momento de referência *agora*; e o *futuro do presente*, estabelecendo uma relação de posterioridade do momento do acontecimento.

No caso em que o *momento de referência* é não-concomitante ao *momento da enunciação*, marca-se o tempo em relação à *anterioridade vs posterioridade*, ao eixo temporal *agora*. Com efeito, emprega-se o estabelecimento de um sistema de referência temporal enuncivo, dividido em dois subsistemas: *momento de referência pretérito* e um *momento de referência futuro*. Quando se estuda um momento de referência centrado no pretérito, o *momento de acontecimento*, concomitante ao tempo pretérito, pode ser exprimido de duas formas: *pretérito perfeito 2*, em caso de uma ação acabada, ou *pretérito imperfeito*, quando se trata de uma ação inacabada. O *momento de referência pretérito* possibilita também relação de não-concomitância com o momento do acontecimento, por meio do *pretérito mais-que-perfeito*, quando se tem uma anterioridade ao momento de referência no passado, e quando se observa uma relação de posterioridade, estipulada por um *futuro do pretérito*⁵⁷.

O *momento de referência futuro* apresenta uma relação de concomitância estabelecida através do *presente do futuro*. Fiorin (2016a) ressalta que, no português, o *presente do futuro* não possui forma específica, mas pode aparecer expresso por meio de um *futuro do presente simples* ou

57 O futuro do pretérito, conforme assinala Fiorin (2016a), pode ser dividido em um *futuro do pretérito simples*, de caráter imperfectivo, um *futuro do pretérito composto*, de caráter perfectivo.

de um *futuro do presente progressivo*, correlacionado a um *futuro do presente do subjuntivo* por conjunção. No caso de anterioridade em relação ao momento de referência futuro, tem-se um *futuro anterior*; e de posterioridade, observa-se um *futuro do futuro*.

Por último, temos a categoria da enunciação considerada a menos estudada, a categoria do *espaço* (*Ibid.*, p. 229). Como na questão temporal, em que ocorre a divisão entre o *tempo linguístico* e o *tempo crônico*, o mesmo ocorre com o *espaço*, podendo serem estabelecidos um *espaço linguístico* e um *espaço tópico*. No primeiro caso, o ordenamento do *espaço linguístico* se dá a partir do *aqui* em referência ao *eu* enunciativo, funcionando como gerador axial do discurso. É importante ressaltar que “o espaço linguístico não é o espaço físico, analisado a partir das categorias geométricas, mas é aquele onde se desenrola a cena enunciativa”. (*Ibid.*, p. 237). Suas categorias fundamentais de análise são baseadas na *direcionalidade* e no *englobamento*.

Na *direcionalidade*, articulam-se a *verticalidade* e *horizontalidade*, sendo esta, por sua vez, subdividida em *lateralidade* e em *perspectividade*. As categorias presentes na *direcionalidade* se encontram, por sua vez, relacionadas com as dimensões espaciais de altura, largura e comprimento. O ponto de partida das análises empregadas na *direcionalidade* são determinadas por um modelo antropológico, ou seja, delimitados principalmente pelo olhar (*Ibid.*, p. 235). Ao passarmos para o estudo do fenômeno de *englobamento*, observam-se as articulações entre *englobante* e *englobado*. No caso do *englobamento*, obtém-se recursos para a descrição das mudanças de posição. As categorias encontradas no *espaço linguístico* são, ainda, dinamizadas por meio da *expansão* e *condensação*, permitindo movimentos de origem *simples* ou *complexas*.

Em contrapartida, o *espaço tópico* funciona como especificador do *espaço linguístico*, podendo se encontrar de forma aparente ou implícita no discurso. Nesse sentido, o conceito de *debreagem/embreagem* se aplica ao *espaço linguístico*, e não ao seu tipificante, ou seja, o *espaço tópico*. Tem-se, portanto, *debreagem enunciativa*, quando o ponto de referência sinalizado no discurso for o espaço do enunciador; ou *enunciva*, quando se baseia de acordo com um ponto de referência inscrito no enunciado, fora da cena enunciativa (FIORIN, 2016a, p. 236).

Ao retomarmos a criação de efeitos de sentido de veracidade, conforme proposto pelo uso do discurso direto, é preciso refletir sobre o exercício de *construção de verdades* de determinados discursos, colocado prática quando se pensa na relação entre o enunciador e o seu enunciatário. Trata-se, nesse sentido, de uma persuasão a ser empreendida na instância discursiva, em que caberá ao enunciador levar o seu enunciatário visado a *crer* e a *fazer* determinada ação, lançando mão de “um simulacro de tudo o que poderia constituir a instância do seu actante complementar” (TATIT, 2019, p. 205).

Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de um contrato entre o enunciador com o enunciatário, nomeado *contrato de veridicção* (BARROS, 2002, p. 93), tal qual o *contrato fiduciário* firmado no nível da sintaxe narrativa. O contrato de veridicção será responsável pelo dispositivo de verdade ou falsidade, “funcionando como uma sobremodalização das paixões” (LARA; MATTE, 2009b, p. 29). O enunciador espalha pistas ao longo do discurso, determinando “como o enunciatário deve interpretar o discurso, deve ler ‘a verdade’” (BARROS, 2005, p. 61, grifos no original). As marcas a serem deixadas pelo enunciador devem ser sempre em conformidade com *verdade* assumida por determinado grupo cultural e social, a serem interpretadas pelo enunciatário, visto que “até mesmo a competência interpretativa do enunciatário é objeto de consideração do enunciador” (TATIT, 2019, p. 205).

No exercício de recolhimento dessas pistas, associadas aos conhecimentos e convicções que lhes são próprias, o enunciatário pode *crer* ou *não* no discurso proposto. Em outras palavras, cabe a ele aceitar ou não o contrato de verdade proposto, empreendendo “um simulacro da visão de mundo e das intenções do enunciador para realizar o seu fazer interpretativo” (*Ibid.*, p. 205). É importante sempre se ter em mente que não se trata necessariamente da produção de um discurso *verdadeiro* ou *falso*, por parte do enunciador. Na verdade, o que se tem é a criação de dois efeitos de sentido: a franqueza ou a dissimulação (FIORIN, 2016a, p. 34).

No estudo da *semântica discursiva*, ocorre, na passagem do *nível narrativo* para o *nível discursivo*, dois níveis de concretização das estruturas narrativas: a *tematização* e a *figurativização* (*Idem.*, 1999). A fórmula atribuída ao princípio de funcionamento relativo aos temas e figuras é a distinção entre as noções de *abstrato* e *concreto*. Contudo, quando analisados separadamente, as expressões encontradas como temas e figuras não são, necessariamente, termos polares, ou seja, o que se tem é uma alteração de forma gradativa; do mais abstrato em direção ao mais concreto: “os temáticos explicam o mundo; os figurativos criam simulacros do mundo” (*Ibid.*, p. 6). Fiorin (2018) ressalta que “todos os textos tematizam o nível narrativo e depois esse nível temático poderá ou não ser figurativizado” (FIORIN, 2018, p. 90). Isso significa afirmar que é passível encontrar-se um *texto* apenas temático, mas o inverso, um texto apenas figurativo, não é realizável.

Na esfera dos *temas*, encontram-se as categorias que organizam, classificam, ordenam os componentes encontrados no mundo natural (LARA; MATTE, 2009b, p. 70). Segundo Greimas e Courtés (1989), a tematização operada pela instância da enunciação pode concentrar-se nos sujeitos, seja nos objetos, seja nas funções, ou repartir-se mais ou menos igualmente entre os elementos da estrutura narrativa. Os temas podem aparecer na forma de *percursos temáticos*, em textos nos quais a presença da tematização faz-se superior às coberturas figurativas. Eles são caracterizados pelo

encadeamento de traços semânticos específicos do texto, não remetidos ao mundo natural, sem, portanto, a necessidade de cobertura figurativa.

Após realizada a tematização do discurso, pode ocorrer outro tipo de revestimento semântico, nomeado *figurativização*. O discurso *figurativizado* propõe uma criação de efeitos de realidade, ou seja, cria-se uma ilusão do mundo real por meio do uso de figuras do mundo natural (existente ou criado) que recobrem os temas. A figura consiste em “todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural” (FIORIN, 2018, p. 91). Isso permite, aos conteúdos figurativos, preencherem-se de formas variadas e caracterizarem, ao mesmo tempo, um único tema. Assim como ocorre com a tematização, a cobertura figurativa permite a elaboração de redes relacionais de figuras, dispostas em um *percurso figurativo*. Vale ressaltar que a figurativização ocorre de acordo com diferentes *graus de iconização*, sendo o grau mais elevado responsável por criar ‘ilusões do real’, a partir do procedimento de *ancoragem*⁵⁸ em atores, tempo e espaço que o destinatário do texto reconhece como ‘reais’. (BARROS, 2019, p. 207).

Caracterizar um texto como sendo figurativo ou temático não implica na atribuição de uma exclusividade a cada um desses domínios. O que ocorre, na verdade, é uma dominância, seja de temas ou de figuras, ao longo do conteúdo analisado. Em um fragmento assinalado como temático, por exemplo, têm-se a inferência de uma predominância de temas, mas, ainda assim, é possível o levantamento de algumas figuras. Cabe ao sujeito da enunciação, responsável pela disseminação tanto de temas quanto de figuras, ratificar, pelo emprego dos temas e das figuras, a coerência semântica do seu discurso. Vale ressaltar que a forma como os percursos são organizados, segundo a sua estruturação narrativa, também é responsável por acarretar efeitos de sentidos (FIORIN, 2018).

Na busca dos sentidos do *texto*, conforme assinala Barros (2005), não é suficiente apenas o exame dos percursos temáticos e figurativos. Um *texto* apresenta uma rede de significação possível de ser inferida pelo enunciatário e o que permite o controle das interpretações é a delimitação imposta por meio da *isotopia*. As *isotopias* são as repetições de traços semânticos que determinam um dado plano de leitura (FIORIN, 1999). Não apenas responsáveis pela chave de interpretação de um texto, elas se responsabilizam também pela homogeneidade e coerência semântica de um enunciado. Lara e Matte (2009b, p. 79) afirmam que “é a isotopia que [...] faz dele (o texto) não um amontoado aleatório de temas e figuras, mas uma unidade de sentido”.

As repetições das unidades semânticas abstratas, encontradas em um mesmo percurso temático, são nomeadas de *isotopias temáticas*. Trata-se de uma homogeneidade de temas abstratos

58 Greimas e Courtés (1983) definem a ancoragem como “um conjunto de índices espaço-temporais... que visam a construir o simulacro de um referente externo e produzir o efeito de sentido de ‘realidade’”. (p. 21, grifos no original).

encontrados em uma materialidade textual, cuja interpretação se dá pela “recorrência de um traço semântico ao longo de um texto, o que determina um plano de leitura” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 196). Bertrand (2003) cita, como exemplo de textos com predominância de *isotopia temática*, os discursos filosóficos, científicos e teóricos. Entretanto, o material temático pode vir ou não encoberto por figuras. Ao se encontrar o emprego predominantemente de material figurativo (ou *temático-figurativo*), o resultado obtido é uma *isotopia figurativa*.

Fiorin (1999) ressalta que em um texto podem ser encontradas várias isotopias distintas e, desta forma, vários *planos de leitura*. Neste caso, é possível que um mesmo texto apresente *variações isotópicas*, ou seja, ocorrências de mais de uma isotopia, o que torna mais complexa a sua interpretação. As isotopias podem ser encontradas em relação de *contraposição* umas com as outras, como também de *superposição*, por meio de *conectores* e *desencadeadores* de isotopias. Um conector de isotopia “é um termo que possui dois ou mais significados, isto é, um termo polissêmico, presente no texto, que possibilita sua leitura em dois planos distintos” (*Idem.*, 2018, p. 115). Os lexemas ou sintagmas conectores são, em geral, enxergados em *metonímias* e *metáforas*. No caso dos elementos *desencadeadores* de isotopias, há a proposição de outra interpretação no *texto*, por meio da impossibilidade de integração ao plano de leitura reconhecido (o que implica a necessidade de elaboração de um segundo plano).

A análise do nível superficial do percurso gerativo de sentido, o nível discursivo, permite, ainda, estabelecer as determinações sociais sofridas pela linguagem. O aglomerado de percursos figurativos e temáticos, bem como os percursos narrativos, resultam em uma *configuração discursiva*. O que chama a atenção para a configuração discursiva é o fato de ela só ser apreendida, ao realizar a análise de determinado discurso, por meio da sua relação com outro discurso. Barros (2002) ressalta, ainda, que “a configuração, da mesma forma que o lexema, é virtual e se realiza sob a forma de percursos figurativos” (p. 123).

Outras questões podem ser apreendidas no nível discursivo, como é o caso da *ideologia*. Tomada como visão do mundo e como criação de ilusão da realidade social (BARROS, 2002), a ideologia pode ser encontrada em todo o discurso, ou seja, “o discurso é sempre ideológico” (*Ibid.*, p. 48). Segundo Fiorin (2005), “é no nível superficial, isto é, na concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda, que se revelam, com plenitude, as determinações ideológicas” (p. 21). Conforme visto nos tópicos anteriores, uma mesma estrutura narrativa é passível de ser tematizada e figurativizada de diversas maneiras, sendo as “manifestações da figuratividade determinadas pelos códigos culturais de apreensão do sentido” (BERTRAND, 2003, p. 207). Em síntese, o que se infere por meio dos percursos temáticos-figurativos, é que um mesmo percurso

narrativo permite a manifestação de universos ideológicos diversos, visto que as figuras são, por excelência, o lugar do ideológico no discurso (BARROS, 2002).

Encontram-se, no patamar superficial do percurso gerativo de sentido, as relações estabelecidas entre o enunciador e o enunciatário. Conforme elucidado nas categorias de debreagem e embreagem no quadro da sintaxe discursiva, bem como no estudo do *contrato veridictório*, cada enunciador correspondente a um *eu* pressuposto que projeta, no interior do discurso, uma outra instância, notadamente o enunciatário ou *tu* pressuposto. Trata-se, como ilustrado na semântica discursiva, na produção de um enunciado pelo enunciador que deve levar em consideração as crenças, os conhecimentos, os afetos e os valores do seu enunciatário. Este último atua, nesse sentido, como um co-enunciador produtor do discurso, posto que “o enunciatário não é um ser passivo” (FIORIN, 2008, p. 154). Este corresponde, entretanto, a um *actante da enunciação* ao lado do enunciador, na medida em que constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações (*Idem.*, 2004).

Importante destacar que, no processo de concretização temático-figurativa dos actantes da enunciação, retomada a partir do estudo da totalidade dos discursos, notadamente do *eu/tu* pressupostos, obtêm-se uma nova categoria, caracterizados como sendo os *atores da enunciação*. Pensar no estudo dos atores da enunciação implica, antes de mais nada, em empreender uma análise das marcas da enunciação deixadas no enunciado. Conforme assinala Fiorin (2008), para que se possa depreender a imagem do enunciador e do enunciatário, procura-se recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do *texto*. Trata-se, nesse sentido, no exame tanto da escolha do assunto, quanto da construção das personagens, dos gêneros escolhidos para a construção do enunciado, do nível de linguagem usado no corpo textual, do ritmo de escrita adotado, da escolha dos temas e das figuras por parte do enunciador, das isotopias criadas no interior do texto etc.

Ao depreendermos e examinarmos a materialidade discursiva em sua totalidade, obtemos, em um primeiro momento, o caráter do enunciador daquele discurso, ou as marcas do seu *éthos* (FIORIN, 2008). O *éthos* para semiótica discursiva, conforme destaca Discini (2004), “é corpo, é voz, é caráter de uma totalidade, sendo que o corpo da totalidade enunciada remete ao corpo do ator da enunciação” (p. 30). Todavia, os atores da enunciação se veem envolvidos num ato comunicativo cuja finalidade primeira consiste na persuasão, tendo em vista que “a eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso” (FIORIN, 2004, p. 74). Compreender a disposição do enunciatário significa, sobretudo, conceber a disposição do auditório, nomeadamente o seu *páthos*, ou melhor, “a disposição do sujeito para ser isto ou aquilo” (*Idem.*, 2016b, p. 73).

No estudo do *páthos*, tomamos como ponto de partida o fato de que o enunciatário deve, antes de mais nada, se identificar com o discurso materializado pelo *texto*. Isso implica que a instância em que prefigura o enunciatário deve constituir-se, por meio do enunciado, um sujeito e “identificando-se com um dado *éthos* do enunciador” (FIORIN, 2008, p. 157). Nesse sentido, é preciso ter em mente que

O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses, mas, sim, porque ele se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. (*Idem.*, 2004, p. 74).

A eficácia do discurso depende, nesse sentido, na incorporação, por parte do enunciatário, do *éthos* do enunciador. Para tanto, este último emprega coerções em seu enunciado, com fins de enquadrá-lo nas exigências propostas pelo seu auditório. O enunciador concebe, por meio de um simulacro, tudo o que poderia constituir a instância de seu actante complementar: suas crenças, seus conhecimentos, seus afetos e seus valores (TATIT, 2019). Fiorin (2008) relembra a diferença entre falar para um auditório de leigos ou de especialistas, para um adulto ou uma criança. A imagem do enunciatário ou seu *páthos* são, portanto, “as coerções discursivas a que obedece o enunciador” (p. 153).

Na semiótica, falar do *éthos* do enunciador implica empreender um sujeito construído pelo discurso, ou seja, “recorrência de um fazer e na recorrência de um ser, o que indica o seu aspecto, ou seu modo de ser” (DISCINI, 2004, p. 28). Ao retomar as categorias de *debreagens*, são encontrados, no que se refere à instância da enunciação, diferentes níveis enunciativos em um mesmo texto. Nesse sentido, *éthe* distintos são formulados relacionados ao *enunciador*, ao *narrador* e ao *interlocutor*. No caso desse último, o interlocutor, o que se tem é o *éthos* de uma personagem construída no interior de um texto, conforme as descrições físicas e psíquicas que são apresentadas. Contudo, ao falar da imagem discursiva de uma obra específica de dado autor, fala-se, na verdade, da construção do *éthos* do narrador; ao contrário, quando se busca compreender o *éthos* do enunciador, faz-se necessária a análise de todas as suas obras.

No que tange à análise dos atores da enunciação depreendidos no estudo dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, em se baseando, para esse fim, no aparato metodológico da semiótica greimasiana, ressaltamos, por último, a quantidade de exemplares publicados que circularam na sociedade francesa da época. Sendo necessário para a apreensão do *éthos* do enunciador e, conseqüentemente do *páthos* do enunciatário, a investigação de uma totalidade de discursos, ou *totus*, nos propomos estratégias delimitadoras que nos permitissem alcançar os objetivos visados.

Trata-se, nesse sentido, de encontrar um equilíbrio entre a extensão do *corpus* e a exaustividade de análise, visto que “Se a natureza do corpus, pela extensão e variedade próprias, pode prejudicar a exaustividade de análise, pode, porém, contribuir, tanto para a verificação da eficácia do instrumento metodológico adotado [...]” (DISCINI, 2004, p. 24).

A partir da totalidade discursiva necessária para a retomada do estilo, infere-se, conforme elucida Discini (2004) um *unus* enquanto unidade integral e o *totus* enquanto totalidade integral, em que “é o recorte do leitor que decide o que é considerado unus ou totus” (p. 34). Para trabalhar com os jornais, compreendemos, nessa perspectiva, os cinco primeiros editoriais enquanto *unus*, capazes de ilustrar “uma regularidade e uma previsibilidade de um modo de ser e de fazer” (*Ibid.*, p. 35). A escolha dos cinco primeiro, e não de outro padrão de análise (aleatório ou os últimos), se justifica pela necessidade de ter um padrão entre os dois jornais que permitisse, de fato, a apreensão do totus de forma coerente. Será, portanto, a partir do estudo dos cinco primeiros editoriais do *La Citoyenne* e do *La Fronde* que buscaremos refletir, portanto, a cerca dos atores da enunciação, conforme trabalharemos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE SEMIÓTICA: *LA CITOYENNE* E *LA FRONDE*

Tendo percorrido os aspectos históricos que circundam o *ser* da mulher na sociedade francesa do século XIX e, posteriormente, esboçado os aspectos teóricos que sustentam a pesquisa, passemos à análise dos jornais propriamente dita. Optamos, para tanto, em analisá-los separadamente, partindo das estratégias de manipulação encontradas no nível da sintaxe narrativo rumo à concretização do sentido no patamar discursivo.

Por ter sido o primeiro a ser publicado, em 1881, começaremos nossa análise pelo jornal *La Citoyenne* e, na sequência, estudaremos o jornal *La Fronde*, publicado em 1897. Adotamos, para ambos os jornais, os mesmos padrões de análise a fim de, posteriormente, realizarmos a comparação entre eles. Iniciaremos nosso estudo compreendendo o funcionamento dos dois jornais, desde as suas aparições, perpassando pela construção dos seus enunciados e a configuração do *layout* da sua materialidade. Em seguida, adentraremos no estudo dos cinco primeiros editoriais publicados pelos jornais. No caso do *La Citoyenne*, os seguintes textos: “*La Citoyenne*” (13/02/1881), “*C’est l’habit qui fait l’électeur*” (20/02/1881), “*La puissance du vote*” (27/02/1881), “*Une objection banale*” (06/03/1881) e “*Les mères peuvent voter*” (13/02/1881). No caso do *La Fronde*: “*Ménagères ou Courtianes?*” (09/12/1897), “*Nos Idylles*” (10/12/1897), “*La Fortune de Jean Bruno*” (11/12/1897), “*Mille Francs*” (12/12/1897) e “*Notre Pays*” (13/12/1897). Optamos por trabalhar com os editoriais publicados pelos cotidianos em razão de não conterem apenas a ideologia do jornal ou do jornalista, como as formações ideológicas dos seus leitores (HERMAN; JUFER, 2001).

A análise empreendida se dá da seguinte forma: em primeiro lugar, faremos o estudo das estratégias de manipulação, para, então, compreendermos as questões relativas à sintaxe discursiva. A etapa seguinte consistirá no estudo dos temas e das figuras do jornal, tomando como ponto de partida, portanto, as estratégias de manipulação/persuasão esboçadas no tópico anterior. Por fim, depreenderemos os atores da enunciação, construções discursivas correspondentes ao *éthos* do enunciador e ao *páthos* do enunciatário.

3.1 *La Citoyenne*: apresentação geral

Fundadora do *Le Droit des femmes* [Direito das mulheres], em 1876, Hubertine Auclert é reconhecida por estudiosos da história do feminismo pelo seu empenho em dar ímpeto à corrente que gradualmente se torna o foco de toda a luta das mulheres, como citamos no capítulo anterior, o *sufrágio universal* (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985). Auclert era, nesse sentido, constantemente, encontrada na linha de frente na luta pelo direito ao voto, chegando a ser reconhecida por alguns historiadores como uma das primeiras mulheres a se autodeclarar feminista (CHENUT, 2012). Hubertine Auclert também se destaca pela sua atuação a fim incitar as mulheres francesas a atuarem em conjunto, estimulando-as a reivindicarem seus direitos como cidadãs, tais quais os concedidos ao sexo masculino. A militante participou na realização de campanhas que incentivavam as cidadãs a se inscreverem nas listas eleitorais em 1881 e em 1885, bem como a preconizarem greves contra os impostos que as afligiam⁵⁹. Sempre persuadida da necessidade de se conquistar direitos políticos para a outra metade da população da França, notadamente as mulheres, Auclert publica, em 1881, o seu próprio jornal intitulado *La Citoyenne*. Um dos argumentos que estava em constante pauta pela editora, ao atuar nos movimentos militantes, era em defesa de que as mulheres também podiam ser cidadãs, posto que o gênero em nada influenciava na faculdade política do ser humano (SCOTT, 2002, p. 171). Feito um primeiro esboço da diretora do *La Citoyenne*, passaremos agora para a composição do jornal por ela publicado.

Para as análises elaboradas nesta pesquisa, encontramos, digitalizados, no acervo da *Bibliothèque Spécialisées de Paris* [Biblioteca Especializada de Paris], desde o primeiro exemplar do jornal *La Citoyenne*, datado de 13 de fevereiro de 1881, até sua última publicação, publicada em 15 de novembro de 1891, antes de ser decretado o encerramento do periódico⁶⁰. A partir do primeiro contato, ou seja, no exercício de folhear os documentos, consideramos importante ressaltar o fato de que algumas publicações não se encontram mais acessíveis em sua integridade. A edição completa do jornal era constituída normalmente de quatro páginas, todas possuindo frente e verso, organizadas desde um sumário até seu fechamento com propagandas. Atualmente se constata, todavia, ao se revisitar o acervo da *Bibliothèque Spécialisées de Paris*, a presença de exemplares digitalizados com apenas uma ou duas páginas de suas edições. São edições que, em alguns casos, encontram-se sem a folha de rosto ou sem a última página.

59 NEVEU, Christine Bard Valérie. Visages du suffragisme français. *Musea : musée virtuel sur l'histoire des femmes et du genre*, 2004. Disponível em: <http://musea.univ-angers.fr/exhibits/show/visages-du-suffragisme-fran/presentation>. Acesso em: 16, março 2020.

60 O encerramento do jornal não é citado na sua última aparição, sendo o número similar aos seus antecessores. Tal atitude pode ser interpretada como um interesse, por parte da equipe editorial, em continuar com a publicação.

Outro aspecto relevante a ser levantado consiste na frequência das publicações, cuja escolha da periodicidade é atribuída à própria equipe editorial do *La Citoyenne*⁶¹. O jornal começa a publicar, de 1881 a meados de 1882, um novo exemplar a cada semana, passando, em seguida, a publicar suas edições apenas uma vez ao mês de 1882 a 1890. Em 1891, o periódico muda novamente de configuração, adotando o modelo quinzenal, com exemplares no 1º e no 15º dia de cada mês, respectivamente. Tem-se, ainda, no ano de 1891, uma alteração no que tange à troca do cargo da então editora-chefe Hubertine Auclert para a sua substituta, Maria Martin⁶². Entretanto, a mudança de coordenação não implicou numa alteração significativa no conteúdo do *La Citoyenne*, ou na estruturação dos editoriais da publicação, sendo possível encontrar ainda textos assinados por Auclert nestas últimas edições. Nesta pesquisa, interessam-nos os cinco primeiros editoriais publicados pelo jornal, notadamente: *La Citoyenne* (13/02/1881), *C'est l'habit qui fait l'électeur* (20/02/1881), *La puissance du vote* (27/02/1881), *Une objection banale* (06/03/1881) e *Les mères peuvent voter* (13/03/1881).

É importante destacar que as múltiplas periodicidades adotadas pelo *La Citoyenne* não dificultam o trabalho de mapeamento global dos editoriais construídos no corpo do jornal, mesmo que seja possível constatar algumas alterações das respectivas nomenclaturas no decorrer dos anos. Ao contrário, o jornal se apresenta bastante conciso em suas propostas, alimentando-se sobretudo de temáticas que envolvam a parcela feminina da população francesa, conforme ilustrado pela configuração dos seus editoriais.

Logo no cabeçalho, tem-se, impresso em letras grandes e grossas, ocupando toda linha principal, o nome do jornal: “*La Citoyenne*”, seguido pelo enunciado “Jornal semanal” (*Journal hebdomadaire*). Posicionado abaixo do título, tem-se os valores das assinaturas do periódico: 1,50 francos para o período de três meses, 3 francos para assinaturas de seis meses e 6 francos àqueles que optarem por assinar pelo prazo de um ano. Também é possível obter o periódico do estrangeiro, custando 2 francos, 4 francos e 8 francos, respectivamente, conforme os prazos citados acima. Tem-se ainda a data referente ao dia da publicação, o endereço em que se encontra a redação do jornal, bem como a administração, e, por fim, o nome da diretora: Hubertine Auclert.

Dando sequência para o estudo dos editoriais que compõem o todo do *La Citoyenne*, é apresentado, em um primeiro momento, um sumário com a síntese dos tópicos trabalhados pela edição, acompanhado, em seguida, por um texto assinado pela editora Hubertine Auclert⁶³. O espaço

61 Antes de efetivar a alteração da periodicidade, o jornal dedica um artigo para esclarecer o fato ao público.

62 Trata-se do período em que Hubertine Auclert embarca para a Argélia, acompanhando o marido em missão. Apesar da distância, Hubertine continua a enviar regularmente artigos ao *La Citoyenne*, sobretudo no que tange às condições de vida das mulheres argelianas (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977).

63 Como Maria Martin assume o cargo diretivo tardiamente, tomaremos apenas as aparições de Hubertine, real fundadora do periódico, como preponderantes para a análise aqui empreendida.

permite que a editora exprima sua opinião sobre determinado assunto, sem se distanciar das questões que se encontram, em alguma medida, relacionadas ao campo semântico do feminino.

A partir deste primeiro olhar sobre a composição do periódico, constatamos que o jornal se volta para questões relacionadas aos acontecimentos estrangeiros, a partir de um espaço nomeado “Estrangeiro” (*Étranger*), constituindo-se como um resumo político da semana. Não se trata, contudo, de uma síntese dos eventos políticos de ordem geral. O jornal delimita, uma vez mais, as suas temáticas abordadas conforme as lutas empreendidas pelas mulheres que, nesse caso, abarcam atuações femininas que se desenrolam em outros países, desde a Inglaterra aos Estados Unidos.

Tem-se ainda, através de uma seção denominada “Ecos” (*Échos*), o relato das conquistas recentes de mulheres da sociedade, sejam elas operárias, professoras ou escritoras, por exemplo; e por um “Boletim Financeiro” (*Bulletin Financier*), onde são ressaltados os aspectos econômicos mais relevantes transcorridos ao longo da semana/quinzena/mês. Passa-se, então, aos espaços dedicados às publicações de poemas e de trechos literários, sejam eles de autores recém-chegados no cenário cultural ou que fazem referência a escritores já consagrados, como George Sand⁶⁴; uma “Bibliografia” (*Bibliographie*), com dicas de leitura de romances, contos e poesias; e as “Novelas do ‘La Citoyenne’” (*Feuilleton de ‘La Citoyenne’*)⁶⁵, cujas temáticas das histórias narradas sempre se relacionam ao universo feminino.

O jornal comporta ademais um artigo dedicado à “Necrologia” (*Necrologie*), em que são relatados os falecimentos mais recentes de mulheres com certo grau de notoriedade social, e a publicação dos “*Faits Divers*”, espaço atribuído aos relatos de acontecimentos dos mais variados tipos, como pequenos acidentes domésticos, relatos de assaltos, acidentes de trânsito etc. Constatase, ainda, a presença de outras seções voltadas a aconselhar as cidadãs francesas de uma forma mais assertiva: “Moda” (*La mode*), com as tendências do mundo da moda; “Correspondência” (*Correspondance*), com trechos das cartas enviadas ao jornal, seguido pela resposta de algum membro do corpo editorial; “Oferta de emprego” (*Offre d’emploi*), em que são divulgadas ofertas de empregos exclusivas para mulheres, em sua maioria constituídos por cargos de instrutoras de línguas estrangeiras para crianças ou vaga de professoras para jovens moças de famílias ricas.

Na composição da última página do periódico, são apresentadas e descritas as associações femininas que se faziam presentes na sociedade do período, com fins de divulgação e angariação de novos membros: “Trabalho das libertas de Saint-Lazare e pequenos asilos temporários para mulheres e crianças” (*Oeuvre des libérées de Saint-Lazare et des petits asiles temporaires pour*

64 Na publicação de 13 de março de 1881, por exemplo, em um artigo nomeado “*Une femme à un homme*”, o jornal traz um trecho da obra *Indiana*, de George Sand.

65 O espaço dedicado ao *Feuilleton* aparece desde a segunda edição, datada de 20 de fevereiro de 1881, com textos de Louise de Lasserre, e persiste apresentando novos autores até a última edição de número 187, de 15 de novembro de 1891.

Femmes et Enfants), fundada em 1870 e que auxiliava as ex-detentas a se reintegrarem na sociedade; “O Porvir” (*L’Avenir*), sociedade instituída em 1863, para auxiliar as mulheres no comércio e na indústria; “Sociedade pela popularização do aleitamento materno” (*Société pour la propagation de l’allaitement maternel*), constituída em 1876, para propagar o aleitamento materno em todas as classes e para auxiliar as mães que se encontravam sem condições financeiras de criar sua criança e, por fim, a associação “Obra de Miss de Broen” (*Oeuvre de miss de Broen*), concebida em 1871, por *Miss de Broen*, com objetivo de oferecer assistência médica aos mais necessitados.

Contudo, consideramos importante citar que, de janeiro de 1882 ao mês de março do mesmo ano⁶⁶, o jornal *La Citoyenne* se vale da sua última página para empreender uma campanha a fim de angariar contribuintes, ao instituir a seção “A Sociedade anônima *La Citoyenne*” (*La Société anonyme La Citoyenne*). A partir da fundação da sociedade, que aparece acompanhada de seus objetivos, as edições posteriores passam a colocar, ao final do número, uma lista dos inscritos, bem como o valor correspondente de cada uma das contribuições. Entre os números 60, 61 e 62, do *La Citoyenne*, publicados em 1882, encontram-se listados os nomes dos novos inscritos da sociedade. Trata-se de uma média de 10 pessoas, variando entre homens e mulheres. Todavia, constata-se uma redução drástica do número dos colaboradores com o passar dos anos, em que o jornal passa a possuir apenas um contribuinte fixo, nomeado *Monsieur de Gasté*, com a contribuição média mensal de 100 francos. Retomaremos esse aspecto quando formos constituir a imagem do enunciador e do enunciatário do jornal, tendo em vista o efeito de sentido que o caráter restritivo, ocasionado devido os baixos financiamentos, provocaram no periódico.

Ao prosseguir com a compreensão da estrutura do jornal, nota-se a composição do *La Citoyenne* pela escolha de fontes pequenas, com as palavras bastante próximas e frases longas, dispostas em cinco colunas. O texto verbal ocupa praticamente toda página, o que permite a construção de uma materialidade mais concentrada, salvo os raros aparecimentos de gravuras, conforme ilustrado pela figura 1.

66 Seriam, nesse caso, as edições de números 54, 55 e 56.

Figura 1 – La Citoyenne



Fonte: *La Citoyenne*, nº 4 (06/03/1881).

As poucas ilustrações encontradas ao longo das publicações são majoritariamente dispostas na parte atribuída à propaganda, localizada ao final de cada edição. Apesar da disposição de um espaço dedicado à promoção de certos produtos comerciais, o *La Citoyenne* aparenta não possuir muitos interessados em divulgar seus produtos na materialidade do periódico. Ao contrário, nota-se a presença de escassas propagandas, como é o caso do anúncio da divulgação de novidades relacionadas ao mercado de máquinas de costura, uma dentre as poucas encontradas.

Figura 2 – Publicidade no *La Citoyenne*.



Fonte: *La Citoyenne*, nº 13 (08/05/1881).

Contudo, uma exceção se faz presente quando se trabalha com emprego de imagens pelo jornal. Trata-se das imagens referentes às publicações divulgadas durante todo ano de 1883. São um total de 12 edições do *La Citoyenne* que contém uma gravura logo na primeira página, acompanhada de um enunciado, conforme apresentado pela figura 3.

Figura 3 – Capa do *La Citoyenne*



Fonte: *La Citoyenne*, nº 69 (05/02/1883).

O fenômeno prefigura o que, assim como as ilustrações referentes às propagandas, a semiótica considera como sendo *texto sincrético* (cf. Capítulo 2). Não nos deteremos sobre a análise

das gravuras encontradas no jornal, tendo em vista a delimitação dos cinco primeiros editoriais, conforme elucidado anteriormente.

Nesse sentido, por mais que o jornal se encontre organizado em seções bem delimitadas, boa parte do seu conteúdo não se apresenta ancorado ou diretamente relacionado a nenhum deles. São artigos que se constroem a partir das reivindicações propostas pelo corpo editorial, segundo o período da publicação, podendo vir a aparecer em apenas uma publicação. Tendo em vista a imensa quantidade de números que circularam na sociedade no período, chegando ao total de 187 exemplares, selecionamos, para os propósitos desta pesquisa, os cinco primeiros editoriais, todos assinados pela então diretora do *La Citoyenne*, Hubertine Auclert.

Isso posto, abordaremos, na análise, como já sinalizado, os primeiros editoriais que compõem a materialidade discursiva do *La Citoyenne*, publicados em 1881: 13 de fevereiro, (*La Citoyenne*), 20 de fevereiro, (*C'est l'habit qui fait l'électeur*), 27 fevereiro (*La puissance du vote*), 06 de março (*Une objection banale*) e 13 de março (*Les mères peuvent voter*). Trata-se, nesse sentido, de um recorte delimitado que nos possibilita um melhor exame qualitativo do texto do jornal, sem perder de vistas a necessidade de um estudo quantitativo, em referência ao *unus, totus e nemo* abordado no capítulo da fundamentação teórica. Nesse sentido, retomando a afirmação de Discini (2004), “ao falar em estilo (*éthos*), falamos em unidade e em totalidade; unidade, porque há um sentido único, ou um efeito de individuação; totalidade, porque há um conjunto de discursos, pressuposto à unidade” (p. 31). O que almejamos, portanto é a apreensão da unidade e o efeito de totalidade, pressuposto a essa unidade, visando à apreensão do *éthos* do enunciador, conforme estipulado pela semiótica discursiva.

3.2 *La Citoyenne*: análise semiótica

Nesta seção, olharemos para o jornal *La Citoyenne* a partir da teoria semiótica. Dessa forma, buscaremos responder aos seguintes objetivos específicos da pesquisa, conforme estipulado na introdução: a) elucidar, no estudo do nível narrativo, o enunciado elementar sobre o qual o discurso do *La Citoyenne* se constitui; b) examinar, num primeiro momento, no quadro da sintaxe narrativa, os tipos de manipulação empregados pelo destinador-manipulador do jornal *La Citoyenne*; c) analisar, na concretização da manipulação no nível discursivo, as diferentes estratégias persuasivas utilizadas pelo enunciador para com o enunciatário do periódico; d) observar, no quadro da sintaxe discursiva, como se dão as projeções da enunciação no discurso do jornal *La Citoyenne*, a partir das categorias de pessoa, tempo e espaço, bem como seus possíveis efeitos de sentido; e) depreender os temas e figuras que constituem a semântica discursiva do periódico, buscando compreender como estes reproduzem em tais textos o imaginário social; f) verificar, em função dos valores característicos de cada um, o *éthos* construído pelo *La Citoyenne*; g) depreender o *páthos* do enunciatário, ator da enunciação, pressuposto pela existência do enunciado.

3.2.1. Estratégias de manipulação e persuasão

Para que possamos empreender a análise das estratégias de manipulação empregadas pelo enunciador em *La Citoyenne*, atentaremos, neste primeiro momento, para a relação estabelecida do primeiro contato do enunciador junto ao seu enunciatário. Tomamos, portanto, o artigo inaugural do periódico, que leva o próprio nome do jornal, “*La Citoyenne*” (13/02/1881), escrito pela editora e fundadora, Hubertine Auclert, sendo este texto responsável por apresentar os propósitos a serem defendidos pelo periódico. Observa-se, nessa perspectiva, o nome atribuído ao primeiro artigo, bem como o próprio nome do periódico. O que se tem é a feminilização da palavra *citoyen* do francês, a partir da nominalização da categoria de cidadã, apresentado por *citoyenne*. A escolha do substantivo não deve passar despercebido, posto que

No feminino, o título de cidadã conserva todo o seu valor subversivo, ele torna as mulheres indivíduos livres, capazes de pensar por elas mesmas, de apresentar demandas e de defendê-las com perseverança. (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993, p. 17, tradução nossa).

Ao empregar justamente o nome *La Citoyenne*, o jornal oferece uma primeira pista do tom que pretende adotar na construção dos seus enunciados, ou seja, uma atitude que busca reivindicação de atributos de cidadão universal à parcela feminina da sociedade francesa do século XIX. A feminilização da palavra do francês, em contraponto, portanto, a sua significação linguística associada ao masculino, encontra ramificações entre as vertentes do movimento feminista reconhecidas na contemporaneidade. Monique Wittig (1985) alerta, por exemplo, para o uso do plural *elles*, pouco empregado no francês corrente, posto que “*elles* nunca indica o geral nem é portador de um ponto de vista universal” (p. 5). Ainda retomando Wittig (1985), ao falar da noção da supremacia do gênero masculino na linguagem, a autora destaca que “erradicá-la não só modificaria a linguagem no seu nível léxico, mas perturbaria a sua própria estrutura de funcionamento” (p. 7). Ao empreender, anos antes, a feminilização da palavra cidadão na concepção do seu jornal, dando espaço para o gênero feminino tanto no nível lexical quanto no político, Auclert se insere nos propósitos que viriam a ser defendidos por Wittig. Deduz, nessa perspectiva, uma visada vanguardista por parte da diretora do *La Citoyenne*, ao relatar ser o gênero linguístico um problema igualmente relevante a ser apresentado, especialmente por ilustrar a condição da mulher na sociedade como um todo.

Apresentados os aspectos básicos da relação entre o jornal e seu leitor, passamos para a análise do primeiro texto publicado pelo jornal. Para compreendermos, desta forma, as estratégias

de manipulação esboçadas no nível narrativo, é preciso, antes de mais nada, termos em mente os objetivos estabelecidos pela *La Citoyenne*. Logo de início, no editorial da primeira publicação, datado de 13 de fevereiro de 1881, atestamos um enunciador, figurativizado pela jornalista Hubertine Auclert, que sinaliza qual é a sua motivação por detrás da produção o jornal. É importante, contudo, lembrar que não se trata de Hubertine Auclert em “carne e osso”, mas de uma imagem discursiva da jornalista no texto. De forma sucinta, são apresentados pela instância enunciativa do jornal, os objetivos que encorajaram a fundação do periódico, bem como os percursos que serão adotados, a fim de que os propósitos sejam alcançados:

Para este jornal, cujo único objetivo é reivindicar a igualdade de gênero, não apenas a qualidade civil do Francês, mas também a qualidade política do cidadão, e – pode parecer estranho para alguns – a análise dos eventos passados e a observação dos eventos presentes nos fazem subordinar a libertação civil das mulheres a sua libertação política. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁶⁷.

Vê-se, neste primeiro momento, a apresentação do objetivo principal levantado pelo periódico. Conforme o enunciador, o jornal *La Citoyenne* almeja, majoritariamente, de forma sintetizada, a luta pela reivindicação de “igualdade de gênero”. Contudo, antes de avançarmos, é importante sublinharmos a afirmação de que o jornal empreendera um “análise dos eventos passados e a observação dos eventos presentes”, com vistas, segundo o próprio periódico, a fundamentar a noção de liberdade civil da mulher diretamente relacionada com a necessidade da atribuição da sua liberdade política. Podemos adiantar se tratar, neste caso, de um fenômeno de ordem educativa, em que é oferecido ao destinatário um objeto valor cognitivo, estabelecendo uma modalização do *saber*.

Abordaremos, neste momento, quais são as estratégias narrativas/discursivas empregadas pelo destinador/enunciador para alcançar o objetivo de persuadir o seu destinatário/enunciatário, levando-o a *crer ser verdadeiro* o conteúdo esboçado pelo primeiro texto publicado no *La Citoyenne*. Observamos, nesse sentido, que as outras publicações analisadas se constroem, em grande medida, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo primeiro texto de Auclert, funcionando este, portanto, como um guia temático. Buscaremos trazer, desta forma, fragmentos das outras quatro edições que nos permitem sustentar essa proposição. Posteriormente, analisaremos os *temas* e as *figuras* disseminados pelo sujeito da enunciação ao longo das publicações, a fim de constituirmos o *éthos* discursivo e, por conseguinte, o seu *páthos*.

67 Tradução livre de: « Pour ce journal, dont le but unique est de revendiquer l'égalité de la femme et de l'homme, non seulement la qualité civile du Français, mais encore la qualité politique du citoyen, et même – cela paraîtra peut-être étrange à quelques-uns – l'examen des événements passés et l'observation des événements présents nous font subordonner l'affranchissement civil de la femme à son affranchissement politique. ».

Ao nos debruçarmos sobre as estratégias de manipulação encontradas no discurso do primeiro texto do *La Citoyenne*, vale sublinhar se tratar de um *destinador-manipulador* que exerce um *fazer-crer* sobre o seu *destinatário*, a fim de que este realize determinada performance. Compreendido como sendo um *sujeito-mulher* marginalizado ao longo da história, o destinatário do fragmento abaixo é interpelado pelo *destinador-manipulador*, cabendo aceitar ou não os *objetos-valores* que lhe são oferecidos. Oportuno ressaltar que toda a trajetória construída por este sujeito se vê, contudo, perturbada pelo antissujeito *homem*, que realiza ações para dificultar que a conjunção do *sujeito-mulher* com os *objetos-valores* se concretize⁶⁸. Caso se busque compreender o fazer do antissujeito *homem*, ao longo do nível narrativo, poder-se-ia ressaltar se tratar de um antissujeito amplo, podendo vir a ser a sociedade como um todo.

Apresentado o programa narrativo de base, passamos para primeira estratégia de manipulação empregada pelo destinador do jornal *La Citoyenne*, apresentada a partir do recurso da *provocação*. Neste sentido, a instância manipuladora oferece, ao seu destinatário, certas imagens tidas como negativas por ambos e que este deve, em todos os sentidos, evitar. O sujeito modaliza-se, desta forma, para um *dever-fazer* (BARROS, 2002). Todavia, cabe ao destinatário, na manipulação por provocação “aceitar a imagem desfavorável que dele foi apresentada ou fazer o que o manipulador pretende” (*Ibid.*, p. 39). O destinatário/enunciário do jornal é levado a se comprometer com as indagações esboçados pelo destinador/enunciador do *La Citoyenne*, se não quiser ver sua imagem vinculada aos valores negativos elencados pelo discurso.

É a lei humilhante que, por atestado civil verbal ou escrito, identifica as mulheres com os homens imbecis e privados dos seus direitos. As mulheres não estão autorizadas a prestar testemunho nem na certidão de nascimento, nem na certidão de casamento, nem no contrato de venda⁶⁹ (*La Citoyenne*, 13/02/1881).

São sinalizados, portanto, os valores negativos relacionados à humilhação das mulheres, depreendido a partir da sentença “lei humilhante” (*loi humiliante*) presente no enunciado. O trecho apresenta ainda outros valores negativos, referentes à exclusão das mulheres da cena pública. Observa-se, portanto, um sujeito da narrativa que se encontra em estado de *disjunção* com direitos tomados como básicos para qualquer cidadão, notadamente o de testemunhar em atos civis: constatar um nascimento, um casamento ou uma venda. No fragmento, o *destinador-manipulador*

68 A compreensão de um percurso narrativo em que o sujeito mulher tem suas ações perturbadas por um antissujeito masculino vai de encontro com os estudos feministas contemporâneos. Observa-se, portanto, a interpretação de que “sentimento anti-homem estava muito presente entre as ativistas do início do feminismo, que reagiram com ira à dominação masculina”. (HOOKS, 2018, p. 18).

69 Tradução livre de: « C’est la loi humiliante qui, pour attestation civile verbale ou écrite, assimile les femmes aux hommes imbeciles et aux hommes déchus de leurs droits. Les femmes ne sont reçues à témoigner ni dans un acte de naissance, ni dans un acte de mariage, ni dans un acte de vente ».

apresenta, desta forma, o valor cidadania como algo indispensável ao *sujeito-mulher*, ao estabelecer que apenas com a passagem do estado de *disjunção* para o estado de *conjunção* com a qualidade política de cidadã. Não meramente com a qualidade civil de francesa, outorgada desde a revolução francesa, será apenas com a conjunção com os valores de direitos civis básicos, a mulher conquistará, segundo o programa narrativo proposto pelo jornal, a liberdade face ao mal em que se encontra.

Ao passarmos para a análise da manipulação por provocação na instância da enunciação propriamente dita, por meio do estudo da sintaxe discursiva, observamos que o fragmento citado se constrói pela debragem enunciativa, configurando-se, desta forma, como um enunciado-enunciado. Conforme assinala Barros (2005), ao abordar os efeitos de sentidos depreendidos pela análise da enunciação, os textos em terceira pessoa se constroem, geralmente, pelo emprego de um narrador observador. O uso desta manobra discursiva, semelhante à empreendida no trecho acima, permite a produção, por parte do jornalista-observador, de ‘dono da verdade’, empenhado pelo “saber de ‘várias fontes’” (*Ibid.*, p. 57). Entretanto, ao contrário do efeito de imparcialidade recorrente na escrita jornalística, atestado por Barros (2005), o trecho do *La Citoyenne* apresenta, em diversas situações, formas explícitas dos valores defendidos, retomando o ponto de vista adotado pelo sujeito da enunciação. A afirmação é justificada pelo aparecimento de marcas semânticas que avaliam de forma pejorativa a condição das leis sobre as mulheres: “humilhante” (*humiliante*) e “imbecis” (*imbéciles*). Mesmo se tratando ainda do primeiro exemplar do jornal, podemos ressaltar a visada mais crítica e assertiva a ser assumida pela instância enunciativa. São ilustrados os valores assumidos pelo enunciador, mesmo que neste fragmento não constate de forma direta a presença do ‘eu’, fenômeno que se repete, ademais, em outros editoriais: “Em toda esta sociedade organizada contra elas, as mulheres não têm outro meio de obter justiça além de conquistar o poder de fazer justiça a si mesmas” (*Dans cette société tout entière organisée contre elles, les femmes n’ont pas d’autres moyens d’avoir justice que d’obtenir le pouvoir de se faire justice à elles-mêmes*) (*La Citoyenne*, 27/02/1881).

São catalogados e ilustrados aspectos negativos que circundam o campo semântico do ‘ser mulher’, tomados como sendo verdades irrefutáveis enquanto a estrutura da sociedade francesa do século XIX, tal qual compreendida pelo *La Citoyenne*, vigorar. Sociedade carregada de leis que impedem às cidadãs de exercerem suas potencialidades, e cuja situação permanecerá enquanto for este o sistema atuante:

Isto faz com que não duvidemos que até a mulher não possuir essa arma – o voto – sofrerá do regime do direito masculino. Todos esses esforços serão em vão para conquistar as suas liberdades civis e econômicas. É a lei do casamento que faz com que a mulher casada e os

seus bens pertençam ao seu marido. É a lei da tutela que, para excluir as mulheres (salvo a mãe e os seus ascendentes) da tutela e dos conselhos da família, não hesite em degradá-las com os refractários e os loucos. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁷⁰.

Para dar maior consistência às sanções negativas atribuídas às mulheres que buscavam a conquista pelo seu espaço na sociedade, o enunciador *La Citoyenne* recorre, ainda, ao uso de debreagens internas, remontando a discursos proferidos por outros autores. Conforme esboçado no quarto editorial, datado de 06 de março de 1881, o enunciador traz para o seu discurso outras vozes que remetem a imaginários socioculturais contrários à independência política feminina: “[Que] uma vez que as mulheres não têm que cumprir as mesmas funções do que os homens, elas não devem ter os mesmos direitos que eles” (*Que les femmes n’ayant pas à remplir dans la société le même rôle que les hommes, elle ne doivent pas posséder les mêmes droits qu’eux*); “Sua posição te faz você perder os seus direitos” (*Ton rôle te fait déchoir du droit*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881).

Ao abordar um acontecimento já apresentado, retomando um enunciador externo, o *La Citoyenne* cria, ao recorrer ao recurso do discurso direto, o efeito de sentido de se tratar de uma reivindicação pautada em acontecimentos do mundo real. Segundo Fiorin (2016a), o fato de empregar uma debreagem interna, ao se valer do recurso do discurso direto, implica que “a finalidade de criar efeitos de sentido de realidade e não a de ser real” (p. 65). Contudo, as vozes que perpassam o discurso não são figurativizadas por um ator específico, não possuindo, portanto, uma concretização no nível do discurso. São, ao contrário, enunciados construídos a partir do que o jornal compreende como sendo o senso comum adotado pela sociedade. Ou seja, o enunciador é o responsável por dar a sua própria versão das informações que foram apresentadas, seja deformando sua entoação, uma contextualização, uma escolha do fragmento a ser citado (*Ibid.*). Não apenas responsável por gerenciar o que será apresentado e o que será deixado de lado, tem-se, ademais, a própria interpretação do *La Citoyenne* do senso comum desfavorável à emancipação das mulheres.

Inferimos, portanto, na manipulação por provocação, um destinador/enunciador que se vale única e exclusivamente de questões que abordam os problemas que se encontram em relação, direta ou indireta, com qualidade civil das cidadãs francesas, e busca, a partir desse ponto, expor os argumentos que o levaram a tomar esta iniciativa. Os aspectos são apresentados, no esforço de evidenciar os valores negativos elencados pelo enunciador, a partir da adoção de uma estratégia argumentativa por ilustração. Segundo Fiorin (2018), no argumento por ilustração, o “narrador

70 Tradução livre : « Ceci fait qu’il est hors de doute pour nous que pendant que la femme ne possédera pas cette arme – le vote – elle subira le régime du droit masculin. Tous ces efforts seront vains pour conquérir ses libertés civiles et économiques. C’est la loi sur le mariage qui fait de la femme mariée et de ses biens la chose du mari. C’est la loi sur la tutelle qui, pour exclure les femmes (excepté la mère et les ascendants) de la tutelle et des conseils de la famille, n’hésite pas à les casser avec les repris de la justice et les fous. ».

enuncia uma afirmação geral e dá exemplos com a finalidade de comprová-la” (p. 75). Por este ângulo, o jornal apresenta que “Não duvidamos que enquanto a mulher não tiver essa arma – o voto – ela sofrerá do regime do direito masculino.” (*il est hors de doute pour nous que pendant que la femme ne possédera pas cette arme – le vote – elle subira le régime du droit masculin*). Ao expor a afirmação, o narrador apresenta os motivos pelos quais outras opções de sociedade não são mais possíveis, ou seja, uma situação em que os homens permaneçam fazendo leis em benefício próprio, posto que “Foi o homem quem estabeleceu as leis atuais, e as mesmas não o incomodam. Pelo contrário, dão-lhe todas as facilidades para nos importunar.” (*c’est l’homme qui a établi les lois actuelles, et ces lois ne le gênent pas. Bien au contraire, elles lui donnent toutes les facilités de nous gêner*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881).

Contudo, observa-se que o *La Citoyenne* ensaia respaldar a construção das suas reivindicações de forma que não vá agredir, em certa medida, os valores patriarcais da sociedade francesa do século XIX. O jornal elabora seu enunciado a partir da construção de contrastes, no domínio da argumentação por ilustração, entre os aspectos que defende e objeções que poderiam vir a ser levantadas pelo enunciatório do jornal:

As mulheres não faltariam mais aos seus deveres familiares contribuindo com as sua inteligência ao bem da sociedade, do que indo à igreja, ao teatro, aos seus fornecedores, se forem ricas, aos seus patrões, se forem pobres.

A maternidade não se opõe mais à prática dos direitos civis do que à prática de um comércio, de uma profissão ou de uma arte. (*La Citoyenne*, 13/03/1881)⁷¹.

Poder-se-ia deduzir um posicionamento paradoxal por parte do *La Citoyenne*, em que ora assume uma visada mais assertiva, ora recorre à ilustração de contra-argumentos, indicando um possível retraimento do enunciador. O que chama a atenção, na verdade, é o que se compreende como sendo a iniciativa do jornal pelo estabelecimento do diálogo entre as partes em desacordo: os defensores dos direitos das mulheres e parte daqueles contrários à causa. O jornal *La Citoyenne* retoma, para tanto, discursos assumidos como verdades pela sociedades, também compreendidos como sendo a doxa, e que são capazes de aproximar os homens (CAUQUELIN, 1999). O esforço ensaia recair na atitude de aproximar o leitor do jornal para os aspectos nele defendidos, sem perder de vista, contudo, as objeções passíveis de serem levantadas.

Importante aprofundarmos nossa reflexão sobre a busca constante do jornal em estabelecer o diálogo com o seu público-alvo. Permanecendo no estudo dos mecanismos discursivos que

71 Tradução livre de : « Les femmes ne manqueraient pas plus à leurs devoirs familiaux en contribuant pour leur part d’intelligence au bien de la société, qu’elles n’y manquent en allant à l’église, au théâtre, chez leurs fournisseurs, si elles sont riches, chez leurs patrons, si elles sont pauvres... La maternité ne s’oppose pas plus à l’exercice des droits civiques, qu’elle ne s’oppose à l’exercice d’un commerce, à l’exercice d’une profession, à l’exercice d’un art. ».

recobrem a manipulação por provocação, constatamos, ademais, o recurso frequente das interrogações ligadas a um novo tipo de estratégia persuasiva. Conforme constata Barros (2002), os diferentes tipos de manipulação (provocação, sedução, tentação e intimidação) podem aparecer, em um texto, “combinados e confundidos em estruturas de manipulação complexas” (p. 38). Tendo em vista sobretudo os jogos retóricos empregados pelo enunciador do *La Citoyenne*, inferimos, ademais, uma manipulação por *intimidação*, em que o destinador busca modalizar o seu destinatário também por um dever-fazer com valores negativos (ameaças).

O enunciatário é, desta forma, interpelado pelo *enunciador* a fazer parte do jogo enunciativo desde o primeiro texto, exercício repetido ao longo dos demais editoriais que compõem nossa análise do *La Citoyenne*. São questionamentos deixados em aberto propositalmente pelo ‘*eu*’ projetado no interior do texto, cabendo ao ‘*tu*’ instaurado no enunciado respondê-los: “Quem são esses que podem revogar as leis exclusivas que oprimem as mulheres na vida civil?” (*Quels sont ceux qui peuvent abroger les lois uniques qui oppriment les femmes dans la vie civile?*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881); “As cidadãs – Homens privados dos seus direitos. Porque os inscrevem [nas listas eleitorais]?” (*Les citoyennes – Des hommes déchus de leurs droits. Pourquoi inscrivez-vous?*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881); “Será que não existem homens cuja função é construir casas, outros a função de medir roupas, aqueles de escrever, imprimir, aqueles de lavrar a terra?” (*N’y a-t-il pas des hommes qui ont le rôle de construire des maisons, d’autres, le rôle de railler des habits, ceux-ci d’écrire, d’imprimer, ceux-là de labourer la terre?*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881); “A responsabilidade de criar o filho não cabe solidariamente aos dois pais?” (*Est-ce que le soin d’élever l’enfant n’incombe pas solidairement aux deux autres auteurs de la naissance?*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881).

Poder-se-ia inferir um jogo retórico em que se procura mostrar que o orador adversário, no caso a sociedade tal qual se constitui no momento, esboçada pela colocação do actante-sujeito da enunciação homem (*l’homme*), ao argumentar a inferioridade da mulher, “produz elementos contraditórios” (ARISTÓTELES, 2005, p. 294). A partir da interpelação provocada pelo *La Citoyenne*, compete ao enunciatário da mensagem conceber suas próprias decisões a partir das provocações/intimidações que lhe são dirigidas, acreditando como sendo seus os valores criticados. Olhando pelo viés da manipulação, o destinatário é intimado pelo destinador, tanto pelo uso do imperativo quanto pelo recurso retórico das perguntas, a aceitar o contrato que lhe é oferecido, a ser um sujeito modalizado por um *dever-fazer*.

Mais do que isso, em algumas situações, as perguntas são respondidas pela própria instância enunciativa, quando se fala, por exemplo, das mulheres fingirem serem homens e votarem: “O que faria a autoridade? Levaria as mulheres ao tribunal? Nós desconfiamos” (*Que pourrait faire*

l'autorité? Traduirait-elle les femmes devant les tribunaux? Nous l'en défions) (*La Citoyenne*, 20/02/1881); “O que é bom para um gênero seria mau para o outro? Que as mulheres desconfiem desses falsos conselhos.” (*Ce qui est bon pour un sexe serait-il mauvais pour l'autre? Que les femmes se méfient de ces faux conseils*); (*La Citoyenne*, 27/02/1881) ; ou quando retomam mulheres à frente de reinados : “Veem esta rainha que só pode obedecer, que só pode se submeter às injúrias e aos maus tratos? A ironia é cruel.” (*Voyez-vous cette reine qui ne peut qu'obéir, qui ne peut que se soumettre aux injures et aux mauvais traitements? L'ironie est cruelle*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881). O enunciador do jornal provoca o seu enunciatário com questionamentos que pertencem ao mesmo universo de valores compartilhado por ambos, mas, nesse caso, não se trata mais de uma solicitação a participar diretamente da interação. Ao contrário, o enunciatário é estimulado pelo enunciador e levado a refletir sobre as soluções/respostas que este apresenta.

Não apenas manipulações sustentadas por um *dever-fazer*, o periódico recorre a outros métodos para levar o seu destinatário a estar de acordo com o contrato fiduciário proposto. Passamos, portanto, para o estudo do mecanismo de manipulação por *tentação*, também compreendida pela semiótica discursiva como a modalização que busca levar o destinatário a um *querer-fazer*. Por meio da manipulação por tentação, o destinador se empenha em oferecer um objeto valor cultural considerado desejável pelo seu destinatário. Vale lembrar que “a manipulação só será bem-sucedida se o sistema de valores for compartilhado pelo manipulado” (*Ibid.*, p. 39). Observemos, nessa perspectiva, mais dois fragmentos extraídos do primeiro editorial do jornal:

A cidadã reerguer-se-á prontamente da sua deplorável situação econômica, o Estado e a legislação não a inferiorizando mais, a instrução da mulher sendo, tal como a dos homens, essencialmente (sic) útil.

A cidadã quintuplicará a eficácia da sua influência materna, criará o filho não para si mesma, não para ele: para a sociedade. Inculcará à criança essas virtudes privadas e públicas, que farão ela e os seus companheiros felizes.

A mulher investida dos mais elevados direitos sociais, a cidadã terá o poder de dotar as gerações de tão grandes visões morais, que nas relações humanas a fraternidade substituir-se-á ao egoísmo, e na sociedade – a harmonia – este objetivo das aspirações de todos – aos conflitos atuais.

Já que, na nossa opinião, a emancipação da mulher deve resultar uma fonte de bens para toda a humanidade. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁷².

72 Tradução livre de : « La femme citoyenne se relèvera promptement de sa fâcheuse situation économique, l'État et la législation ne l'infériorisant plus, l'instruction de la femme étant, comme celle de l'homme, essentiellement (sic) utile.... La femme citoyenne quintuplera l'efficacité de son influence maternelle ; elle élèvera l'enfant non pour elle, non pour lui : pour la société ; elle lui inculquera ces vertus privées et publiques qui feront son bonheur et celui de ses semblables. La femme investie des plus hauts droits sociaux, la femme citoyenne, aura le pouvoir de doter les générations d'une si grande hauteur de vues morales, que dans les rapports humains la fraternité se substituera à l'égoïsme, et dans la société – l'harmonie – ce but des aspirations de tous – aux tiraillements actuels... Puisque, de l'affranchissement de la femme, doit découler, selon nous, une source de biens pour toute l'humanité » .

O sujeito-mulher da narrativa, que neste trecho figurativizado, na instância discursiva, como actante-sujeito da enunciação “a mulher cidadã” (*la femme citoyenne*), é colocado em cena pelo *destinador-manipulador*. O destinador-manipulador se vale do sujeito, com vistas a demonstrar as possibilidades que serão atribuídas ao destinatário, caso o contrato fiduciário seja firmado e o sujeito passe a ser, a partir de então, o *sujeito da ação*, empreendendo o percurso da *performance*. O fenômeno se repete, por exemplo, no quarto editorial do *La Citoyenne*, datado de 06 de março de 1881 “Não é porque uma mulher votaria, que deixaria de ser para a família aquilo que o sol é para a flor, uma estrela que a aquece com o seu amor. Não! as mulheres podem usufruir de todos os seus direitos e serem irrepreensíveis no cumprimento dos seus deveres.” (*Ce n’est pas parce que la femme voterait qu’elle cesserait d’être pour la famille, ce qu’est le soleil pour la fleur, un astre qui la réchauffe de son amour. Non! les femmes peuvent à la fois jouir de l’intégralité de leurs droits et d’être irréprochables dans l’accomplissement de leurs devoirs*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881).

Ao buscar empregar valores compartilhados por boa parte da população francesa⁷³, o enunciado se mostra não direcionado apenas à parcela feminina da população. O jornal reforça, ao contrário, um diálogo com a sociedade como um todo, ou seja, um diálogo também voltado à adesão dos demais cidadãos franceses. Contudo, ele o faz a partir da ilustração de objetos de valores descritivos positivos, relacionados às melhorias políticas e sociais, na condição de que o sujeito-mulher conquiste, primeiramente, os direitos como cidadã francesa, em semelhança ao estatuto atribuído aos homens. Os benefícios da sanção positiva, resultante da conjunção estabelecida pelas mulheres com seus direitos recairiam, nesse sentido, não apenas sobre um grupo social específico, mas abarcariam toda a população francesa, indo contra com os valores almejados pela Terceira República: “Então, neste triplo ponto de vista, a felicidade do homem, o interesse da criança, a harmonia da família, é urgente que a mulher, a mãe, exerça o mais rápido possível os seus direitos cívicos.” (*Donc, à ce triple point de vue, le bonheur de l’homme, l’intérêt de l’enfant, l’harmonie de la famille, il est urgent que la femme, que la mère, exerce au plus tôt ses droits civiques*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881).

Passamos, neste estágio, para o estudo da manipulação por tentação, agora na sua cobertura empreendida no nível discursivo. Ressaltamos, em um primeiro olhar que, apesar de todo o fragmento ser novamente se constituir a partir de uma debreagem actancial enunciativa, constatado pelo emprego da voz em terceira pessoa, tem-se a mescla a partir do uso da debreagem temporal enunciativa. O marco temporal utilizado faz alusão a um acontecimento posterior em relação a um

73 Conforme ilustrado pelos movimentos revolucionários, tem-se o desejo por uma sociedade francesa pautada em valores morais da família, a harmonia da sociedade e a preservação das novas gerações (cf. Capítulo 1).

dado momento de referência, situado no presente, devida ocorrência dos verbos “*aura*” e “*substituera*”, o que constitui um futuro do presente em francês. Segundo Fiorin (2016a), o uso do tempo futuro “indica um efeito de uma causa de cuja verificação depende da sua ocorrência” (p. 137). O fragmento se constrói a partir do efeito de um porvir. Trata-se de um mecanismo em que se faz necessária a realização da ação, conforme o programa estipulado pelo manipulador, para que o *destinatário* receba, ao final, uma *sanção positiva*.

No texto do primeiro artigo do *La Citoyenne*, o emprego da debreagem enunciativa não recai apenas sobre as marcas de tempo, com vistas a ilustrar um momento de referência situado no presente. Ocorre, todavia, conforme assinalado no estudo da debreagem temporal, a utilização de uma debreagem actancial enunciativa, relatando a relação entre o enunciador e o enunciatário na forma do pronome “*nous*” (nós):

Aos que irão nos acusar da exclusividade, de fazer da questão das mulheres uma questão particular, respondemos que seremos obrigados a fazer uma questão das mulheres enquanto houver uma situação especial para as mulheres, e antes que essa situação tenha cessado de imperar, antes que as mulheres tenham o poder de intervir em todos os lugares onde os interesses estão em jogo para os defender, uma mudança na condição econômica ou política não remediaria à situação das mulheres. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁷⁴.

Tanto em francês (CHARAUDEAU, 1992) quanto em português (FIORIN, 2016a), o pronome “*nós/nous*” corresponde à categoria de pessoa amplificada, estruturada conforme a relação estabelecida entre o binômio “*eu/je*” + “*tu*” ou “*ele*”/“*eles*”⁷⁵. No fragmento supracitado, o “*nous*” faz referência ao sujeito da enunciação “*je*”, correspondente à imagem discursiva de Hubertine Auclert, associado ao “*ils*”, em referência aos demais membros integrantes do jornal. Esse fenômeno é recorrente na escrita dos editoriais: “Se *nós* pedimos por todas as mulheres... é porque *nós* sabemos que o sentimento da responsabilidade, que resulta da posse do direito, desperta em alto grau a ideia do dever.” (*si nous demandons pour toutes les femmes... c’est que nous savons que le sentiment de la responsabilité, qui résulte de la possession du droit, éveille à un haut degré, l’idée du devoir.*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881, grifos nossos). Nesse caso, estamos lidando com um “*nous*” exclusivo, gerando um plural do autor, posto que “não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, ele tem atrás de si a comunidade científica (editorial do jornal)” (*Ibid.*, p. 85). Por mais que

74 Tradução livre de : « A (sic) ceux qui nous accuseront d’être exclusifs, de faire de la question des femmes une question particulière, nous répondons que nous serons obligés de faire une question des femmes aussi longtemps qu’il y aura une situation particulière faite aux femmes, et qu’avant que cette situation ait cessé d’exister, avant que la femme ait le pouvoir d’intervenir partout où les intérêts sont en jeu pour les défendre, un changement dans la condition économique ou politique de la société ne remédierait pas au sort de la femme. ».

75 Vale lembrar, nesse sentido, que tanto o JE como o TU são estruturas reconhecidas como os actantes-sujeitos da enunciação, ou seja, os participantes da ação enunciativa (FIORIN, 2018, p. 56).

quem assine os editoriais que compõem a totalidade dos discursos encontrados no *La Citoyenne* seja a sua diretora Hubertine Auclert, a sua voz aparece em par com os dos demais responsáveis pelo jornal: A. L., Antoin Lévrier, Draigu, Léon Cladel, Maurice Lachâtre, Émile Digeon, J. B. Clément, Paulino Orell, Julia, Ciboulette de Pot-au-Feu, Docteur Sagonne e Clovis Hugues. Todos esses fazem parte de um discurso amplo, materializado pelo *La Citoyenne*.

Todavia, o “*nous*” empregado no *La Citoyenne* apresenta outras possibilidades de significação, para além de se referir à própria equipe. Tomemos, a título de exemplo, outra passagem referente ao texto introdutório do jornal, para ilustrar o funcionamento deste outro aspecto atribuído ao pronome “*nous*”

Foi o homem quem estabeleceu as leis atuais, e as mesmas não o incomodam. Pelo contrário, dão-lhe todas as facilidades para nos importunar. Além disso, em vez de suprimir essas leis que tornam a mulher numa escrava, o homem se encarrega de criar outras que alargam ainda mais o seu horizonte. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁷⁶.

No trecho assinalado, o emprego explícito do binômio “*je/tu*” instaura aquele com quem se fala, por meio do “*nous*” inclusivo, conforme elucidado no capítulo de fundamentação teórica (cf. Capítulo 2), em que o espaço do “*tu*” é ocupado pelo narratário/enunciário a partir do simulacro “*les femmes*”. Ao fazer o movimento de *aproximação* (FIORIN, 2016a), no estabelecimento de uma relação de equivalência entre o enunciador e o seu enunciário, o jornal se coloca à imagem e semelhança do que seria, portanto, o seu público feminino, ou as mulheres leitoras do periódico. Conforme assinala Charaudeau (1992), “quando o interlocutor é múltiplo (*les femmes*), o locutor, como no caso do *eu* colocado por *tu*, fala como se estivesse repetindo o assunto deste” (p. 153, tradução nossa). O efeito de sentido gerado no emprego deste mecanismo consiste no processo que vise a adesão entre as partes, em que enunciário se reconheça no discurso produzido pelo jornal. O enunciador do *La Citoyenne* cria o sentido de atribuição de voz aos anseios e necessidades ao seu correspondente na cena enunciativa, por meio de um “*eu*” amplificado.

Isso não ocorre apenas na primeira publicação do *La Citoyenne*, mas nos editoriais posteriores, todos assinados com o nome de Hubertine Auclert: “Então nós, mulheres, somos informadas: é o hábito que faz o eleitor” (*Ainsi, nous, femmes, nous sommes renseignées: c’est l’habit qui fait l’électeur*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881), “Nós temos a certeza que o homem está ciente da sua incapacidade de fazer uso do poder que possui” (*nous sommes fondés à croire que l’homme a conscience de son incapacité utilisatrice, du pouvoir qu’il possède*) (*La Citoyenne*,

76 Tradução livre de : « Mais c’est l’homme qui a établi les lois actuelles, et ces lois ne le gênent pas. Bien au contraire, elles lui donnent toutes les facilités de nous gêner ; aussi, au lieu de supprimer ces lois qui rendent la femme esclave, l’homme s’occupe d’en créer qui élargissent encore son horizon. ».

27/02/1881). O jornal atribui, ainda, a carga de fazer ressoar as demandas das mulheres a todos aqueles que compartilham dos mesmos objetos de valores culturais.

É possível encontrar mais uma ocorrência do emprego da pessoa ampliada “*nous*”, situada na relação entre enunciador e enunciatário. Trata-se do emprego de sentenças no modo imperativo, tendo como ponto de partida os verbos conjugados na 1ª pessoa do plural “*nous*”: “Demostremos primeiro que o quadradinho de papel que chamamos de boletim de voto, é realmente para cada um que o detém, uma parte do poder nacional, de dominação, de autoridade que faz lei.” (*Démontrons tout d’abord que le petit carré de papier qu’on appelle un bulletin de vote, est bien réellement pour chacun de ceux qui le possèdent une part de puissance nationale, une part de domination, une part d’autorité qui fait loi*) (*La Citoyenne*, 27/02/1881). Conforme assinala Charaudeau (1992), o uso do ‘*nous*’, no imperativo, pode ser compreendido como “estabelecimento de um pacto de aliança que institui os sujeitos participantes da ação como heróis coletivos” (p. 159, tradução nossa). Tem-se não apenas o movimento de aproximação entre o enunciador e o enunciatário, mas também o estabelecimento de certas tomadas de atitudes que o receptor da mensagem deve realizar, caso o contrato fiduciário, situado no nível narrativo, se concretize. Isso corrobora, ademais, com a manipulação por intimidação e por provocação esboçados anteriormente, visto que o imperativo tem como um dos seus sentidos a ordem.

Ao retomar o que se caracterizava como sendo o fazer jornalístico no século XIX, destaca-se, no estudo da imprensa, o desenvolvimento da *escrita íntima* no espaço dedicado ao editorial. Por mais que se pressuponha a singularidade de uma consciência, este tipo de estilo, ressaltado pela presença explícita do ‘*eu*’ (*je*) no enunciado, no caso a associação entre o ‘*eu*’ e o ‘*tu*’, invoca, ao contrário, consciências diversas, “afetadas pelos mesmos questionamentos universais e particulares” (THÉRENTY, 2009, p. 185, tradução nossa). O *La Citoyenne* se fundamenta, nessa perspectiva, na construção da sua singularidade na exposição dos seus valores. Singularidade esta, contudo, compartilhada por outras consciências, persuadidas da mesma necessidade da luta das mulheres por direitos.

Importante ressaltar que não se trata de uma conversa em que as partes se encontram em posições hierárquicas diferentes, em que o ‘*eu*’ do jornal transmite seu discurso de forma unilateral. O que se constata é sempre um *eu* que tenta, constantemente, trazer o seu *tu* correspondente para o discurso. O enunciador do periódico se coloca em uma relação de igualdade frente a seu enunciatário, reforçando o efeito de sentido de *aproximação*. O uso da pessoa ampliada *nous*, e o emprego do seu correlativo no imperativo, além de se colocarem em um posicionamento de lado a lado com o enunciatário, incita, desta forma, o compartilhamento dos valores expostos e dos

posicionamentos estabelecidos pelo *La Citoyenne*, bem como a empreenderem as ações esboçadas pela instância narrativa.

A análise apresentada é confirmada pelo próprio jornal ao colocar, em todas as cinco edições escolhidas para este estudo, um artigo posicionado logo após o texto assinado por Hubertine Auclert. Trata-se de um enunciado que não traz nenhum título nem nome de responsável, dando a ideia de ter sua autoria assumida por todos os escritores que compõem o quadro do jornal *La Citoyenne*:

Este jornal não deve permanecer desconhecido a nada que interessa as mulheres, as suas colunas estão abertas não só às reclamações e às queixas daquelas que sofrem, mas também aquelas que lutam encontrarão, com os conselhos, a ajuda que podem obter a partir de demandas e ofertas gratuitas de trabalho (*La Citoyenne*)⁷⁷.

Ao refletir sobre os usos da linguagem como dominação masculina nos escritos de Monique Wittig, Butler (2020) assinala que “uma mulher não pode usar a primeira pessoa, ‘eu’, porque, *como* mulher, o falante é ‘particular’, e invocar o ‘eu’ presume a capacidade de falar na condição de humano universal” (p. 203, grifos no original). Infere-se uma atitude contestatória do jornal, em que a *mise en scène* do ‘eu’, em associação com o ‘tu’, salienta o rompimento com os valores conservadores vigentes na época. O *La Citoyenne* afirma buscar, em seu discurso, elevar as mulheres à condição de sujeito universal, característica que lhes fora constantemente negada ao decorrer de todo o século XIX⁷⁸, permitindo-lhes tomar a palavra na cena pública, por intermédio do periódico.

O enunciatário mulher adquire, dessa forma, do espaço dedicado exclusivamente para exercer o seu direito à fala, refletidos no *texto-enunciado* do jornal, mesmo que se encontrem no seio de uma sociedade em que este mesmo direito ao espaço público lhe é negado. Não delimitado a um grupo de mulheres, observa-se que todas as mulheres, indiferente de classe social e origem, parecem ter suas vozes ressoadas pelo *La Citoyenne*

Todas as mulheres preocupadas com os seus interesses e a sua dignidade – sejam pobres, sejam ricas – todas as mulheres apoiarão este jornal que reivindica, com os seus direitos humanos, os seus direitos de cidadã, porque todas as mulheres – de qualquer opinião ou condição que sejam – todas as mulheres sofrem ou podem sofrer da legislação atual. Todas as

77 Tradução livre de : « Ce journal ne devant rester étranger à rien de ce qui intéresse les femmes, ses colonnes sont ouvertes non-seulement aux réclamations et aux plaintes de celles qui souffrent, mais encore celles qui luttent y trouveront, avec les conseils, l’aide que peut leur procurer les demandes et offres gratuites de travail ou d’emploi. »

78 Faz-se necessário o retorno aos eventos transcorridos ao longo do século XIX, responsáveis pela manutenção da exclusão das mulheres da categoria de sujeito universal, conforme assinalado no capítulo histórico: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), Código Civil Napoleônico (1804), Monarquia de Julho (1830), Segunda República (1848), Comuna de Paris (1870) e Terceira República (1871).

mulheres têm interesse em possuir o poder de revogar as leis que as inferiorizam e as escravizam. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁷⁹.

Todas as mulheres se enquadrariam, segundo o *La Citoyenne*, no mesmo sistema de dominação masculina que as fazem sofrer. Ao retomarmos a leitura de Hooks (2018), em que esta analisa as nuances do desenvolvimento do pensamento feminista ao longo dos anos, observa-se a mudança de atitude no que se refere a lutas das mulheres por direitos. A vitimização pela dominação masculina deve, para a autora, ser posta de lado em prol de discussões relacionadas a classe e a raça. Embora o *La Citoyenne* não apresente, em nenhum dos seus discursos analisados, alguma referência às lutas das mulheres negras propriamente dita, constatamos a iniciativa de incitar as mulheres a trabalharem em conjunto. Por mais que haja ainda o efeito *anti-homem*, é possível perceber a suspensão dos paradigmas de classe em prol da luta por direitos. Compreendemos o fenômeno como sendo as lutas das mulheres históricas que ressoam, nesse sentido, nos estudos feministas contemporâneos.

A partir das manipulações inferidas na análise do texto, notadamente as de intimidação, provocação e tentação, bem como as estratégias argumentativas empregadas pelo jornal, podemos depreender um sujeito-mulher que, ao aceitar o contrato fiduciário, passa a ser modalizado para um *querer* ou *dever fazer*. Ao avançarmos para o estudo dos *temas* e das *figuras*, mecanismos que recobrem as estruturas postuladas no nível narrativo, visaremos à compreensão dos percursos temáticos e figurativos construídos no interior do *La Citoyenne*. Nosso objetivo será, portanto, o de compreender o *ser* no mundo deste enunciador e do seu enunciatário. Visamos, nesta perspectiva, à compreensão do *éthos* e o *páthos* das mulheres que viveram na sociedade francesa do século XIX.

79 Tradução livre de : « Toutes les femmes soucieuses de leurs intérêts et de leur dignité, - qu'elles soient pauvres, qu'elles soient riches, – toutes les femmes apporteront leur concours à ce journal qui revendique, avec leurs droits de personne humaine, leurs droits de citoyenne, car toutes les femmes, – de quelque opinion et de quelque condition qu'elles soient, - toutes les femmes souffrent ou peuvent souffrir de la législation actuelle. Toutes les femmes sont intéressées à posséder le pouvoir d'abroger les lois qui les infériorisent et les asservissent. ».

3.2.2. Tematização e Figurativização em *La Citoyenne*

A concretização das estruturas esboçadas no nível narrativo ocorre, como assinalado no capítulo destinado à fundamentação teórica, pelos mecanismos da semântica discursiva, notadamente pelo emprego do recurso da *tematização e figurativização* (FIORIN, 1999). Sendo este, a nosso ver, o aspecto mais relevante para a pesquisa proposta, a atitude de esclarecer a ocorrência dos *temas* e das *figuras* difundidos no texto do jornal *La Citoyenne* permitirá trabalhar não apenas com a imagem discursiva a ser depreendida do enunciador e do enunciatário, mas também com as suas determinações ideológicas (*Idem.*, 2005).

No caso do uso corrente das figuras, o seu emprego funciona como mecanismo que atua para levar o seu enunciatário a realizar um *fazer-criar*, e a estabelecer, desta forma, um contrato de veridicção entre o enunciador e o seu enunciatário (BARROS, 2002). O contrato é a ferramenta responsável por regulamentar o reconhecimento das figuras, ou seja, o enunciatário deve discernir as figuras utilizadas e, a partir desse movimento, *criar ser* verdadeiro o discurso. Ao analisarmos os enunciados que compõem os editoriais das cinco primeiras publicações do *La Citoyenne*, a fim de levantarmos os *percursos figurativos* neles instaurados, remarcamos duas situações em que se observa o predomínio das figuras: o uso de acontecimentos históricos, ou seja, que remetem a um passado em relação ao momento da enunciação; e o relato de lutas das mulheres por direitos que se desenrolam em outros países.

Para passarmos para a análise dos *percursos figurativos* construídos no interior do jornal é preciso, portanto, retomarmos os objetivos estabelecidos pelo *La Citoyenne* no seu primeiro artigo. Observamos, na ocasião, que o jornal visa, a partir da revisitação dos discursos históricos que abordem as mulheres, a trabalhar sobre os acontecimentos do passado e compreender como eles interferem na situação das cidadãs no período da publicação, notadamente a Terceira República francesa. Nesse sentido, ao estudarmos as demais publicações, tendo em vista a busca empreendida através desse retorno ao passado, constatamos a presença de diversos *percursos figurativos* oriundos dos discursos históricos franceses, determinando a coerência textual estabelecida por meio de uma *isotopia figurativa*. A redundância de traços figurativos, o que permite a postulação de uma isotopia figurativa, atribui ao discurso “uma imagem organizada e completa da realidade” (*Idem.*, 2005, p. 71). No caso do jornal, a redundância de figuras históricas se encontra ancorada a um *tema central* que, conforme atestado desde o primeiro texto do *La Citoyenne*, consiste na emancipação jurídica das cidadãs francesas, também nomeado como *sufrágio universal*.

Em menos de um século, várias revoluções políticas ocorreram. As mulheres chegaram a participar de algumas, partilharam o perigo da Bastilha, mas não tiveram nenhuma vantagem na vitória ou na derrota das opiniões que dividem os homens. (*La Citoyenne*, 13/02/1881)⁸⁰.

Antigamente, para ter direito à dominação, era necessário usar traje bordado. Mais tarde, quando o princípio da eleição censitária foi aceito, aqueles que usavam o levitas compartilharam o poder com aqueles que usavam o traje; então o sistema censitário se expandiu; sob Luís Filipe se podia votar desde que se fosse rico o suficiente para comprar uma palheta. Finalmente, em 1848, o trajado e o burguês podiam se aproximar livremente das urnas. (*La Citoyenne*, 20/02/1881)⁸¹.

Há menos de um século, aqueles que estavam interessados em manter as restrições de censura argumentavam que existiam homem cuja missão era dirigir, governar, fazer as leis, e que existiam outros cuja missão era multiplicar as riquezas da natureza, planejar... (*La Citoyenne*, 06/03/1881)⁸².

Que os bonapartistas temam ter a obrigação de servir a si mesmos, não surpreenderá ninguém, mas que os republicanos excluam as mulheres da lei, por temer que elas não sejam as suas servas mais, isto é, na verdade, vergonhoso. (*La Citoyenne*, 13/03/1881)⁸³.

Vale ressaltar que, para a construção dos estudos sobre o arcabouço histórico francês a partir da utilização de discursos prévios, ou seja, na retomada de construções discursivas já existentes acerca dos eventos que marcaram a França, o enunciador recorre ao emprego do discurso indireto. O que se tem é o resultado de um “discurso citado (que) está subordinado à enunciação do discurso citante” (FIORIN, 2016a, p. 65). Isso permite que o sujeito da enunciação, *La Citoyenne*, controle, de modo amplo, aquilo que deseja ser repassado segundo a sua intencionalidade. Tem-se, desta forma, um retorno aos acontecimentos que marcaram toda França ao longo do século XIX, notadamente a Revolução Francesa (1789), Monarquia de Julho (1830), Segunda República (1848) e Terceira República (1871): “o perigo da Bastilha” (*le danger de la Bastille*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881), “sob Louis-Philippe se podia votar desde que se fosse suficientemente rico para comprar uma paleta” (*sous Louis-Philippe on pouvait voter pourvu qu'on fût assez riche pour s'acheter un paletet*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881), “Que os bonapartistas temam ter a obrigação de servir a si mesmos” (*que les bonapartistes craignent d'être obligés de servir eux-mêmes*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881), “[que] os republicanos excluam as mulheres dos seus direitos, por temer

80 Tradução livre de : « Depuis moins d'un siècle, plusieurs révolutions politiques ont eu lieu; les femmes s'y sont plus ou moins mêlées, elles ont partagé le danger de la Bastille, mais elles n'ont eu de la victoire ou de la défaite des opinions qui divisent les hommes aucun avantage. ».

81 Tradução livre de : « Autrefois, pour avoir droit à la domination il fallait porter habit brodé. Plus tard, quand le principe de l'élection censitaire fut admis, ceux qui portaient lévite partagèrent le pouvoir avec ceux qui portaient habit; puis le système censitaire s'élargit; sous Louis-Philippe on pouvait voter pourvu qu'on fût assez riche pour s'acheter un paletet. Enfin, en 1848 la blouse et le bourgeois purent librement approcher des urnes électorales. ».

82 Tradução livre de : « Il y a moins d'un demi-siècle, ceux qui étaient intéressés à conserver des restrictions censitaires soutenaient, qu'il y avait de par le monde des hommes qui avaient pour rôle de diriger, de gouverner, de faire les lois, et qu'il y avait d'autres hommes dont le rôle était de décupler les richesses de la nature, de raboter... ».

83 Tradução livre de : « Que les bonapartistes craignent d'être obligés de se servir eux-mêmes, cela n'étonnera personne; mais que les républicains excluent les femmes du droit, de crainte que la femme ne leur échappe comme servante, c'est en vérité honteux. ».

que elas não sejam as suas servas mais, isto é, na verdade, vergonhoso.” (*[que] les républicains excluent les femmes du droit, de craint que la femme ne leur échappe comme servante, c’est en vérité honteux*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881).

Conforme constatado por Barros (2002), textos históricos tendem a apresentar mais investimentos figurativos recobrando o discurso. O recurso da ancoragem histórica se configura, portanto, como sendo uma estratégia argumentativa que permite a criação de efeitos de realidade. O efeito de sentido do real é resultante do revestimento exaustivo dos temas, tendo em vista os fatores como real ou irreal configurados como sendo ilusões construídas, que dependem, ademais, de fatores de contextualização (*Ibid.*, p. 119). No caso das estratégias persuasivas adotadas pelo *La Citoyenne*, o uso de figuras históricas permite a discursivização da manipulação por provocação e por intimidação, apresentada no nível narrativo. São ilustrados, desta forma, os acontecimentos que, em alguma medida, rebaixaram a categoria feminina à sombra do homem, configurado-se como *objetos-valores* negativos. O emprego do recurso histórico permite que os leitores do periódico tenham maiores chances de acreditarem na verdade que lhes estão sendo oferecida, ou seja, o estatuto veridictório do discurso, por fazerem referência direta a acontecimentos ligados ao mundo real, graças ao seu alto grau de *iconização*. Ao empregar o procedimento de *iconização*, o enunciador faz com “que reconhecemos figuras do mundo real e que, por isso mesmo, criam a ilusão de ‘cópia do real’” (BARROS, 2019, p. 207, grifos no original). Ou seja, trata-se de um artifício que faz com que os leitores sejam levados a um *dever-fazer*, por meio da identificação com os personagens apresentados e a rejeitarem os atributos negativos que lhes são oferecidos.

O jornal apresenta, conforme assinalado anteriormente, outros percursos figurativos que não remetem, necessariamente, a um passado da história das mulheres. Observa-se a retomada de temas que circulavam no imaginário social, relacionados à questão dos direitos das mulheres, situados em um tempo próximo ao momento da enunciação. A análise do retorno a outros discursos, respaldados na luta das mulheres por direitos em outros países, traz, conseqüentemente, novas ramificações de subtemas. São elencados exemplos de conquistas por direitos de personagens femininos situados no além-mar, tendo como ponto de partida a recorrência dos traços semânticos relacionados com o tema da *emancipação jurídica das mulheres*. O fenômeno permite, desta forma, a inferência de uma *isotopia temática* relacionada aos preceitos do sufrágio universal, e de outros preconceitos que dele o *La Citoyenne* julgava serem oriundos.

Em Portugal, os socialistas se agitaram a favor do sufrágio universal, se o sufrágio não fosse a expectativa na qual todas as esperanças de reformas fossem baseadas? Se o voto não tivesse valor, os holandeses perseguiriam tão persistentemente a extensão do direito de voto?

Se o sufrágio universal fosse uma ilusão, será que os dinamarqueses, os suecos, os noruegueses, os húngaros, dos partidos avançados não iam incluir no seu programa o sufrágio universal? Se o direito de sufrágio não conferisse um verdadeiro poder, haveria um movimento tão considerável na Bélgica a favor do sufrágio universal? (*La Citoyenne*, 27/02/1881)⁸⁴.

Um exemplo eloquente, tirado do outro lado do Atlântico, confirma o que eu apresentei. Na América, nos estados do Wyoming e do Utah, onde as mulheres podem votar, como os homens, por dez anos, a prosperidade e o bem-estar fixaram domicílio em todos os lares. As mulheres baniram as coisas fúteis da coqueteria para se dedicar mais ao bem do seu país, dos seus deveres. (*La Citoyenne*, 06/03/1881)⁸⁵.

Ao retomarmos o patamar referente nível narrativo do fragmento acima, depreende-se, na passagem assinalada, a discursivização da manipulação por tentação, esboçada no tratamento da relação estabelecida entre destinador e destinatário. A tentação é, desta forma, concretizada por meio do uso da *ancoragem espacial*. Tal mecanismo apresenta um alto grau de figuratividade, também conhecido como pela semiótica discursiva como *iconização*⁸⁶. Ao se trazer figuras tão verossimilhantes, ou seja, ligadas à realidade do sujeito produtor, o enunciador permite que a existência pode ser, desta forma, atestada, comprovada e, o mais importante, aceita pelo seu enunciatário (RODRIGUES, 2014). O enunciador do *La Citoyenne* busca legitimar o discurso construído em prol da causa das mulheres, usando como referência, portanto, acontecimentos de outros países, movendo o seu enunciatário/destinatário a um *crer ser verdadeiro*, graças às ancoragens empreendidas. Pertinente ressaltar que o posicionamento assumido pelo jornal *La Citoyenne*, enquadrado naquilo que seria um feminismo que busca união das mulheres pela luta por igualdade entre homens e mulheres, dialoga com discursos encontrados em outros países. Retornaremos a esses aspectos quando adentrarmos no estudo dos atores da enunciação.

Podemos levantar, nos percursos figurativos assinalados, os seguintes subtemas, que dialogam, portanto, com o universo da luta das mulheres: I. Esperança para os movimentos socialistas do século XIX, por meio do sufrágio universal; II. Extensão do direito ao voto como real necessidade; III. Possibilidade de direito ao voto; IV. Legitimidade como poder; V. Comprovação de

84 Tradução livre de : « En Portugal, les socialistes feraient-ils l'agitation en faveur du suffrage universel, si le suffrage universel n'était pas l'espoir sur lequel ils fondent toutes leurs espérances de réformes ? Si le vote était une non-valeur, les Hollandais poursuivraient-ils avec tant de persévérance l'extension du droit de vote ? Si le suffrage universel était une leurrée, les Danois, les Suédois, les Norvégiens, les Hongrois, des partis avancés inscriraient-ils dans leur programme le suffrage universel ? Si le droit de suffrage ne conférerait pas un vrai pouvoir, y aurait-il un mouvement si considérable en Belgique en faveur du suffrage universel ? ».

85 Tradução livre de : « Un exemple éloquent pris au-delà de l'Atlantique, vient à l'appui de ce que j'avance. En Amérique, dans les États de Wyoming et de l'Utah où les femmes exercent depuis dix ans, au même titre que les hommes, le droit de suffrage, la prospérité et le bien-être ont élu domicile à chaque foyer. Les femmes ont banni les choses futiles de la coquetterie pour s'occuper davantage du bien de leur pays, de leurs devoirs. ».

86 Conforme ilustrado no capítulo dedicado à fundamentação teórica (cf. Capítulo 2), a iconização “produz efeitos de realidade e de referente... em que reconhecemos figuras do mundo e que, por isso mesmo, criam a ilusão de ‘cópia do real’.” (BARROS, 2019, p. 207).

prosperidade e bem-estar no âmbito doméstico aliado à emancipação feminina; VI. Movimentação social que permite às mulheres empreenderem-se em ações profundas e conscientes.

Antes de passarmos para os demais subtemas encontrados no interior dos cinco editoriais estudados, a fim de compor o *éthos* do enunciador do jornal, bem como o *páthos* do seu enunciatário, julgamos necessário ressaltar mais uma ocasião em que se constata o emprego da *figurativização*. No terceiro editorial assinado por Huclert, datado de 27 de fevereiro de 1881, encontramos a aplicação do léxico *féministe* no enunciado. O termo não aparece de forma isolada. Ao contrário, ele é colocado pelo enunciador acompanhado de um acontecimento que se desenrolou na Câmara dos Deputados na França, em uma situação em que as mulheres não tiveram voz de opinião quando levantada a questão do direito ao divórcio⁸⁷

Este orador feminista não se encontrava. A maioria da Câmara não quis votar numa lei relacionada principalmente às mulheres, porque as mulheres não têm a soberania eleitoral, porque não têm o poder de impor, pela potência do seu voto, uma regra de conduta a um único deputado. (*La Citoyenne*, 27/02/1881)⁸⁸.

O que chama a atenção é a cobertura figurativa que se encontra na superfície do tema da *reivindicação pelo direito ao divórcio*, nesse caso, por meio da *ancoragem actancial* a partir da nominalização do ‘*orateur féministe*’. Conforme relembra Abreu (2010), no estudo da evolução do termo ‘feminista’ na França ao longo dos anos, é possível perceber que “devido à carga pejorativa que se imprimiu e se imprime ao termo em muitos contextos, ele não foi utilizado por indivíduos ou movimentos que seriam identificados frequentemente como feministas. A rejeição é particularmente forte até os anos 1960 entre mulheres militantes ou próximas da esquerda” (p. 24). Apesar da carga de sentido negativa, atribuída pela sociedade ao que seria o termo feminista, o jornal decide empregá-lo para designar uma mulher que, se tivesse tido acesso à sessão da Câmara no dia em que fora votado o direito ao voto, votaria em favor das cidadãs. O *La Citoyenne* atribui o que pode ser considerado como sendo caráter subversivo ao que significa ser um orador feminista, ou seja, trata-se de um orador que se posiciona em favor dos direitos das cidadãs, outrora colocadas à margem da sociedade.

Por fim, embora haja a presença de figuras esparsas ao longo dos editoriais analisados, percebemos a maior recorrência de temas, estabelecendo-se um texto predominantemente temático.

87 Conforme levantado no capítulo de Contexto Histórico, a lei do divórcio é constantemente questionada ao longo do século XIX. Estabelecido pela primeira vez em 1792, o direito ao divórcio volta a ser proibido com a imposição do Código Civil de 1804. A temática será novamente questionada pelas sansimonistas em meados de 1830, mas acaba sendo deixada de lado.

88 Tradução livre de : « Cet orateur féministe ne s’est pas trouvé. La majorité de la Chambre n’a pas voulu voter une loi qui intéresse surtout les femmes, parce que les femmes ne possèdent pas la souveraineté électorale; parce que les femmes n’ont pas le pouvoir d’imposer, par la puissance de leur vote, une règle de conduite à un seul député. ».

São muitos os subtemas que vão além da questão da *emancipação jurídica das mulheres*, mas que interessam em igual medida ao *La Citoyenne*, a saber: I. Demanda por direitos iguais entre homens e mulheres; II. Reivindicação por melhorias na qualidade política do cidadão francês; III. Revisitação dos acontecimentos passados como ferramenta de luta pela causa das cidadãs; IV. Libertação civil das mulheres como subordinada à sua qualidade política; V. Crítica ao sistema de tutela que coloca as mulheres no mesmo patamar que as crianças e os excluídos da sociedade; VI. Crítica ao controle masculino em todas as instâncias da sociedade; VII. Dignidade da mulher associada ao nível de acesso ao espaço público que lhe é ofertada; VIII. Libertação da mulher como necessária para o bem-estar da humanidade; IX. Inexistência de classe social na criação de frentes de mulheres quando o assunto é o combate à tirania política que afeta a todas; X. Superioridade atribuída ao sexo masculino que não pode ser compreendida a partir de uma suposta capacidade mental superior à do sexo feminino; XI. Anseio pela construção de um legado a ser transmitido as mulheres das futuras gerações; XII. Reflexão acerca do livre direito atribuído aos homens de praticar o adultério no que se refere ao direito ao divórcio feminino; XIII. Crítica à inferiorização do sexo feminino por falsas constatações biológicas; XIV. Subversão à ideia de que, por pertencer ao âmbito doméstico, a mulher fica interdita de possuir direitos; XV. Defesa do direito das operárias tal qual qualquer outro cidadão comum; XVI. Desmistificação da maternidade como fenômeno que restringe a liberdade das mulheres; XVII. Reivindicação por permitir que as mães da sociedade que não alimentam apenas o corpo dos seus filhos, mas que também possam nutrir seus espíritos por meio da educação cívica adequada.

Poder-se-ia inferir, neste caso, que a escolha dos conteúdos programáticos não compete apenas ao fazer do enunciador, tendo em vista a necessidade de adequar a temática segundo o contexto com o qual o jornal trabalhará na publicação do dia. Todavia, a própria seleção do que é relevante a ser discutido nos editoriais do *La Citoyenne*, em detrimento dos demais acontecimentos ao longo da semana, consiste em uma opção por um sujeito da enunciação e remete a determinados valores sociais. Vemos um enunciador voltado quase que exclusivamente para o *ser* no mundo das mulheres, colocando em evidência as falhas do sistema patriarcal vigente, bem como apresentar os percursos a serem seguidos para concretizar a mudança no cenário.

Passemos, a seguir, após realizado o estudo dos editoriais do jornal, para a construção do *éthos* e do *páthos* do jornal analisado. Investigaremos, portanto, o ator da enunciação do jornal *La Citoyenne*, compreendido como ferramenta necessária para conceber a forma de *ser* no mundo construída pelo jornal e pelos seus leitores.

3.3 Os atores da enunciação no jornal *La Citoyenne*: a análise do *éthos* e do *páthos*

Para abordarmos o estudo do *ator da enunciação* do jornal analisado, é preciso ter em mente, antes mais nada, a sua compreensão a partir da combinação dos discursos produzidos pelo sujeito da enunciação. O ator seria, portanto, apreendido pela análise da totalidade dos discursos encontrados nas publicações do *La Citoyenne*, conforme elucidado anteriormente (cf. Capítulo 2). Embora não tenhamos analisado a totalidade do discurso difundido pelo jornal, mas, como dito anteriormente, os cinco primeiros editoriais publicados, verificando em que medida esses textos contêm os demais, os exemplares analisados oferecem uma noção bastante segura do *éthos* do enunciador. Podemos, nesse sentido, compreender a forma de *ser* do jornal, bem como conceber a imagem discursiva das mulheres francesas que viveram no século XIX, conforme ilustraremos.

Consideraremos, para esse fim, o *La Citoyenne* como o ator responsável pela produção dos discursos analisados de forma individual, agora retomados em sua totalidade. Feito isso, ressaltamos ser preciso, todavia, refletir sobre as escolhas dos *temas* e das *figuras* empregadas pelo ator na construção dos seus enunciados, bem como as estratégias persuasivas esboçadas no nível da sintaxe discursiva e narrativa. São estes os mecanismos, encontrados no *nível discursivo*, que criam, portanto, os simulacros de formações ideológicas discursivizadas e que compõem o estilo, ou seja, o seu modo de dizer (DISCINI, 2004).

O primeiro aspecto a ser sublinhado, em relação ao jornal, é a predominância de temas, o que caracteriza o periódico como sendo, portanto, um *discurso temático*. É importante ressaltar que não deixamos de lado o fato de haver discursos predominantemente figurativos que compõem algum dos editoriais. Entretanto, esses discursos não são majoritários e têm aparições esparsas ao longo das publicações, aparecendo, nesse sentido, em poucas situações.

Isto posto, conforme constatamos pela análise, o jornal se posiciona constantemente apoiado sobre os valores do *sufrágio universal*, compreendido como a temática da *emancipação jurídica das mulheres*, sobretudo as cidadãs francesas, mas que, contudo, não se limita única e exclusivamente a este campo semântico específico. A partir do exame empreendido dos editoriais das cinco publicações do *La Citoyenne*, inferimos que o enunciador parte de um problema amplo da situação das mulheres, mas acaba por trabalhar com outros subtemas, sem, contudo, sair do campo semântico do feminino.

O ator da enunciação se preocupa, nessa perspectiva, em tomar como ponto de partida o problema dos direitos das mulheres e de ramificar as suas temáticas, abarcando outros aspectos que circundam a vida social do seu enunciatário. Vê-se, em paralelo com a reivindicação pelo sufrágio que fosse de fato universal, a construção de discursos preocupados em lançar luz aos problemas

enfrentados pelas mulheres, colocando-os em pauta no interior dos seus editoriais: exposição da maternidade para a mulher, demanda por melhorias das condições de trabalho das operárias, compreensão do passado das lutas das mulheres como forma de resistência, ilustração das potencialidades das mulheres como membros da sociedade.

A escolha desses *temas* e *subtemas* remete, conforme já mencionado anteriormente, aos universos ideológicos assumidos pela instância enunciativa. Ao trabalhar com os *temas* que tangem o universo de reivindicações femininas, marginalizados por movimentos antifeministas, contrários, portanto, às demandas das mulheres⁸⁹, a enunciação em *La Citoyenne* começa a se desenhar a partir de um *éthos* subversivo. Observamos, nessa perspectiva, a adoção de um estilo insurgente, com apresentação explícita do ponto de vista, construído a partir do que se compreendeu por escrita íntima, indo contra os valores vigentes no que se refere aos discursos hegemônicos do século XIX. Oportuno retomar que os valores antifeministas, conforme ilustra Chenut (2012), seriam uma forma de reação empreendida por grupos de conservadores face ao movimento das mulheres por direitos iguais. Constata-se, ademais, a repulsa por este mesmo grupo no que se refere à aceleração das mudanças socioeconômicas que beneficiavam as mulheres – ensino superior, acesso a profissões de prestígio –, cargos outrora ocupados exclusivamente por homens brancos franceses.

Outro aspecto que chama a atenção consiste na adoção de um *éthos* mais assertivo por parte do jornal, fato percebido *na* e *pela* escrita de artigos no corpo editorial, ao se relacionar com o seu enunciatário. É possível, conforme esboçado no estudo da sintaxe discursiva, identificar traços que remontam à instância enunciativa, devido ao uso recorrente de adjetivos, sobretudo depreendido por meio do uso do pronome pessoal ‘*nous*’, funcionando como ‘nós’ inclusivo. O enunciador se mostra convencido dos sistemas de valores defendidos e busca, em sequência, a construção de um diálogo direto com o seu parceiro comunicativo, pondo-se à imagem e semelhança deste. Trata-se, na construção da imagem discursiva do *La Citoyenne*, do que parece ser o desejo de destacar, explicitamente, aquilo que acredita ser necessário para o desenvolvimento da sociedade. Depreende-se um *éthos* confiante dos ideais que defende, ou seja, a formulação de uma imagem discursiva que não se intimida em expor seus pontos de vista face ao seu enunciatário, como, ademais, o de defender aquilo que julga como sendo o certo.

Ao não reivindicar apenas melhorias, o jornal assume, ainda, a função de educar o seu leitor/enunciatário. Ao pontuar constantemente em suas publicações os fatores de ordem histórica, temos um movimento de caráter professoral, em que são oferecidos ao destinatário um objeto valor

89 Atribuição da categoria de cidadão apenas aos homens na Revolução Francesa (1789), promulgação do código civil napoleônico (1804), advento das constatações de inferioridade biológica feminina no seio do movimento sansimonista (1830), cidadão universal apenas à categoria masculina (1844), instauração do processo das pétroleuses (1870) (cf. Capítulo 1).

cognitivo, que o leva a *saber-fazer*. Se se pensar no acesso à educação pela população feminina da França do século XIX, podemos atestar seu baixo grau de instrução, posto que os primeiros liceus e colégios para moças foram formulados após a lei de laicidade de 1880, bem como a garantia do *baccalauréat* outorgada apenas posteriormente, em meados de 1905 (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994). Ao buscar retomar acontecimentos pautados em reivindicações externas, o discurso do jornal *La Citoyenne* aparenta se mostrar preocupado com a defasagem das mulheres que viveram no período e procura, em alguma medida, contribuir para o seu enriquecimento intelectual. Não apenas educar, mas, conforme demonstrado pela análise, também atribuir um maior caráter veridictório ao seu discurso, o que permite pensar em outras duas características: a adoção de um estilo militante e o emprego de um estilo pautado em atributos mais educacionais.

É importante destacar que, por mais que o jornal almeje falar o que quer e no tom que quer, ao atentarmos para a exposição tanto implícita quanto explícita do ponto de vista do enunciador no enunciado, este se frustra na sua visada um tanto quanto mais subversiva em relação à manutenção financeira do periódico. Conforme discutido no espaço dedicado à apresentação do periódico, o *La Citoyenne* se sustenta, além das vendas dos exemplares em estações ferroviárias, pela assistência oriunda dos colaboradores e estes, em muitas vezes, se veem reduzidos à pessoa do *Monsieur de Gasté*. O aspecto financeiro age, portanto, como um mecanismo de coerção. O caráter coercitivo da dificuldade de poder manter financeiramente o jornal justificaria, conjuntamente, a frequente presença da manipulação por *tentação* nos enunciados do jornal.

A manipulação por tentação se constitui, conforme observado, pela cobertura temático-figurativa, pautada nos valores compartilhados pela sociedade francesa como um todo: *liberdade*, ao permitir a instrução das mulheres e seu desenvolvimento econômico; *igualdade* entre os cidadãos, facilitando a transmissão das virtudes públicas e privadas; e, por fim, a *fraternidade*, tendo a cidadã em poses de seus direitos, afastado-se do egoísmo e privilegiado a harmonia da sociedade. Compreendemos, desta forma, um *éthos* revolucionário, mas que se faz *querer ser* ouvido, a fim de transmitir os seus saberes àqueles que o leem sem perder o objetivo maior: a luta pelo sufrágio.

Dando sequência à análise dos atores da enunciação, esboçados pelo estudo do percurso gerativo de sentido no jornal *La Citoyenne*, conforme preconiza a semiótica discursiva, afirmamos ter o enunciatário o papel de atuar “como filtro implícito e instância pressuposta pelo ato de enunciar, é também um produtor do discurso” (FIORIN, 2016a, p. 57). No que se refere ao enunciatário postulado pelo discurso do jornal, percebemos um parceiro comunicativo que não compactua em todas as situações com os sistemas de valores oferecidos pelo *La Citoyenne*. Inferimos um *páthos* de um auditório que se identifica com a exposição das injustiças sociais

sofridas pelo sexo feminino, mas que, em contrapartida, ainda não se encontra persuadido da urgência da necessidade de atribuição de direitos ao seu grupo. Tal fenômeno é atestado pelo recorrente emprego de figuras históricas, em que se incita o enunciatário a *crer ser* verdadeiro os valores construídos pelo enunciador, sendo esses valores oriundos, sobretudo, de uma esfera da ordem conservadora. Não se trata, ademais, de um discurso direcionado apenas às mulheres. O que se depreende, na verdade, é uma persuasão voltada para todos aqueles que, de alguma maneira se sensibilizam pela causa defendida pelo *La Citoyenne*. São, portanto, homens membros da burguesia intelectual e, principalmente, mulheres que se encontram confortáveis nas suas respectivas posições sociais, e que não visam, por esse prisma, a uma mudança radical dos padrões hegemônicos vigentes.

Contudo, este não se configura como sendo o enunciatário principal do jornal. Ao retomarmos o estudo da sintaxe discursiva, em especial os aspectos relacionados à recorrência do ‘nós’ inclusivo, e, posteriormente, aos estudos empreendidos no nível da semântica discursiva, inferimos um enunciador que se posiciona lado a lado do seu enunciatário. A partir dessa compreensão, temos, portanto, um enunciatário revolucionário, que urge por mudanças na esfera social, sobretudo no que se refere à situação das mulheres. São estes personagens que se enquadram na categoria dos mais afetados pela construção da sociedade tal qual ela se encontra: mulheres operárias, esposas restritas às atividades domésticas, mulheres que almejam ter acesso a uma educação que as permita mudar suas respectivas condições de vida, e de ter o poder de atuar na esfera pública, como por intermédio de elaborar leis e o direito a votar em sessões parlamentares.

Tal afirmação é justificada sobretudo no que se refere à longevidade do jornal, atestada pelos dez anos em que permaneceu em circulação. Não apenas por se manter em circulação por um longo período de tempo, ressaltamos também os preços de venda do *La Citoyenne*. Conforme citado na apresentação do jornal, sublinhamos o valor da assinatura de 1,50 francos para o período de três meses. Trata-se, portanto, de um valor relativamente baixo, à época, cujo objetivo consiste em abarcar o maior número possível de pessoas. Além de termos um enunciador preocupado em se fazer ser ouvido pelo seu enunciatário, vemos, ainda, o cuidado na compreensão da condição financeira dele. Condição esta de personagem marginalizado, restrito aos padrões que lhe foram impostos, mas que busca, em contrapartida, a inversão da ordem corrente.

Em síntese, destacamos, de um lado, uma parte da população que se encontra dominada por valores conservadores, em que o destinador lança mão da manipulação por tentação, voltada para levar o seu destinatário a um *querer-fazer*. Ou seja, um *destinatário/enunciatário* que deva *crer ser* verdadeiro as melhorias para a sociedade na medida em que as mulheres ganhem espaço na cena pública. Por outro lado, vemos um outro enunciatário que compartilha dos ideais proferidos pelo *La*

Citoyenne, conforme os *temas* e *subtemas* que recobrem a manipulação por intimidação e por provocação. Observa-se, neste caso, um destinatário que acredita correr o risco de serem seus os valores negativos que lhe serão imputados caso não aceite o contrato proposto, modalizando-se para um *dever-fazer*. Tem-se, portanto, neste último caso, um destinatário/enunciário que se situa mais conectado com o universo de valores da necessidade real da luta das mulheres, sendo, todavia, um enunciário bipartido.

Todavia, o que jornal sinaliza, desde o seu primeiro editorial, é que “Todas as mulheres sofrem ou podem sofrer da legislação atual” (*toutes les femmes souffrent ou peuvent souffrir de la législation actuelle*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881). Não importa, a partir desse ponto de vista, especificar qual é o seu enunciário de fato. Todas as mulheres se encontram, nessa perspectiva, inseridas em um padrão de dominação que as reprime. Todas devem, conseqüentemente, se identificar com os valores postulados pelo jornal, cujo objetivo único pode ser explicitado pela melhoria da qualidade de vida das cidadãs como um todo, seja ela milionária ou operária. São todas elas, por fim, as mulheres francesas do século XIX.

Por fim, não apenas o estabelecimento da igualdade com as cidadãs francesas, sobretudo a partir do emprego de figuras que retomam acontecimentos de mulheres estrangeiras, o periódico busca, ademais, dialogar com uma rede de discursos ‘feministas’ externa à França. Nota-se o trabalho de instaurar um *feminismo global*⁹⁰, em que outras militantes são convocadas a assumirem o seu espaço na construção dos *discursos feministas*. O enunciador do *La Citoyenne* convoca as mulheres francesas para, além de atuarem em prol de uma causa única, deixando de lado aspectos relacionados às diferenças de classe social, aliarem suas lutas com as das suas companheiras de outros países. Justifica-se, portanto, a construção de um feminismo visionário (HOOKS, 2018), onde mulheres plurais são inseridas na luta em comum.

90 Hubertine Aucler chega a escrever uma carta às feministas americanas, em 1884, solicitando a sua participação na criação de um Conselho Internacional das Mulheres. (MICHEL, 1979).

3.4 *La Fronde*: apresentação geral

O jornal francês *La Fronde* foi publicado diariamente entre 1897 a 1903, e teve sua periodicidade alterada, posteriormente, a uma publicação por mês, no intervalo de 1903 a 1905. Apesar de ter decretado o seu encerramento em 1905, após dois anos funcionando como um jornal mensal, o *La Fronde* circulará novamente em 1914. Contudo, conforme atestam historiadores, devido aos desdobramentos gerados pela primeira guerra mundial (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977), a equipe que comandava o periódico acaba por colocar fim à iniciativa, tendo sido publicados apenas três exemplares no mês de julho de 1914. Os esforços para mantê-lo ressurgiram uma vez mais anos depois, em 1926, o que permitiu publicações mensais até meados de julho de 1928. Trata-se, portanto, de um jornal com um tempo de vida particular, mas que permitiu, contudo, que os discursos por ele produzidos permanecessem difundidos na sociedade da época por mais tempo.

Para falar do jornal, optamos apresentar, primeiramente, a sua diretora: Marguerite Durand. Ao construírem a trajetória empreendida pela personagem por detrás da concepção do *La Fronde*, Albistur e Armogathe (1977) relembram que Durand era membro da *Comédie Française* desde os seus dezessete anos. A prática teatral permitiu à jovem tanto desenvolver sua eloquência quanto abrir os caminhos para o que viria a ser a “elite instruída do feminismo republicano” (CHENUT, 2012, p. 57, tradução nossa). Todavia, Durand não permanece muito tempo ligada à companhia, optando trocar o que fora a sua primeira profissão pelo casamento com um jovem advogado. Será em 1896 que, após assistir a um congresso feminista organizado por Maria Pognon, Marguerite decide se tornar, de fato, uma feminista militante.

Durand havia publicado o jornal, convencida da necessidade de uma voz profissional e explicitamente feminista no meio político parisiense para contrariar a dominação masculina da imprensa cotidiana. No entanto, sua performance teatral feita de charme feminino e beleza natural, combinada às suas opiniões políticas radicais, suscita controvérsias tanto entre as feministas, quanto entre seus adversários. (CHENUT, 2012, p. 58, tradução nossa).

Não apenas pelo fato de ter à frente do cargo chefe Marguerite Durand, o jornal *La Fronde* se sobressaiu no cenário da imprensa feminista republicana por se tratar do primeiro jornal cujo todas as etapas de produção, desde a coleta de informações até aos trabalhos realizados na gráfica, terem sido exercidos por mulheres. Sua equipe de redação também era colocada em posição de destaque. Tratava-se de um corpo editorial considerado de elite (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977), graças às qualidades das jornalistas que compunham o cenário intelectual da França do século XIX e que decidem se integrar à equipe do *La Fronde*.

A sua redactora (*sic*), Marguerite Durand, abre uma brecha em favor do jornalismo profissional. A sua colaboradora, Caroline Rémy, conhecida pelo nome de Séverine, é a primeira mulher jornalista a viver das suas crônicas. Hélène Sée assiste, ao lado dos homens, todos os debates parlamentares e torna-se a primeira cronista política. *La Fronde* cria igualmente um serviço gratuito de colocações. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 546).

Tal configuração editorial não pode passar despercebida, tendo em vista as implicações que a formulação acarretou na estruturação do periódico. No exercício de analisar a imprensa feminista estruturada a partir da Terceira República, Klejman e Rochefort (1985), ao se debruçarem sobre o *La Fronde*, atestam a importância da publicação para a propagação dos ideais defendidos pelo movimento feminista. Conforme os autores,

o jornal dá corpo ao feminismo compondo, pela diversidade dos seus artigos, um corpus teórico que leva em conta múltiplos eixos de intervenção do feminismo. Ele é também o centro de uma rede pela qual o feminismo se propaga por diferentes meios (p. 10, tradução nossa).

Feito o remonte da trajetória esboçada pelo *La Fronde*, passemos, neste segundo momento, à estruturação da materialidade do jornal propriamente dita. Observamos, primeiramente, a composição do cabeçalho do jornal. Tem-se, em local de destaque, o título “*La Fronde*”, impresso com fonte cursiva grossa, acompanhado da data em diferentes calendários: republicano, protestante, russo e israelita. Observam-se, ainda, a tabela de preços para assinaturas, o nome da diretora, Marguerite Durand, e o endereço da sede do jornal. Para os habitantes de Paris, a assinatura custava 20 francos por um ano, 10,50 francos por um período de seis meses e 5,50 francos para aqueles que adquirissem o jornal por três meses

Antes de adentrarmos mais especificamente no estudo dos editoriais que compõem o *La Fronde*, um último aspecto do cabeçalho merece atenção. Há enunciado, logo após a tabela de preços de assinaturas, os seguintes dizeres: “*La Fronde*, jornal diário, político, literário é administrado, escrito e composto por mulheres” (*La Fronde, journal quotidien, politique, littéraire, est dirigé, administré, rédigé, composé par des femmes*). Este não é o único caso em que o jornal traz um enunciado mais assertivo, no exercício de compor o texto do cabeçalho. Em suas últimas publicações, referentes aos anos de 1926 e 1929, é possível constatar a presença de uma interação direta com seu enunciatário. No caso do ano de 1926, nota-se a colocação da sentença: “Todos aqueles interessados nas questões sociais, deve ler.” (*Tous ceux qui s'intéressent aux questions sociales, doivent lire*). Três anos mais tarde, em 1929, momento em que o *La Fronde* retorna a circular, além de acrescentar “Republicano, socialista” (*Républicaine, socialiste*), as últimas publicações explicitam, respectivamente: “Deve ser um traço de união entre os Ativistas e os

Parlamentares.” (*Doit être un trait d’union entre les Militants et les Parlementaires*) (14/03/1929), “[R]elembra aos ativistas que as eleições municipais têm uma grande importância política.” (*rappelle aux militants que les élections municipales ont une grande importance politique*) e “O Passado responde ao Futuro, cúmulo de trabalho mas não do cúmulo de tratamentos. Pense nisso...” (*Le Passé reponde de l’Avenir, cumul du travail mais non cumul des traitements. Pensez-y...*) (04/05/1929). Os efeitos de sentido resultantes da alteração de enunciados serão retomados mais adiante, quando buscarmos a construção discursiva dos atores da enunciação.

Na composição dos editoriais propostos pelo *La Fronde*, temos uma configuração mais sólida inferida a partir da permanência dos nomes atribuídos a cada seção, sem haver, portanto, alterações significativas das nomenclaturas ao longo dos anos. Logo após o cabeçalho, observa-se uma seção nomeada “Hoje” (*Aujourd’hui*), cujo nome foi rapidamente modificado, vindo a se tornar “Caderno semanal” (*Carnet de la Semaine*). A seção dos cadernos constituía-se, basicamente, em apresentar a síntese dos eventos que viriam a ocorrer no dia da publicação, mas cuja existência se deu apenas durante o período em que o jornal foi publicado diariamente, passando a apresentar, em sequência, resumos semanais. Em seguida, tem-se o texto do editorial/manchete que servirá como base para guiar o jornal. O *La Fronde* abre, nesse caso, espaço para as colaboradoras do jornal escreverem, sendo possível encontrar assinaturas de membros de quase todo corpo editorial⁹¹. Tal fenômeno não era comum na época, visto que o editorial era normalmente assinado pelo diretor responsável pelo periódico. Logo em seguida, é apresentada a seção “Notas de uma *Frondeuse*” (*Notes d’une frondeuse*), coluna que aparece desde o primeiro número do jornal, em 1897, vai até meados de 1899. Tem-se aqui, uma vez mais, o espaço para as contribuintes do jornal esboçarem seus pontos de vista, tendo como ponto de partida algum acontecimento específico, não se limitando, necessariamente, à causa das mulheres.

O *La Fronde* compõe-se, ademais, de um caderno intitulado “Por quê?” (*Pourquoi?*), em que são elencados questionamentos a respeito de episódios sociais sortidos; “Diz-se” (*On dit...*), com resumos recentes de diferentes temáticas: acontecimentos de ordem política, desde os episódios parlamentares e o resumo da agenda do presidente, até as falas de ministros registradas em sessões do parlamento e as novidades do mundo do teatro. Trata-se de um espaço em que se ainda podem vir reportados os mais diversos tipos de ocorrências, como a viagem de algum membro da alta

91 Fazem parte, portanto, do corpo de contribuidoras do jornal, os nomes de: Séverine (pseudônimo para Caroline Rémy), Daniel Lesueur (pseudônimo para Jeanne Loiseau), Marie-Anne de Bove, Hélène Sée, Clotilde Dissard, Aimée Fabrègue, Louise Deboir, Jeanne Chauvin, Odette Laguerre, Madeleine Pelletier, Maria Pognon, Alice La Mazière, Nelly Roussel, Clémence Royer, Maria Vérone, Avril de Sainte-Croix, Gabrielle Petit, Jeanne Henri Caruchet, Alexandra David neel, Renée de Vériane, Dorothea Klumpke, Marcelle Tinayre, Pauline Kergomard, Lucie Delarue-Madrus, Paule Minck, Aline Valette, Marc de Montifaud (pseudônimo de Marie-Amélie Chartroule de Montifaud), Blanche Cremnitz, Marie de Grandfort e Georges de Peyrebrune (pseudônimo para Mathilde-Marie Georgina Isabel de Peyrebrune).

sociedade ou reflexões acerca do feminismo. Em seguida, há um espaço dedicado às “Novidades” (*Nouvelles*), editorial que ganha nova roupagem em meados de 1902, e que nele são relatados os casamentos recentes ou os falecimentos de pessoas com alguma relevância no meio social; há, ainda, uma coluna atribuída às “Novidades Feministas” (*Nouvelles féministes*), onde são apresentadas as novidades sobre o feminismo no mundo.

Observam-se, ainda: a publicação de um “Folhetim do *La Fronde*” (*Feuilleton de La Fronde*), espaço dado à criação literária de autoras ainda não reconhecidas no meio intelectual da época; um “No exterior” (*À l'étranger*), com a síntese dos fatos ocorridos fora da França; uma seção destinada à publicação de “*Fait divers*”, com o relato de casos surpreendentes; uma seção nomeada “A Tribuna” (*La Tribune*), com posicionamentos pautados em estudos em ciências humanas ou biológicas, cuja temática se alterava a cada três dias. Compõem o corpo discursivo do jornal *La Fronde*, ainda, as “Notas esportivas” (*Sporting Notes*), com informes do mundo esportivo como um todo; as “Crônicas feministas” (*Chronique féministe*), espaço dedicado às observações consideradas como feministas sobre acontecimentos diversos, desde acidentes envolvendo mulheres até a votação de leis no parlamento que abarcassem temáticas do universo feminino. O periódico se preocupava, ainda, em apresentar resenhas de obras literárias de autoria feminina, por meio da seção intitulada “Provocações Literárias” (*Causèrie Littéraire*).

Na última página do periódico, publica-se, por fim, um editorial voltado aos cuidados da casa, “A casa” (*Le home*), um outro dedicado aos resumos financeiros transcorridos no período, “A finança” (*La finance*), bem como uma seção atribuída ao resumo da bolsa de valores “Bolsa” (*Bourse*). Os conteúdos deste editorial são apresentados tanto na forma de artigo, em que são reportadas e comentadas as atualidades do meio econômico, como também é possível encontrar as informações em formato de tabelas, ilustrando diretamente os valores acionários e afins. São publicados, ainda, na última página do *La Fronde*, os anúncios do jornal, dos quais falaremos mais adiante.

Ao observar a composição estrutural do *La Fronde*, podemos depreender anteriormente, o destaque atribuído ao nome do jornal, “*La Fronde*”. Este é composto, portanto, por uma fonte cursiva, impressa em letras grandes e grossas. O cabeçalho se sobressai, nessa perspectiva, quando analisado com a estruturação do todo que integra o periódico. Trata-se de um corpo mais denso, composto por seis colunas, enunciados longos e letras muito pequenas.

Figura 4 – *La Fronde*



Fonte: *La Fronde*, nº 14 (10/12/1897).

O corpo denso do periódico predomina em toda a diagramação do jornal, diluindo-se e se abrindo apenas quando o olhar recai sobre a última página. Ao contrário do texto verbal, tão exaustivamente presente na composição do corpo de textos publicados pelo *La Fronde*, as propagandas predominam no espaço destinado à última página, configurando aquilo que a semiótica considera como *texto sincrético* (cf. Capítulo 2). São ali posicionados anúncios referentes a cursos disponíveis tanto para homens como para mulheres, peças de teatros em cartaz, ofertas de emprego abertas para mulheres, e propagandas de produtos diversos: loja de pianos, corpetes, livrarias, inauguração de shoppings, divulgação de catálogo de vendas, ofertas de serviços contábeis, propaganda de escolas⁹², oferta de produtos milagrosos para a saúde, dentistas etc.

92 São oferecidos, por exemplo, cursos de línguas estrangeiras, estenografia, datilografia, escritura, contabilidade. (*La Fronde*, 02/05/1898).

Figura 5 – Publicidade no *La Fronde*



Fonte: *La Fronde*, nº 1 (09/12/1897).

Ao observar a configuração dos anúncios, encontram-se campanhas publicitárias que podem vir a ocupar todo o espaço atribuído ao fechamento do jornal, como esboçado pela Figura 4, deixando pouco espaço para os artigos que geralmente compartilham do mesmo espaço. Oportuno mencionar que, desde a sua primeira aparição, em 09 de dezembro de 1897, o *La Fronde* conta com a presença de variadas propagandas em suas publicações. Não apenas campanhas que se restringem ao universo do feminino, mas também é possível mapear anúncios publicitários direcionados a públicos variados, vide as propagandas de dentista e a venda de medicamentos para o tratamento de uma série de doenças, citado anteriormente.

A presença de outras vozes que se valem da materialidade do *La Fronde* para anunciarem o seu produto, ou para exporem os seus serviços, apontam para a amplitude alcançada pelo periódico, bem como para a sua rentabilidade. As pessoas parecem compreender o jornal como um lugar oportuno de se fazer dinheiro, mesmo que isso implique investir recursos pessoais na publicação. Poder-se-ia inferir, a partir daí, uma justificativa para a longevidade do jornal: os lucros oriundos das propagandas que compõem a sua totalidade. Retomaremos este tópico quando formos abordar os atores da enunciação mais adiante.

Por último, por se tratar de um periódico que, conforme sublinhado anteriormente, teve uma longa trajetória, detivemos nossa análise sobre as cinco primeiras edições. Trata-se, portanto, dos primeiros editoriais, situados em 1897: de 09 de dezembro (*Ménagères ou Courtianes?*), 10 de

dezembro (*Nos Idylles*), 11 de dezembro (*La Fortune de Jean Bruno*), 12 de dezembro (*Mille Francs*) e 13 de dezembro (*Notre Pays*). Ressaltamos que os textos não são assinados pela diretora, Marguerite Durand. Ao contrário, observa-se as assinaturas das contribuidoras Marie Anne de Bovet, Séverine, Marie de Grandfort e Georges de Peyrebrune.

3.5 *La Fronde*: análise semiótica

Percorrida a composição estrutural do *La Fronde*, partindo desde a composição de sua direção até a estruturação do jornal como um todo, passaremos, nesse estágio, à análise semiótica propriamente dita. Buscaremos, novamente, assim como nas análises relativas ao jornal *La Citoyenne*, responder aos seguintes objetivos elencados: a) elucidar o enunciado elementar sobre o qual o discurso do *La Fronde* se constitui; b) examinar, no quadro da sintaxe narrativa, os tipos de manipulação empregados pelo destinador-manipulador do jornal; c) analisar as diferentes estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador do *La Fronde*, a fim de persuadir o seu enunciatário; d) observar, a partir do quadro da sintaxe discursiva, como se dão as projeções da enunciação no discurso produzido pelo *La Fronde*, atentando-se para as categorias de pessoa, tempo e espaço, bem como seus possíveis efeitos de sentido; e) depreender os temas e as figuras do *La Fronde*, buscando compreender como tais componentes reproduzem no texto do jornal o imaginário social; f) verificar, a partir dos valores defendidos pela instância enunciativa, o *éthos* construído pelo *La Fronde*, orientando o seu modo de presença no mundo; g) inferir, por fim, o *páthos* do enunciatário do jornal, a partir da compreensão das coerções sofridas pelo discurso.

3.5.1 Estratégias de manipulação e de persuasão

Antes de passarmos para a análise das estratégias de manipulação esboçadas no interior do *La Fronde*, deter-nos-emos, num primeiro momento, na escolha do título do periódico. O nome *La Fronde* faz referência a um acontecimento situado no século XVII na França. Michelet (1858), ao estudar o período de revoluções populares que vai de 1648 a 1658, conhecido como *La Fronde*, rotulou-o como sendo “a guerra dos homens honestos contra os vigaristas” (p. 305, tradução nossa). Os movimentos foram motivados sobretudo pelas desapropriações dos habitantes das periferias parisienses pelo governo. A atitude tomada pelas autoridades acabou deixando os pobres sem acesso a alimentos, resultando em controversas no interior do próprio parlamento. Ao retomar o nome dos confrontos como título do periódico, o jornal *La Fronde* dá o primeiro tom dos seus discursos: *lutar contra as injustiças*.

Outro aspecto que demanda atenção consiste no emprego do que seria o *discurso jornalístico* por parte do enunciador do *La Fronde*. O *discurso jornalístico*, tal qual compreendido na contemporaneidade, se especifica a partir do seu esforço de uniformização do discurso “em busca de uma formatação eficaz e pragmática” (THÉRENTY, 2007, p. 12, tradução nossa). No caso do periódico *La Fronde*, é possível perceber uma outra atribuição ao espaço destinado aos editoriais: a predominância do estilo literário. O fenômeno não era incomum em se tratando da configuração do jornalismo da época. Segundo Marie-Ève Thérenty (2007), era difícil, na imprensa do século XIX, compreender os limites entre a escrita do folhetim e aquela destinada à manchete. Diferentemente do folhetim de romance e da manchete, o gênero ambíguo ocupava o espaço de “ficcionalização como tentativa de escritura referencial do mundo” (p. 127, tradução nossa).

Muitas vezes, por cima dos resíduos cercado o seu pequeno terreno, o passante via as três arrancando o mato, semeando, plantando, transplantando as saladas, amarrando a chicória, limpando os repolhos deste triste cercado onde as lesmas e os cogumelos cresciam mais facilmente do que os vegetais. (*La Fronde*, 11/12/1897)⁹³.

Em uma manhã que mal começou, uma manhã lamacenta, nebulosa, escorregadia, monótona e sombria, é a partida em direção ao outro ativo; a corrida além dos objetivos comuns, em direção a regiões distantes, quase inexploradas [...] Sr. Athalin: uma barba de ardósia listrada como se fosse com giz, ondulada; Sr. François, o aspecto de um oficial de cavalaria popular em seu batalhão; Sr. Josse, alto, forte, loiro, binóculo e bigode, uma fisionomia flamenga e plácida que o brilho dos olhos desmente, singularmente astuto (*La Fronde*, 12/12/1897)⁹⁴.

93 Tradução livre de : « Souvent, par-dessus le mar écroulé entourant leur petit coin de terre, le passant les voyait toutes les trois arracher les mauvaises herbes, semer, planter, repiquer les salades, nouer les chicorées, sarcler les choux de ce triste enclos où les limaces et les champignons poussaient plus volontiers que les légumes. »

94 Tradução livre de : « Dans un matin à peine éclos, un matin boueux, brumeux, glissant, morne et maussade, c'est le départ vers l'autre active; la course outre les buts ordinaires, vers des régions lointaines, quasi inexplorées [...] M. Athalin: une barbe d'ardoise rayée comme à la craie, de traits onduleux; M. François, l'aspect d'un officier de cavalerie populaire dans son bataillon; M. Josse, grand, fort, blond, binocle et moustachette, une physionomie

Todos os editoriais analisados pelo *La Fronde* são caracterizados, em alguma medida, pela mistura entre a escrita mais propriamente jornalística, em que se constata a transmissão dos fatos de forma clara e objetiva, e aquela que define mais prontamente o *fazer literário*. São ressaltadas, nesse sentido, longas descrições dos cenários em que ocorreram os acontecimentos, a atribuição de vozes aos personagens, relatos das ações empreendidas pelos participantes do acontecimento mencionado, dentre outros. Trataremos da particularidade da escrita literária como componente do editorial do *La Fronde* no nível da sintaxe e da semântica discursiva. Passaremos, nesse momento inicial, para a compreensão do *nível narrativo*, notadamente o *percurso da manipulação* construído pelo periódico.

Tomamos, preliminarmente, como objeto de análise, o primeiro editorial publicado pelo jornal (*Menagères ou Courtisanes?*), publicado em 09 de dezembro de 1897 e assinado por Marie Anne Bovet. Ao contrário do que se supõe para o conteúdo do primeiro texto de um novo jornal, o editorial do *La Fronde* não esboça, neste estágio, quais são os objetivos propostos pelo periódico. A relação a ser estabelecida pelo *destinador-manipulador* se baseia, em contrapartida, na retomada de valores que se encontram vigentes na sociedade da época. Conveniente sublinhar que, para compreensão das *estratégias de manipulação*, depreendidas a partir da análise do *nível narrativo*, faz-se necessário o estabelecimento do *contrato fiduciário*. Observa-se, nesse sentido, um *destinador* que propõe ao seu *destinatário* um acordo, a fim de levá-lo “a tornar-se sujeito operador da transformação ‘final’ de estados, daquela que realmente interessa ao destinador” (BARROS, 2019, p. 197).

No caso do primeiro editorial analisado, sobressai, como postulado principal, o questionamento àquela que seria a maior premissa atribuída aos movimentos de inferiorização das mulheres: a concessão divina de aspectos específicos às mulheres, como a docilidade feminina e a inclinação à sedução do sexo oposto, o que as fazem naturalmente subordinadas aos homens. Seriam estes os atributos tomados como bases estruturantes da sociedade, oriundos desde a postulação do Código Civil Napoleônico (1804), redescobertos, posteriormente, pelo movimento sansimonista (1830) e acentuados na Segunda República (1848)⁹⁵

Porque, então, sob o pretexto que a natureza não nos teria criados para fins intelectuais – podemos fazê-la falar, a natureza [...] não vai negar – falamos sobre aquelas que, de qualquer forma, se esforçam de provar o contrário, em reflexões mais ou menos desagradáveis, cuja

flamande et placide que dément la lueur des yeux, singulièrement finaude. »

95 Retomando os aspectos apresentados no capítulo dedicado à reconstrução do percurso histórico pelo viés da luta das mulheres, sublinhamos a atribuição fundamental da mulher como a de procriar e do seu sentimentalismo natural (cf. Capítulo 1).

decisão firme, saindo da parvoíce só para cair na insolência, me parece algo do que nos orgulhar. (*La Fronde*, 09/12/1897)⁹⁶.

No estudo do enunciado base presente, a partir do *nível narrativo*, depreende-se, nesta primeira etapa, um sujeito que se encontra em estado de *disjunção* com o objeto valor descritivo, o da intelectualidade. O valor da intelectualidade, porém, pode vir a ser um valor modal como o *fazer*, que “modalizam ou modificam a relação do sujeito com os valores e os fazeres” (BARROS, 2005, p. 25). Contudo, ao pensarmos no conjunto de editoriais, o objeto valor torna a ganhar aspecto mais amplo, configurando-se como objeto valor descritivo mais generalizado, como o da *liberdade* e da *justiça*.

Ao avançarmos para as estratégias persuasivas empregadas pelo *destinador-manipulador*, depreendemos um *sujeito* em estado disjuncto com as suas potencialidades, em que estas se encontram ofuscadas pelo antissujeito homem, às vezes também concebido como antissujeito sociedade. Esse sujeito ora se encontra figurativizado, no *nível discursivo*, como sendo um *sujeito-mulher*, ora sendo a própria sociedade. No entanto, o antissujeito acaba sendo colocado como aquele que pode vir a sofrer as consequências da não conjunção do *sujeito-mulher* com o seu *objeto-valor*. Tem-se, nesse primeiro momento de análise, o mapeamento dos recursos da manipulação por provocação e por tentação, empregados pelo destinador do jornal, como forma a estabelecer o contrato fiduciário. Contudo, no decorrer do estudo, demonstraremos que outro tipo de manipulação pode ser destacada na análise do periódico, a manipulação por sedução. Todavia, a sedução não corresponde a uma parcela significativa dos percursos analisados nos editoriais, tendo a sua citação apenas em momentos oportunos da nossa análise.

Por conseguinte, no percurso de manipulação por provocação, o fazer do *destinador-manipulador* impõe ao *destinatário* “escolher entre aceitar a imagem desfavorável que dele foi apresentada ou fazer o que o manipulador pretende.” (*Idem.*, 2002, p. 38). Observa-se, portanto, no levantamento dos cinco editoriais do *La Fronde*, a construção negativa, tanto da sociedade, quanto dos homens, em que se tem como postulado que a única alteração possível se dá por via da mudança dos valores vigentes.

E é a esse ser infame, variedade prostituta, que os filósofos e capitães pediram conselhos? Estranho. (*La Fronde*, 09/12/1897)⁹⁷.

96 Tradução livre de : « Pourquoi, alors, sous prétexte que la nature ne nous aurait point créés à des fins intellectuelles – on peut la faire parler, la nature... pas de danger qu'elle donne de démentis – s'épanche-t-on au sujet de celles qui, tant bien que mal, s'attachent à prouver le contraire, en réflexions plus ou moins désobligeantes, dont le partir pris de dénigrement, ne sortant de la niaiserie que pour tomber dans l'insolence, me semble être plutôt de quoi nous enorgueillir. »

97 Tradução livre de : « Et c'est à cet être infâme, variété hétéaire, que les philosophes et les capitaines allaient demander conseils ? Étrange. ».

O maravilhoso é que nem sempre e imediatamente o marido é traído. Não por causa do seu egoísmo, pois é irredutível e inelutável como uma força da natureza, mas por causa da sua falta de habilidade e cegueira. (*La Fronde*, 10/12/1897)⁹⁸.

Não temos nada, disse com uma voz ofegante. E este casebre que tenho do meu pai.. Teremos que trabalhar muito... você do meu lado... e eu do meu... Quando chegarmos à fortuna... Só então é que vamos descansar. (*La Fronde*, 11/12/1897)⁹⁹.

E penso na natureza estranha deste crime, crime de dinheiro se uma vez o foi: a esta lamentável economia dos grandes estabelecimentos financeiros que não faz andar em dois os bons criados. (*La Fronde*, 12/12/1897)¹⁰⁰.

E esta escória ferve e luta miseravelmente por um objetivo miserável em seu belo país, em seu amado país! Sua decoração grandiosa só emoldura este drama indigno com um resultado vil! (*La Fronde*, 13/12/1897)¹⁰¹.

O *destinatário* se vê, conforme ilustrado pelos fragmentos anteriores, como membro pertencente a uma sociedade corrompida. Tal destinatário é um *destinatário amplo*, mas passível de ser depreendido, contudo, como sendo as vítimas do sistema vigente e que devem, a partir da aceitação do contrato fiduciário apresentado, modalizar-se por meio de um *dever-fazer*. O recurso da provocação, estipulado pelo *nível narrativo*, é concretizado pela instância superior do percurso gerativo de sentido, o *nível discursivo*. A concretização da trajetória sintagmática se dará, nesse estágio, por processos temporais, ocupações espaciais, mas também por “redundâncias sêmicas que vão gerar isotopias” (TATIT, 2019, p. 203). Trataremos dos aspectos discursivos semânticos no próximo tópico.

Na análise da manipulação por provocação no nível da sintaxe discursiva, observa-se, em um primeiro momento, o recurso da interpelação do *leitor/enunciatário* do jornal, dado o uso de perguntas retóricas. São elencados os aspectos negativos sob os quais se baseia a argumentação proposta pelo *enunciador*, em que as respostas são, em alguns casos, propostas pela própria instância enunciativa, em outras não. Cabe, neste último caso, ao enunciatário proposto pelo enunciado o encargo de responder ou não a elas, segundo os seus próprios valores.

Se a moralidade não é nada, porque tratar as Manon de engraçadas? Se for algo, o que dizer dos Grioux? (*La Fronde*, 09/12/1897)¹⁰².

98 Tradução livre de : « Ce qui est merveilleux, c'est que ce mari ne soit pas toujours et immédiatement trompé. Non pas à cause de son égoïsme car celui-ci est irréductible et inéluctable comme une force de la nature, mais à cause de sa maladresse et de son aveuglement. ».

99 Tradução livre de : « Nous ne possédons rien, dit-il d'une voix haletante... et cette mesure qui me vient de mon père... Il va falloir travailler ferme... toi de mon côté... moi du mien... Quand nous serons arrivés à la fortune... Seulement alors... nous nous reposerons... ».

100 Tradução livre de : « Et je songe à la bizarrerie de ce crime, crime d'argent s'il en fut jamais: à cette économie regrettable des grands établissements financiers ne faisant pas marcher par deux les bons serviteurs cousus d'or... »

101 Tradução livre de : « Et cette chue fourmille et se débat lamentablement pour un but misérable dans votre beau pays, dans votre adoré pays! Son grandiose décor n'encadre que ce drame indigne au vil dénouement! »

Aqui estão eles: o homem enfezado, espertalhão, moreno, com a aparência de um animal preso e enganando mais do que lutando. Ele percebe o que é um crime? Já mediu o significado moral? Já considerou as consequências materiais? Eu não acredito. (*La Fronde*, 12/12/1897)¹⁰³.

Porque essa transformação? Quem te preocupa? O que você viu? (*La Fronde*, 13/12/1897)¹⁰⁴.

Ao interpelar o seu enunciatário por meio de questionamentos, o *enunciador* do jornal *La Fronde* reforça a comunicação estabelecida entre eles, por meio de “uma forma hábil para encetar raciocínios”(PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 180), afirmando o relacionamento pautado em uma cumplicidade. O emprego das perguntas, retomando uma vez mais Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), é menos a vontade de se fazer a apresentação de uma causa em especial, do que a “razão pela qual não o encontraremos” (p. 180). Ao evidenciar as incongruências dos valores vigentes na sociedade, o *enunciador* busca, por meio da construção do seu jogo retórico, chamar a atenção do enunciatário para as falhas do sistema. O efeito construído consiste, portanto, na incitação do parceiro comunicativo a agir, colocando as evidências dos deslizos dos argumentos tomados como aceitos pelo senso comum (ou pela *doxa*).

No estudo das *debreagens* expostas pelo enunciador no âmbito da sintaxe discursiva, encontra-se o jogo entre a recorrência de *debreagens enunciativas* e *debreagens enuncivas*. Ao lançar luz sobre o uso das *debreagens enunciativas*, a partir das projeções do *eu-aqui-agora*, é possível perceber o simulacro da presença ativa do *enunciador* no enunciado, o que resulta na produção de um efeito de aproximação (FIORIN, 2016a). A abordagem enunciativa se faz mais presente, sobretudo, no quarto editorial do *La Fronde* (*Autour d'un crime*): “E penso na natureza estranha deste crime, crime de dinheiro se é que alguma vez existiu: a esta lamentável economia dos grandes estabelecimentos financeiros que não faz andar em pares os bons criados costurados em ouro” (*Et je songe à la bizarrerie de ce crime, crime d'argent s'il en fut jamais: à cette économie regrettable des grands établissements financiers ne faisant pas marcher par deux les bons serviteurs cousus d'or...*) (*La Fronde*, 12/12/1897). Trata-se do emprego do recurso da *enunciação enunciada*, em que se “contém os elementos apreciativos que remetem à instância da enunciação” (*Ibid.*, p. 57). São esboçados os aspectos de pessoa, de espaço e de tempo, concernentes ao crime em questão: “eu penso” (*je songe*), “este crime, crime de dinheiro” (*ce crime, crime d'argent*), “eles o tiraram, morto, pela porta da cozinha.” (*on l'a ressorti, mort, par la porte de la cuisine*), “a esta lamentável economia” (*à cette économie regrettable*). Todo o enunciado é acompanhado de um

102 Tradução livre de : « Si le sens moral n'est rien, pourquoi traiter les Manon de drôlesse? S'il est quelque chose, que dire Des Grieux? ».

103 Tradução livre de : « Les voici: l'homme chétif, chafouin, noiraud; la mine d'un animal pris au piège et qui ruse plutôt qui ne se débat. A-t-il conscience de ce que c'est qu'un crime? En a-t-il mesuré jamais la portée morale? En a-t-il jamais envisagé les conséquences matérielles? Je ne le crois pas. ».

104 Tradução livre de : « Pourquoi cette transformation? Qui vous trouble ? Qu'avez-vous donc aperçu? ».

juízo do enunciador, em que se ilustra o panorama do acontecimento segundo o seu ponto de vista. Ao simular a presença no enunciado, o enunciador se mostra “mais íntimo e cúmplice” (DISCINI, 2004, p. 124) e busca levar o seu enunciatário *a crer* e, em seguida, *a dever-fazer* um movimento para mudar a situação atual.

No esforço de fazer o seu parceiro comunicativo a compactuar com a desconstrução dos valores vigentes, o *enunciador* do *La Fronde* almeja, de forma assídua, reforçar a relação de cumplicidade com o seu enunciatário. Observa-se, nesse sentido, o emprego da segunda pessoa do plural, ou pessoa amplificada, ‘nós’ exclusivo (*nous*), em que se observa “a junção de um *eu* com um *não eu*” (FIORIN, 2016a, p. 52): “Nós exageramos tudo de uma paixão já formidável (o amor) ... Nós a tornamos excessiva e tentadora até a vertigem. Nós fizemos dela o abrigo de tantos sonhos que alguns moralistas lógicos pedem hoje que as mulheres tenham livre acesso a este paraíso.” (*Nous avons tout exagéré d’une passion déjà formidable (l’amour)... Nous l’avons rendue excessive et tentatrice jusqu’au vertige. Nous en avons fait le refuge de tant de rêves que des moralistes logiques demandent aujourd’hui pour les femmes le libre accès de ce paradis...*) (*La Fronde*, 10/12/1897) . Ao se dirigir ao um público múltiplo, a partir do emprego da junção entre os pronomes ‘eu’ (*je*) e o ‘eles’ (*ils*), postulado pelo ‘nós’ (*nous*), o enunciador aparenta ter uma “fala como se estivesse repetindo as suas palavras” (CHARAUDEAU, 1992, p. 153, tradução nossa). Ao tentarmos compreender o efeito de sentido que tal recurso constrói no interior do enunciado, constatamos que se trata de um artifício que permite o desenvolvimento de uma enunciação voltada especialmente para a adesão do enunciatário, atribuindo ao enunciado um *valor afetivo* (CHARAUDEAU, 1992).

A utilização do ‘nós’ exclusivo (*nous*) é revigorada, em outro fragmento, pelo uso do imperativo: “Falemos de razão” (*Parlons un peu raison*) (*La Fronde*, 09/12/1897), em que são esboçadas as tomadas de atitudes possíveis pelo enunciatário. Charaudeau (1992) atesta o emprego do imperativo, em que se tem a predominância do *nous*, como aquele em que “o enunciador descreve as ações ou as qualificações positivas dos agentes de uma missão de melhora social” (*Ibid.*, p. 158, tradução nossa). No caso do enunciado do *La Fronde*, depreende-se um *enunciador* que visa à mudança social, não atuando isoladamente, mas buscando exercer uma ação em conjunto, e, portanto, empenhando-se para ilustrar os caminhos necessários.

Ao voltarmos, nesse segundo momento, o nosso olhar para o emprego das *debreagens enuncivas*, por meio da projeção no enunciado das categorias de *ele-alhures-então*, depreende-se que este mecanismo se faz mais presente no *fazer literato* da construção do *texto*. Na concretização discursiva da manipulação por provocação, o *La Fronde* lança mão da literatura em seus editoriais, criando o efeito de distanciamento da instância enunciativa.

Povo de admirável energia e vitalidade, esses nobres atributos das belas árvores bem plantadas, mas fatalmente dedicadas também às únicas necessidades imediatas da subsistência. Comer, beber e dormir. Sim, tem de dedicar todo o seu ardor neste resultado do pedaço de pão, do copo, do vinho, do abrigo que ele mal arranca, e nem sempre ! (*La Fronde*, 13/12/1897)¹⁰⁵.

Oh! A pobreza, a miséria ridícula dessas notas bancárias, desses vinte mil francos, desse pequeno monte de papéis pelo que este homem cometeu fratricídio; pelo que, durante oito horas, se sentou, à noite, na escuridão, a doze metros de profundidade, vigiando a combustão do cadáver. (*La Fronde*, 12/12/1897)¹⁰⁶.

Ao criar o efeito de sentido de um *texto* que ‘ fale por si só ’, valendo-se, para tanto, de uma escrita mais inclinada para o estilo literário, o *enunciador* reforça a construção de sentido de imparcialidade. A construção de uma visada tida como mais imparcial “é antes um equilíbrio das forças, uma atenção máxima aos interesses em causa, mas repartida igualmente entre os pontos de vista” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 67). A aproximação estabelecida entre o enunciador e o enunciatário é atenuada, mas não totalmente posta de lado. O que se observa é a focalização sobre o tema abordado pelo jornal, recoberto por adjetivos: “Povo admirável” (*peuple admirable*), “nobres atributos” (*nobles attributs*), “ miséria ridícula” (*la misère ridicule*), tentando trazer o seu leitor a aceitar os valores propostos se valendo, destarte, de um escrita mais literata. Vê-se uma ficcionalização dos acontecimentos, com vistas ao que se afirma ser uma melhor compreensão do real (THÉRENTY, 2007).

Poder-se-ia ir além, sublinhando o mecanismo da manipulação por *sedução*, no *nível narrativo*, conforme mencionado anteriormente, em que se tem uma representação lisonjeira dos atributos do *sujeito-manipulado*. Tal recurso permite uma sobremodalização do destinatário para um *querer-fazer*, conforme ilustrado pelo fragmento “Povo de admirável energia e vitalidade” (*Peuple admirable d’énergie et de vitalité*). Entretanto, a *sedução* é colocada para acentuar os valores negativos escolhidos pelo destinador sobre o seu destinatário, estabelecendo um contraste entre os atributos positivos do sujeito em contraponto com os aspectos negativos que prevalecem na sociedade. O que se infere, portanto, é a ênfase da *provocação* construída no enunciado. Todos esses recursos influenciam na construção do ator da enunciação, sendo este, portanto, um enunciador que seduz, mas cujo objetivo final é o de provocar o leitor do seu jornal, incitando-o a sair da sua zona de conforto.

105 Tradução livre de : « Peuple admirable d’énergie et de vitalité, ces nobles attributs des beaux arbres bien plantés, mais fatalement consacrés aussi aux seuls besoins immédiats de la subsistance. Manger, boire et dormir. Oui, toute son ardeur il doit la vouer à ce résultat du morceau de pain, du verre, de vin, du gîte qu’il arrache à peine, et pas toujours! ».

106 Tradução livre de : « Oh! La pauvreté, la misère ridicule de ces billets de banque, de ces vingt mille francs, de ce petit tas de papiers pour lequel cet homme a commis le fratricide; pour lequel, huit heures durant, il est allé s’asseoir, dans la nuit, dans les ténèbres, à quarante pieds sous terre, surveillant la combustion du cadavre... »

Uma última característica, depreendida no âmbito da sintaxe discursiva, consiste no mecanismo da debreagem de 2º grau, em especial na análise do fazer literário do jornal. O recurso do discurso direto permite ao enunciador atribuir vozes a personagens no interior do enunciado, conforme estabelecido na terceira edição do jornal, “*La fortune de Jean Bruno*”, publicada em 11 de dezembro de 1897, sem, necessariamente, assumir a responsabilidade pelo dito:

Mas parando de repente diante do rosto gelado das duas mulheres apavoradas sobre fortuna vergonhosamente escondida por tanto tempo.

- Vocês tem cara de enterro, ein, disse ele, furioso. Do que precisam, sagradas mulheres ? não estão satisfeitas afinal ?

- Não, respondeu corajosamente Marthe, erguendo os seus olhos penetrantes de solteirona para o seu pai irritado – está chegando tarde – tudo o que temos hoje não vale o que nos foi roubado... a alegria de viver... a juventude... estar animadas... será que a sorte nos trará de volta os dias perdidos no sofrimento ? (*La Fronde*, 11/12/1897)¹⁰⁷.

O narrador instaura, conforme ilustrado pelo fragmento, interlocutores que conversam entre si. Os personagens seriam, nesse sentido, responsáveis pelo estabelecimento de diálogos que permitem ilustrar a situação de miséria construída. Barros (2002) salienta os efeitos de sentido que as subdelegações de vozes possibilitam, sobretudo a referencialização, para a geração de um discurso que pareça *ser verdadeiro*. O que se observa, portanto, é a transmissão da responsabilidade “do que é dito àquele que se cita em discurso direto” (*Ibid.*, p. 76). O enunciador do jornal constrói o efeito de distanciamento dos valores colocados em evidência pelos interlocutores, personagens concebidos à imagem do cidadão francês comum. Não são os valores do *La Fronde* que são questionados na idealização da narrativa, ao contrário, trata-se dos valores do próprio enunciatário. Retornaremos a esse tópico quando formos trabalhar no nível da semântica discursiva, em que a responsabilidade do dito é atribuída, nessa perspectiva, as figuras pertencentes ao mundo real.

Por conseguinte, dando sequência ao estudo da manipulação concebida no interior do *La Fronde*, a partir do estudo do nível narrativo depreendido dos cinco editoriais, constata-se o emprego de outra manobra usada pelo *destinador-manipulador*, notadamente a manipulação por *tentação*. No caso da tentação, “o destinador oferece valores que ele acredita desejados [...] pelo destinatário” (BARROS, 2019, p. 199).

Deixemos também que as mulheres organizem suas vidas como quiserem e pelos seus próprios riscos, o mais honestamente possível. Quando foi demonstrado que a profissão de carregador era mais adequado para homens, inapto para a de babá, descobrimos a América. Uma mulher inteligente é superior a um idiota, assim como um homem inteligente a uma

107 Tradução livre de : « Mais s’arrêtant tout à coup devant le visage glacé des deux femmes horrifiées de cette fortune si longtemps et si honteusement cachée: - Vous en faites, vous, des figures de croque-mort dit-il furieux... Que vous faut-il donc, sacrées femelles? N’êtes-vous pas satisfaites à la fin? - Non, répondit hardiment Marthe, en levant sur son père irrité ses yeux aigus de vieille fille, – ça vient trop tard – tout ce que nous possédons aujourd’hui ne vaut pas ce que tu nous a volé... la joie de vivre... d’être jeunes... d’être aimées... la fortune nous les rendra-t-elle les jours perdus à souffrir? ».

idiota, o que é também uma verdade indiscutível. Por fim, o amor ou a maternidade, até ambos, podem ser combinados a outras funções. (*La Fronde*, 09/12/1897)¹⁰⁸.

Se a mulher, em vez de ser uma tentação engenhosa, refinada e aguçada na perversidade pela educação, literatura e costumes, se tornar uma força compreensiva e afetuosa, uma camarada próxima de quem se pode pensar em outra coisa que no seu sexo, será que a verdadeira virilidade da nossa raça não ganhará? (*La Fronde*, 10/12/1897)¹⁰⁹.

Você sente que perdidos na confusão, os corações vibrantes acreditam tenazmente na marcha da Humanidade; eles só vivem para essa fé, fé profunda e persistente como a vida, fé contagiante, de modo que as suas certezas e o seu entusiasmo, embora raro e disseminado, ganhe, aos poucos, mas de forma segura. (*La Fronde*, 13/12/1897)¹¹⁰.

Ao rascunhar uma primeira análise dos fragmentos selecionados, percebe-se a exaltação dos valores atribuídos ao sujeito mulher, como também o engrandecimento das potencialidades daquele que seria o verdadeiro francês, apresentado pelo editorial “*Notre pays*”. Como forma de validar os valores postos em questão, o destinador do jornal recorre ao estabelecimento do diálogo com o seu destinatário se baseando, para tanto, no engrandecimento dos aspectos positivos que podem *vir a serem* possíveis, desde que haja o firmamento do *contrato fiduciário*. A manipulação se baseia, portanto, na apresentação dos valores defendidos por ambos: no bom funcionamento da sociedade e no seu bem maior, a França.

No estudo da sintaxe discursiva, depreendemos, no primeiro olhar sobre os enunciados em que se predominam a manipulação por tentação, um enunciador que se coloca inserido na generalidade da qual compõe o seu enunciatário, constatado pelo emprego do pronome pessoal ‘nós’ (*on*). São enunciados que concretizam o que destinador, aqui tomado como enunciador, apresenta como sendo os percursos alternativos a serem empreendidos pelo seu destinatário, constituindo-se agora como enunciatário do jornal. São elencados, para isso, conselhos para a aquisição de boas qualidades dos valores oferecidos: “Deixemos também que as mulheres organizem suas vidas como quiserem e pelos seus próprios riscos, o mais honestamente possível. Quando foi demonstrado que a profissão de carregador era mais adequado para homens, inapto para a de babá, descobrimos a América.” (*Qu’on laisse aussi les femmes ordonner leur vie à leur guise et à leurs risques, le plus honnêtement possible. Quand on a démontré que le métier de portefaix*

108 Tradução livre de : « Qu’on laisse aussi les femmes ordonner leur vie à leur guise et à leurs risques, le plus honnêtement possible. Quand on a démontré que le métier de portefaix convient mieux à l’homme, inapte par contre à celui de nourrice, on a découvert l’Amérique. Une femme intelligente est supérieure à un imbécile comme un homme d’esprit à une sottise, vérité également incontestable. Enfin l’amour ou la maternité, voire les deux, se peuvent cumuler avec d’autres fonctions. »

109 Tradução livre de : « Si la femme, au lieu d’être une ingénieuse tentation, qu’affinent, qu’aiguisent en perversité l’éducation, la littérature, les mœurs, devient une force compréhensive et tendre, une camarade près de qui l’on peut songer à autre chose qu’à son sexe, la véritable virilité de notre race n’y gagnera-t-elle pas? »

110 Tradução livre de : « Vous sentez que, perdus dans la mêlée, des cœurs vibrants croient tenacement à la marche en avant de l’Humanité; ils ne vivent même que pour cette foi, foi profonde et persistante comme la vie, foi contagieuse, si bien que leurs certitudes et leur enthousiasme, quoique rares et disséminés, gagneront lentement, mais sûrement... »

convient mieux à l'homme, inapte par contre à celui de nourrice, on a découvert l'Amérique.) (*La Fronde*, 09/12/1897); “Então poderemos reivindicar para as mulheres o direito do amor livre.” (*Alors on pourra revendiquer pour la femme le droit au libre amour*) (*La Fronde*, 10/12/1897).

No estudo do emprego do ‘on’ no francês, Charaudeau (1992) discute as inúmeras possibilidades e, conseqüentemente, os diferentes efeitos de sentido provocados pelo seu uso. Ao refletirmos sobre efeitos de sentido do uso do pronome, podemos inferir a finalidade do efeito de ‘anonimato’, “considerado como subconjunto de uma totalidade, indicada de forma evidente pelo contexto.” (CHARAUDEAU, 1992, p. 129, tradução nossa). O enunciatário da mensagem é explicitado a partir dos valores empregados, mas estes valores podem alcançar a um grupo muito mais amplo do que se fosse dirigido a um grupo específico.

Não se pode deixar de lado o caso do emprego do ‘on’ no fazer literário dos editoriais: “Eles então não foram vistos brincando nos terrenos baldios onde, depois da escola, as crianças impetuosas desse pobre bairro se encontravam.” (*on ne les vit donc point jouer dans les terrains vagues où se réunissait, après l'école faite, la bande fougueuse des enfants de ce pauvre quartier*) (*La Fronde*, 11/12/1897); “os acompanhamos aqui, ali” (*on les promène ici, là.*) (*La Fronde*, 12/12/1897). No caso da construção de narrativas com fins de se transmitir os objetivos postulados pelo periódico, o ‘on’ atua na função de observador com focalização externa, em que “focaliza-se a exterioridade da cena e não se vê a partir do íntimo do observador” (FIORIN, 2016a, p. 97). O recurso do gênero narrativo funciona, neste caso, mais como um efeito estilístico para adesão do auditório, permitindo uma leitura mais próxima de uma crônica. Todavia, não podemos deixar de levar em conta a presença do processo de discursivização por convocação no fazer enunciativo, em que “a enunciação convoca as possibilidades ausentes e torna-as presentes” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 195). Ou seja, a construção da narrativa implica a seleção por parte do enunciador dos elementos a serem usados, contribuindo, portanto, para a construção do seu *éthos*.

Antes de adentrarmos no estudo da semântica discursiva, depreendida pela análise dos cinco editoriais do *La Fronde*, um último aspecto da sintaxe discursiva merece atenção. Tem-se, nessa perspectiva, um diálogo direto construído pelo enunciador junto ao enunciatário, pautado no uso do ‘vós’ (*vous*), sobretudo no que se refere ao último editorial (*Notre pays*): “Se por acaso você viajou para um país distante, uma vez que a desordem do movimento foi acalmada, de súbito você deve ter pensado no que você já sabia... Como você odeia e despreza aqueles que desonram este solo, como você desprezaria o idiota que pisaria uma obra-prima.” (*S'il vous est arrivé de voyager en pays lointain, une fois le trouble du déplacement apaisé, tout à coup vous avez dû resonger à ce que vous saviez déjà... Comme vous haïssez et méprisez ceux qui déshonorent ce sol comme vous mépriserez*

l'idiot qui piétinerait une toile de maître) (*La Fronde*, 13/12/1897). Observa-se o efeito de um enunciatário múltiplo, composto por diferentes tipos de leitores do jornal (CHARAUDEAU, 1992).

O que se ressalta nas passagens, contudo, é a construção do tempo no passado, atestado pelo uso do *passé composé* “Você dever ter pensado” (*vous avez dû resonger*) e do imperfeito “Você já sabia” (*vous saviez déjà*), permitindo a construção de uma narrativa em que o próprio enunciatário é o sujeito da ação. Todavia, o enunciador insere no texto o tempo verbal *conditionnel présent*, vide a sentença “você desprezaria” (*vous mépriserez*). O que se tem é o emprego do futuro do pretérito, postulando o “caráter de uma antecipação imaginária” (FIORIN, 2016a, p. 142). O *narrador-enunciador* projeta situações imaginárias, em que acredita serem condições de realidades possíveis do seu enunciatário e dando a entender que, nesse sentido, conhecê-lo bem. Ao fazer isso, o enunciador do *La Fronde* reforça a relação de intimidade com o seu parceiro comunicativo que, conforme assinalado pelo emprego do ‘vós’ da sentença analisada, corresponde a um enunciatário múltiplo.

Esboçados os recursos de manipulação depreendidos a partir do estudo do nível narrativo, e as formas de materialização, indicadas a partir da concretização inferidas no nível da sintaxe discursiva, passaremos, nesse momento, ao estudo da semântica do nível discursivo. Todavia, podem-se adiantar alguns pontos percebidos após a realização da análise, vide o uso marcante do fazer literário, o estabelecimento do diálogo com um enunciador múltiplo e, ademais, a persuasão por meio do compartilhamento de valores, postulado pelo emprego do ‘nós’ (*nous*).

3.5.2 Tematização e Figurativização em *La Fronde*

No âmbito da semântica discursiva, analisaremos os temas e as figuras esboçados pelos editoriais do jornal *La Fronde*. Importante lembrar que, ao trabalhar com a tematização e com a figurativização, trabalhamos, portanto, com a camada mais superficial do percurso gerativo de sentido. Recuperando Barros (2019), ao trabalhar sobre o funcionamento dos temas, a autora destaca que “na tematização ocorre a disseminação no discurso dos traços semânticos tomados de forma abstrata” (p. 206). Em sequência, a figurativização seria, portanto, “esses traços semânticos ‘recobertos’ por traços semânticos ‘sensoriais’ (de cor, de forma, de cheiro, de som, etc.) que lhes dão o efeito de concretização sensorial” (BARROS, 2019, p. 206).

Ao falar dos temas, vale ressaltar que um mesmo tema “pode receber múltiplas realizações figurativas diferentes quando ocorre a discursivização e dar origem a uma infinidade de textos. Ele se apresenta, pois, como um ‘motivo’...” (BERTRAND, 2003, p. 40). No caso dos editoriais analisados no jornal *La Fronde*, vemos a recorrência do tema do *combate à injustiça social*. A configuração do jornal, a partir da construção de um tema central é reforçado, ademais, pelo enunciado posicionado logo no cabeçalho, conforme esboçado na apresentação do período. É interessante retomar, por exemplo, as publicações do ano de 1926, em que o *La Fronde* enunciava que “Todos aqueles interessados nas questões sociais, devem ler.” (*Tous ceux qui s'intéressent aux questions sociales, doivent lire*). O mesmo tema relacionado à injustiça social se apresentou, conforme depreendido pelo estudo da sintaxe discursiva, acompanhado de outros subtemas, mesclados entre o campo semântico do feminino e as deficiências da sociedade francesa, a saber: I. Potencialidades intelectuais das mulheres; II. Descaraterização dos estereótipos formulados pela sociedade em torno da figura feminina; III. Descaracterização da imagem atribuída às cortesãs produzidas pela literatura; IV. Refutação das afirmações bíblicas em que se postulava o lugar das mulheres como sendo inferior ao homem; V. Gravidade da instituição do casamento, em que a mulher é privada da própria personalidade; VI. Avaria, individualismo, egoísmo e futilidade nas relações sociais; VII. Corrupção da classe artística e jornalística que visa apenas o lucro; VIII. Perversidade da imprensa; IX. Descaracterização da infância dos jovens cidadãos franceses; X. Nacionalismo. XI. Exaltação positiva das características do hexágono francês.

Os temas elencados podem vir, conforme mencionado anteriormente, recobertos ou não por figuras que remetem ao mundo real. No caso do jornal *La Fronde*, vemos a predominância das figuras para a construção do todo de sentido. Nessa perspectiva, assumimos se tratar de um discurso

em que vigoram os percursos figurativos. Tais percursos variam, contudo, segundo o tema que recobrem e, ademais, da manipulação que colocam em cena.

Não menos importante retomar que, por mais que o jornal se constitua a partir da mistura entre variados gêneros discursivos, passando do editorial à composição literária, entre outros, a construção do seu fazer persuasivo tem por princípio estratégias que levem o enunciatário a *crer ser verdadeiro* o seu discurso. No caso do *La Fronde*, vê-se a construção da persuasão empreendida pelo jornal no retorno a acontecimentos transcorridos do mundo real. É importante ressaltar, uma vez mais, que, “para fazer com que o enunciatário creia em seu texto, o enunciador parte de um simulacro de tudo o que poderia constituir a instância do seu actante complementar” (TATIT, 2019, p. 205). Depreende, dessa forma, o recurso da *iconização*, que serve para produzir “efeitos de realidade e de referente.” (BARROS, 2019, p. 207).

No caso da manipulação por provocação, o enunciador, no nível da semântica discursiva, busca persuadir o seu enunciatário dos horrores que tramitam pela sociedade, conforme o padrão hegemônico conhecido por ambos. Contudo, a culpa da recorrência de acontecimentos trágicos, considerados como aqueles que chocam a grande maioria, como o assinalado pelo próprio jornal, é atribuída ao sistema vigente. O próprio enunciatário é colocado, nesse sentido, como aquele que supostamente compactua com as mazelas sociais. Eis, portanto, a depreensão dos temas relacionados à injustiça social, alinhados à necessidade de manipular o sujeito narrativo a um *dever-fazer*. Faz-se necessário, segundo o próprio *La Fronde*, uma inversão dos sistemas de valores, em que os aspectos recorrentes da desigualdade social deixem de imperar, permitindo, portanto, o estabelecimento de uma sociedade mais justa e humanitária.

A manipulação por provocação, concebida pela análise do *nível narrativo*, se pauta, nesse caso, concretizada pelo constante emprego do recurso da *iconização*, também compreendida pelo seu alto grau de *figurativização* (cf. Capítulo 2). Vale ressaltar que a *iconização* permite, portanto, o feito de sentido de *ilusão de real*, ao empregar, para tanto, imagens que fazem parte do mundo que cerca o enunciatário. Tomamos, como exemplo, o quarto editorial, (*Autour d'un crime*) publicado em 12 de dezembro de 1897, em que podemos perceber de forma clara o uso massivo da figurativização para concretizar, conforme assinalado, o percurso da provocação.

Figura 6 – Relatório de polícia impresso no *La Fronde*



Fonte: *La Fronde*, nº 4 (12/12/1897).

Podemos observar, no caso do fragmento assinalado, a impressão, no corpo do jornal, de um relatório da delegacia de polícia tal qual utilizado pela instituição da época. O enunciador do *La Fronde* se vale, para tanto, de uma representação do boletim possivelmente emitido pelos delegados responsáveis pelo caso selecionado para a composição do editorial. Ao analisarmos o documento, percebemos que nele são apontados os enunciadores da mensagem, o título do documento, a descrição da cena do crime e a assinatura do responsável pela redação do documento. O efeito de *iconização*, nesse caso, é obtido pela ancoragem de *pessoa*, de *espaço* e de *tempo*: “Comissariado do Serviço de Segurança” (*Commissariat du Service de Sûreté*) e “O comissário de polícia, chefe do serviço de segurança, Cochefart” (*Le Commissaire de police, Chef du service de la Sûreté, Cochefart*); “Prefeitura de Polícia” (*Préfecture de Police*); “Auto do dia 11 de Dezembro de 1897” (*Procès-verbal du 11 Décembre 1897*), respectivamente. Todos esses recursos revigoram o *contrato veridictório* proposto pelo enunciador do jornal, em que se almeja levar o seu enunciatário *crer ser verdadeiro* o enunciado que lhe é apresentado.

Ao levantar as coberturas figurativas que recobrem os subtemas que se seguem à injustiça social, fundamentados pelo estudo da manipulação por provocação, vemos a delegação de outras vozes para a composição do discurso, segundo trabalhado no nível da sintaxe discursiva. Todavia, retomando as passagens em que se tem a projeção de interlocutores no interior do enunciado, vemos a evidência de figuras reconhecidas pela sociedade da época:

Manon Lescaut, ornada de um prefácio de Guy Maupassant.... As confina (as mulheres) exclusivamente “em duas missões muito distintas e encantadoras : o amor e a maternidade”. Porque distintas?

Desnecessário dizer à prostituta que as simpatias do autor de *Boule de Suif* vão para ela, e as nossas também, pois ele os pintam de forma tão amável. “os grandes homens viviam na casa das cortesãs, ouviam os seus conselhos, encontravam na sua intimidade essa graça delicada..” seguem palavras tão obsequiosas que as deixo de lado... (*La Fronde*, 09/12/1897, grifos no original)¹¹¹.

O enunciador recorre a esse movimento com vistas a criticar os estereótipos formulados acerca do sexo feminino, sobretudo sobre a diferença do tamanho cerebral entre homens e mulheres, sendo o destas considerado inferior e, conseqüentemente, menos apto a exercício intelectual¹¹². Ao trazer para o seu discurso vozes oriundas da literatura da época, o enunciador do *La Fronde* consegue, ademais, desqualificar os estereótipos criados em torno da figura mística da mulher. Por se tratar de uma literatura em que o sexo feminino é submisso por natureza, cujo espaço de atuação é limitado à maternidade, o jornal, ao retomar tais valores, coloca-os em evidência. Isso permite ao enunciatário refletir sobre o que fora apresentado como verdade, podendo passar a *crer* na verdade produzida pelo periódico.

Dando seqüência aos estudos das figuras que recobrem o discurso produzido pelo *La Fronde*, analisaremos, nesse estágio, a concretização dos sintagmas constituintes da manipulação por tentação. Nos sintagmas que recobrem a manipulação por um *querer-fazer*, depreendemos um enunciador que recorre aos subtemas de nacionalismo e de exaltação dos atributos da terra dos franceses. Trata-se, por exemplo, da exaltação da pátria defendida pelo enunciador, a França, conforme esboçado no quinto editorial “*Notre Pays*”. O efeito de glorificação do país começa a ser concebido, em um primeiro momento, a partir da comparação dos atributos franceses frente aos dos países com os quais existe uma mínima relação:

[...] eis o Pirenéus e seus arredores, terra não menos trágica e atormentada, perto de frescuras encantadoras, que a terrível Espanha, eis sua Provença, irmã da Grécia, banhada pelas ondas do azul mediterrâneo, Provença cuja aridez e brancura, ainda realçadas por um céu de mármore, anunciam ao mesmo tempo a tórrida África, e depois os Alpes, paisagem suíça, e o planalto central.. verdejantes da Escócia, e a quimérica Bretanha que o Oceano devora, a harmoniosa Normandia, o Mar do Norte com seu céu cinzento de país setentrional, enfim a enorme metrópole Paris, linda entre outras, talvez ainda mais pelas suas lembranças pesadas do que pelas suas realidades. (*La Fronde*, 13/12/1897)¹¹³.

111 Tradução livre de : « Menon Lescaut, ornée d’une préface de Guy Maupassant... les confine (les femmes) exclusivement ‘dans deux rôles bien distincts et charmants tous les deux: l’amour et la maternité’ – Pourquoi distincts? [...] Inutile de dire qu’à l’hétaïre vont les sympathies de l’auteur de Boule de Suif, et les nôtres aussi, tant ils les peint aimables. ‘Les grands hommes vivaient dans la maison des courtisanes, écoutaient leurs conseils, trouvaient dans leur intimité cette grâce délicate...’ - suivent des propos si obligeants que je les passe... »

112 Tem-se, sobretudo, a reprodução do pensamento proudhoniano, em que a intelectualidade a mulher é constantemente questionada (cf. Capítulo 1).

O enunciador elenca, para obtenção do efeito de exaltação, as belezas que ornamentam as paisagens existentes do hexágono francês: “Pirenéus e arredores” (*ses Pyrénées et leurs alentours*), “sua Provença” (*sa Provence*), “os Alpes” (*les Alpes*), “planalto central” (*le Plateau central*), “a quimérica Bretanha” (*la chimérique Bretagne*), “a harmoniosa Normandia” (*l’harmonieuse Normandie*), “o Mar do Norte” (*la Mer du nord*), “enorme metrópole Paris” (*l’énorme métropole Paris*). Todos os atributos são, portanto, valores compartilhados entre o enunciador e o seu enunciatário. É importante ressaltar que o sentimento de prazer como cidadão de uma nação tão bela não se constrói por si só. Ao contrário, as belezas são contrastadas com os atributos de outros países e continentes, dando-se ênfase aos aspectos selecionados pelo jornal, como é o caso da Espanha, “a terrível Espanha” (*la terrible Espagne*), e da África, “a tórrida África” (*les torridités de l’Afrique*).

Não é demasiado ressaltar que o fenômeno de exaltação da República Francesa, empreendido pela grande maioria dos seus cidadãos, é um assunto da ordem histórica. Conforme relembra o próprio fragmento extraído do editorial “*Notre Pays*” (*La Fronde*, 13/12/1897), a beleza de Paris se vê mais ligada ao seu passado do que à sua realidade atual, sendo esta beleza, portanto, estritamente ligada ao papel que a cidade exerceu no âmbito político francês como um todo. Girardet (1958) retoma a concepção ampla do nacionalismo como sendo “todo sistema relativamente coerente de pensamentos, de sentimentos ou de emoções centradas, sobretudo, na defesa ou na exaltação do ideal nacional” (p. 506, tradução nossa)¹¹⁴. O nacionalismo seria, nesse sentido, fruto de movimentos anteriores, desenvolvidos ao longo do século XIX: tem-se o nacionalismo revolucionário, formulado entre a Revolução Francesa (1789) e a Monarquia de Julho (1830), e o nacionalismo de vingança, postulado no período da Comuna de Paris e instauração da Terceira República. Todos os antecedentes revolucionários culminaram na concepção da República Francesa e no nacionalismo voltado ao ideal nacional, sendo este, portanto, o maior bem conquistado pelo cidadão. Contudo, a ideia de amor à nação compreenderia, por último, a religião da liberdade e a necessidade de libertar as nações oprimidas, fazendo triunfar a causa francesa no cenário estrangeiro.

113 Tradução livre de : « ... voici ses Pyrénées et leurs alentours, sol non moins tragique et tourmenté, à côté de ravissantes fraîcheurs, que la terrible Espagne; voici sa Provence, sœur de la Grèce, baignée des flots de la bleue Méditerranée, Provence dont la sécheresse et la blancheur, encore avivées par un ciel de marbre, annoncent en même temps les torridités de l’Afrique; puis les Alpes, décor suisse, et le Plateau central aux verdoyantes d’Écosse, et la chimérique Bretagne que ronge l’Océan, l’harmonieuse Normandie, la Mer du nord avec ses grisailles de contrée boréale; enfin l’énorme métropole Paris, belle entre toutes, peut-être plus encore par ses lourds souvenirs que par ses réalités. ».

114 « [...] Tout système relativement cohérent de pensée, de sentiments ou d’émotions essentiellement centré sur la défense ou l’exaltation de l’idée nationale. ».

Ao ser colocado em evidência os valores patrióticos, tão difundidos no seio da sociedade, percebe-se um enunciatório que compactua com o sentimento da nação e que tem maiores chances de interpretar como *verdadeira* a persuasão estruturada pelo *La Fronde*. Tumultuada pelos inúmeros fenômenos políticos e sociais que a afugentaram (cf. Capítulo 1), a França e seus cidadãos, em especial aqueles oriundos da classe burguesa, anseiam pela concretização da nova República (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994), fundamentada, para tanto, nos valores nacionais. Os valores patrióticos permitem que *La Fronde* se aproxima desse enunciatório, aparentemente avesso às proposições de cunho mais revolucionário, prevalecendo o estabelecimento do diálogo entre as partes.

A cobertura da manipulação por tentação ocorre, ademais, em outro percurso figurativo construído no interior do jornal: a caracterização do feminismo por parte do próprio enunciador do *La Fronde*. Constata-se, no segundo editorial publicado pelo periódico (“*Nos Idylles*”), datado de 10 de dezembro de 1897, o seguinte enunciado: “Feminismo, emancipação, igualdade em todas as áreas, sobretudo e antes de mais nada talvez no reino encantador do amor, cujos caminhos são misteriosos e proibidos, tudo isso se encaixa, tudo isso funciona junto.” (*Féminisme, émancipation, égalité dans tous les domaines, surtout et avant tout peut-être dans le charmant royaume de l’amour, aux sentiers mystérieux et interdits, tout cela se tient, tout cela marche ensemble*) (*La Fronde*, 10/12/1897). Depreende-se, a partir da análise do fragmento, a figurativização do termo *feminismo*, acompanhado, logo em seguida, dos subtemas que o circundam. A mulher passa a ser, nesse estágio, assumida a partir de outro olhar, que não aquele construído pelos estereótipos sociais.

Para tanto, o enunciador recorre uma vez mais, ao recurso da debreagem de segundo grau, criando o efeito de contraste entre aquilo que é dito a respeito do feminismo e aquilo que de fato ele representa. O efeito de contraste ocorre, primeiro, na utilização dos que emitem juízos de valores negativos sobre o movimento feminista: “Lombroso disse ‘As feministas são as feias’” (*Lombroso a dit: ‘Les féministes, ce sont les laides’*) (*La Fronde*, 10/12/1897). Para dar destaque aos aspectos ilustrados, o enunciador retoma, ainda, os autores mencionados no primeiro editorial do jornal “*Ménagères ou Courtisanes*”, como a obra de *Antoine François Prévost*, ao ilustrarem o que seria, portanto, a forma correta das mulheres se portarem.

Você verá. ‘Os Gregos entendiam bem essa dupla missão (o amor a maternidade). As que tinham de dar filhos, saudáveis e fortes, estavam trancadas em casa, todas ocupadas ao sagrado dever, à sagrada obra de dar a luz e criar os filhos. Aquelas que deviam dar amor, charmosas, espirituais e afetuosas, viviam livres, rodeadas de homenagens e de cuidados. (*La Fronde*, 09/12/1897)¹¹⁵.

115 Tradução livre de : « Vous allez voir. ‘Les Grecs comprenaient bien cette double mission (l’amour et la maternité). Celles qui devaient leur donner des enfants, saines et fortes, étaient enfermées dans la maison, toutes occupées du

As feministas seriam, segundo a concepção retomada dos membros da esfera literária da sociedade, abordada pelo jornal *La Fronde*, aquelas mulheres feias e indesejáveis pelos homens. A mulher de verdade seria, ao contrário, charmosa e espirituosa, quando inclinada ao amor, e saudável e forte, quando inclinada para a maternidade. O enunciador, antes de expor o seu contra-argumento, elucida o que considera como as principais falhas oriundas da desqualificação do *ser feminista*.

Ah, na verdade, feministas, eles são. Mas o são com, na cabeça, o peso secular do preconceito, o erro das raças latinas que apenas tratam as mulheres por amor e do ponto de vista do amor, e que, mesmo a entregando, a rejeitam nas cadeias acariciantes, mais estreitas e exclusivas, do desejo masculino. (*La Fronde*, 10/12/1897)¹¹⁶.

Ao considerar as mulheres como igualmente capazes de empreender feitos históricos à semelhança dos homens, o enunciador atribui novos significados ao termo refutando as outras vozes que perpassam seu discurso. Depreende-se, a partir dessa construção, o efeito de contraste entre os sentidos sem, contudo, que a instância enunciativa assuma a responsabilidade pelo que é dito negativamente. Os novos significados para o que seria uma *mulher feminista* seriam, portanto, apresentados a partir do ponto de vista do jornal, considerados como sendo benéficos para a sociedade como um todo: “As suas faculdades se manifestando de todas as formas diversas, pode ser atraente e interessante, além da atração sensual.” (*ses facultés se manifestant de toutes sortes de façons diverses, elle peut être séduisante et intéressante en dehors de l’attraction sensuelle*). (*La Fronde*, 10/12/1897)

As mulheres não caberiam, segundo o jornal, nos padrões de comportamento preestabelecidos, mesmo que elas tenham optado pelo casamento ou caso tenha escolhido se tornar uma cortesã. O que o *La Fronde* defende, em contraponto, é a especificidade de cada indivíduo do sexo feminino:

Que[r] façamos compotas ou literatura, arte ou filhos, medicina ou poções, sempre haverá algumas bonitas e sedutoras ou pelo contrário, que estarão apaixonadas, e que terão virtudes e até, porque queremos, vícios. O valor intelectual é medido por uma única medida. Se o que uma mulher escreve é bom, nós lemos, se não, deixamos. É uma experiência muito simples e segura, que economiza muita tinta e lugares comuns. (*La Fronde*, 09/12/1879)¹¹⁷.

devoir sacré, de la sainte besogne d’enfanter et d’élever. Celles qui devaient leur donner de l’amour, charmantes, spirituelles et tendres, vivaient libres, entourées d’hommages et de soins’. »

116 Tradução livre de : « Ah! certes, féministes, ils le sont. Mais ils le sont avec, sur leur esprit, le poids séculaire du préjugé, l’erreur des races latines qui ne s’occupent de la femme que pour l’amour et au point de vue l’amour, et qui, même en délivrant, la rejettent encore dans les chaînes caressantes, mais étroites et exclusives, du désir masculin. »

117 Tradução livre de : « Que nous fassions des confitures ou de la littérature, de l’art ou des enfants, de la médecine ou des potions, il y en aura toujours qui seront belles et coquettes ou le contraire, qui seront amoureuses, qui auront des

Desde o seu primeiro editorial (*Menagères ou courtisanes*, 09/12/1897), assume-se a interpretação do posicionamento do periódico como sendo contrário aos valores concebidos pela literatura da época, sobretudo sobre os valores ressaltados pelo domínio da religião. Trata-se, portanto, de um movimento em defesa das mulheres, concebido a datar do surgimento do jornal. Ao retomar o pecado cometido por Eva, que culminou na expulsão humana do paraíso divino, o enunciador desde o primeiro editorial retruca que “Foi só para aprender que ela mordeu a maçã, e foi graças a ela que Adão fez o mesmo. Esta pobre mulher já foi reprovada o suficiente por isso.” (*c’est justement pour apprendre cela qu’elle a mordu à la pomme, et c’est grâce à elle que ce lourdaud d’Adam a fait de même. On le lui a assez reproché, à cette pauvre femme*) (*La Fronde*, 09/12/1897). O uso de figuras bíblicas na construção do seu discurso, sobretudo, considerando-se o contexto jurídico no qual a França se encontrava, em que se observava a instituição do ensino laico das escolas e a separação entre o Estado e a Igreja (cf. Capítulo 1), demonstra um posicionamento mais assertivo assumido pela instância enunciativa. Contudo, o enunciador do jornal não prolonga o uso da temática religiosa na construção do seu enunciado, sendo este emprego delimitado a curtas sentenças: “Porque afinal, se as filhas da Eva são por essência infames – é a culpa dessa cobra celerada – pelo menos que tenham a coragem e o prazer do seu estado.” (*Car enfin, si les filles d’Eve sont infâmes par essence – c’est la faute de ce scélérat de serpent – autant qu’elles aient le courage et l’agrément de leur état*) (*La Fronde*, 09/12/1897).

O jornal aparenta ter cautela em abordar temas tomados como sensíveis à população da época. A construção dos seus percursos figurativos varia consideravelmente, vide como exemplo a impressão do relatório policial, a utilização de frases extraídas de figuras reconhecidas no âmbito intelectual francês, a recorrência das paisagens da França, a construção de personagens próximo da realidade social e, ademais, o recurso de figuras extraídas de discursos bíblicos. Esse fenômeno pode ser atribuído, nesse caso, aos responsáveis pela escrita dos editoriais. No caso do *La Fronde*, assinalamos que os editoriais foram escritos por diferentes jornalistas que compõem o quadro editorial do periódico. Diferentemente do que se observa nos editoriais na contemporaneidade, os editoriais do *La Fronde* eram acompanhados das assinaturas da jornalista responsável. Infere-se, nesse caso, uma maior responsabilidade a quem escreve, visto que a ‘voz’ não é mais exclusiva do jornal. Em síntese, isso implica dizer que as vozes que ressoam nos discursos do jornal são

vertus et même, puisqu’on y tient, des vices. Quant à la valeur intellectuelle, elle se jauge à une mesure unique. Si ce qu’une femme écrit est bon, on le lit, sinon on le laisse. C’est une épreuve très simple et très sûre, qui épargne bien des flots d’encre et de lieux communs. ».

múltiplas, influenciando diretamente na constituição dos atores da enunciação, próximo tópico a ser estudado.

3.6 Os atores da enunciação do jornal *La Fronde*: a análise do *éthos* e do *páthos*

Ao tratar de questões relacionadas ao estilo, Discini (2004) relembra que o enunciador de estilo, ator da enunciação, “pode ser visto como o grande enunciador, construído por meio do efeito de individuação” (p. 39). Para se compreender o efeito de individuação, segundo a autora, faz-se necessário o empreendimento de uma análise que apresente como pressuposto a recorrência do uso. Como afirmado anteriormente (cf. Cap. 2), as recorrências podem ser levantadas a partir de qualquer elemento composicional do discurso ou do texto, ou seja, no exame da escolha do assunto, da construção das personagens, dos gêneros escolhidos para a construção do enunciado, do nível de linguagem usado no corpo textual, do ritmo de escrita adotado, da escolha dos temas e das figuras por parte do enunciador, das isotopias criadas no interior do texto etc. (FIORIN, 2008).

A enunciação se configura como um ato, comportando em si uma intencionalidade que lhe é própria. Significativo ressaltar que a intencionalidade “é uma relação orientada, por meio da qual o sujeito constrói o mundo como objeto e, igualmente, constrói a si mesmo” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 185). Tal construção se vê alinhada segundo a imagem do enunciatário a quem o discurso se dirige, sendo este concebido como sendo, portanto, o *páthos* do auditório.

No objetivo de compreender o *éthos* e o *páthos* construídos nos discursos produzidos pelo *La Fronde*, voltamos nossa atenção para os aspectos contumazes dos cinco primeiros editoriais publicados pelo jornal. Constatamos, nessa perspectiva, ser possível compreender a forma de *ser no mundo*, inferida graças à norma apreendida na construção do discurso do jornal; não obstante lembrar a composição dos cinco editoriais segundo o olhar de diferentes jornalistas, ao contrário de se ter apenas o ponto de vista da diretora do periódico. Contudo, o que nos interessa, de fato, é a compreensão do jornal *La Fronde* como uma totalidade, caminhando pela mesma esteira de Discini (2004). Somos levados a entender cada editorial (*unus*), inserido em um *corpus* mais amplo, postulado pelo todo de sentido apreendido a partir do estudo do periódico, ou seja, o seu *totus*.

No estudo da imagem discursiva do enunciador do jornal *La Fronde*, percebe-se de antemão um enunciador cujo texto se constrói para persuadir o maior público possível. Seus dizeres se encontram, nessa perspectiva, espelhados em valores gerais, ou seja, valores aceitos pela grande maioria dos franceses, conforme justificado pela construção do tema da *injustiça social*. Contudo, por mais que seja possível elencar subtemas a partir da projeção do tema central relacionado às desigualdades encontradas na sociedade, o *La Fronde* se constitui, predominantemente, a partir de figuras, o que configura um *discurso figurativo*. Ao fazer isso, vemos um enunciador que se

aproxima da realidade do seu enunciatário no seu fazer persuasivo, ilustrando, para tanto, o próprio cotidiano da sociedade francesa do século XIX no qual ele se encontra inserido.

A utilização massiva de figuras pela instância enunciativa reflete uma necessidade assumida pelo enunciador do *La Fronde*, em especial quando se leva em consideração os subtemas postulados no patamar da semântica discursiva. Nota-se a adoção de um ponto de vista voltado sobretudo para os aspectos sociais, inclinado a defesa das minorias: mulheres e cidadãos em situações de precariedade. Nesse sentido, ao se trabalhar a partir de questionamento de subtemas tomados como *verdadeiros* para os cidadãos, vide a inferiorização da mulher sustentada por literatos, o jornal retorna ao campo do conservador no esforço de se estabelecer um diálogo com o seu enunciatário. Nessa perspectiva, são postulados como positivos os valores defendidos pelo nacionalismo e, em vez de esboçar a crítica social às claras, tem-se a construção do editorial pelo fazer literário.

O jornal, ao contrário de se associar intimamente aos valores conservadores, prioriza a defesa das classes sociais menos abastadas, postulando o que se configuraria como uma crítica aos valores burgueses, e a desmistificação dos estereótipos relacionados ao feminino, formulados pela literatura da época. Ao adentrar no campo do polêmico, passível de ser refutado pelo enunciatário do jornal, o *La Fronde* justifica a construção dos seus percursos figurativos na intenção de manter seu parceiro comunicativo persuadido da causa apresentada, estabelecendo, portanto, um equilíbrio dos valores construídos.

Depreendemos, nessa perspectiva, o emprego de uma cobertura figurativa da manipulação por provocação atuando, sobretudo, no fazer literário do jornal. Em vez de um questionamento que possa vir a ofender o leitor do jornal, o *La Fronde* constrói a sua *manipulação-persuasão* a partir da narração de um relato, inserindo ali um cenário, personagens e o desenrolar de uma narrativa. No caso do terceiro editorial (“*La Fortune de Jean Bruno*”), ressalta-se a construção do infortúnio provocado pela ganância da sociedade e pelas mazelas que recaem sobre os mais pobres, por meio da construção de uma ficcionalização da cena de um crime. Observamos, portanto, um *éthos* erudito, capaz de se trabalhar com assuntos pouco aceitos pelo seu público, a partir de uma escrita mais rebuscada, voltada para o exercício de se contar uma história. O saber oferecido pelo jornal é, portanto, mediado pela literatura, o que exige, sobretudo, uma maior competência linguageira quando comparado com a exposição objetiva dos fatos.

A erudição do enunciador do jornal é reforçada quando este busca apresentar o que seriam os valores defendidos pelo feminismo. Vemos, por exemplo, editoriais que carregam nos seus títulos a expressão ‘feminista’: “Novidades feministas” (*Nouvelles féministes*) e “Crônicas feministas” (*Chronique féministe*). Contudo, por paradoxal que possa parecer, *La Fronde* esboça, na construção dos seus discursos, a defesa dos ideais feministas de forma contida. Ao se valer do fazer literário e

da retomada de personalidades literárias, o jornal não critica diretamente os valores assumidos pelo seu enunciatário, mas o faz, contudo, a partir da retomada de discursos proferidos por terceiros. O que se observa, nesse sentido, é um *éthos* que não escancara a sua opinião sobre determinado assunto. Ao contrário, ao abordar a causa das mulheres, depreende o retorno a personalidades literatas para o estabelecimento de um contraponto entre a voz do jornal, favorável ao feminismo, contra a voz dos intelectuais, desfavorável a expansão do espaço de atuação da mulher. O enunciatário é trazido para o interior do discurso em momentos específicos, em que o enunciador mantém o cuidado de manter a imagem do seu parceiro comunicativo preservada.

No esforço de depreendermos a imagem discursiva do jornal, ou o seu *éthos*, tem-se, ademais, outra característica sobre a qual podemos nos deter um pouco mais. Na exaltação dos atributos nacionalistas da França, vemos um enunciador que se alinha com os pensamentos patrióticos assumidos por uma grande parcela da população. Na sua busca pelo diálogo com a sociedade francesa, o *éthos* do *La Fronde* é a imagem de um patriota, cuja atenção e cuidado se veem voltados exclusivamente para a defesa e a melhoria do seu país. Tais atributos fazem o jornal se distanciar de uma imprensa pretensamente revolucionária, colocando-o mais próximo de uma imprensa pautada nos ideais tradicionais franceses, uma construção discursiva *conservadora*.

Então espere, continue esperando, mesmo quando você estiver longe da França, com a desolação deste paraíso povoado por insetos nocivos, espere e diga sua esperança... Se houvesse apenas cem homens, apenas vinte, apenas dez, apenas um que o ouviu, ou que, apenas, suas palavras poderiam dar origem a um outro semelhante ideal; grite bem alto, pois a vontade, o impulso, a justiça humana (sic) unidos pela mão do Destino podem erguer montanhas e mudar a face do mundo! (*La Fronde*, 13/12/1897)¹¹⁸.

Oportuno lembrar que o jornal esboça, nas suas últimas publicações datadas de 1926 e 1929, conforme apresentado na parte atribuída à constituição do periódico, os seguintes dizeres: “Todos aqueles interessados nas questões sociais, deve ler” (*Tous ceux qui s’intéressent aux questions sociales, doivent lire*), “Republicano, socialista” (*Républicaine, socialiste*), “Deve ser um traço de união entre os Ativistas e os Parlamentares.” (*Doit être un trait d’union entre les Militants et les Parlementaire*), “Relembra aos ativistas que as eleições municipais têm uma grande importância política.” (*rappelle aux militants que les élections municipales ont une grande importance politiques*) e “Passado responde ao Futuro, cúmulo de trabalho mas não do cúmulo de tratamentos. Pense nisso...” (*Le Passé répond de l’Avenir, cumul du travail mais non cumul des*

118 Tradução livre de : « Espérez donc, espérez encore, même quand vous serez loin de France, avec la désolation de ce paradis peuplé d’insectes malfaisants, espérez et dites votre espoir... n’y eût-il que cent hommes, que vingt, que dix, qu’un qui l’entendit, ou que, seulement, vos paroles dussent faire naître ailleurs un autre semblable idéal; criez-le, car la volonté, l’impulsion, la justice humaines (sic) unies par la main du Destin peuvent soulever les montagnes et changer la face du monde ! »

traitements. Pensez-y...). O *éthos* construído pelo jornal é, portanto, aquele que não abandona as questões sociais, sobretudo aquelas que remetem às injustiças existentes no seio da sociedade, sendo, nessa perspectiva, um *éthos* de justiceiro. O que se infere, nesse sentido, é a sua constante busca de adesão ao enunciatário amplo, correspondente no nível narrativo ao *sujeito da performance*, capaz de provocar a mudança visada pelo periódico.

No esforço de se buscar compor o enunciatário projetado no discurso construído pelo *La Fronde*, é preciso ter em mente que o enunciador se volta ao enunciatário para persuadi-lo do que está sendo dito “o que o faz assumir necessariamente o papel de destinador persuasivo (ou manipulador) e a conceber seu enunciatário como um destinatário de suas estratégias criativas e argumentativas”. (TATIT, 2019, p. 205). O enunciatário atua, portanto, como coprodutor do discurso do enunciador, exercendo um fazer coercitivo sobre a enunciação. Ao retomarmos a construção do *éthos* do enunciador, depreendemos, portanto, o *páthos* do seu enunciatário a partir das coerções sofridas na construção do discurso.

No caso do *La Fronde*, temos um *leitor/enunciatário* do jornal construído, em um primeiro momento, a partir da adoção dos valores do nacionalismo e do patriotismo. Ao estudar o fenômeno que fora o nacionalismo francês, Girardert (1958) o caracteriza como sendo a união do povo em prol de uma causa em comum: a defesa das qualidades do seu país. A França é, para o discurso produzido pelo *La Fronde*, o melhor dos lugares e vem sendo, contudo, corrompida por pessoas mal-intencionadas. Cabe ao jornal, nessa perspectiva, assumida como uma das poucas instituições ainda não corrompidas, o papel de informar este leitor de forma clara e sincera, fazendo jus, portanto, ao que é o *verdadeiro ser francês*.

Não apenas fortemente vinculado às proposições do nacionalismo do período, o enunciatário do *La Fronde* apresenta-se, ademais, como enraizado no que se refere às tradições literárias e religiosas. Importante ressaltar que o acesso à educação, sobretudo a erudição religiosa, era destinado a determinado grupo social, considerado como sendo mais abastado. O leitor do *La Fronde* é, a partir dessa perspectiva, um leitor letrado nos dogmas religiosos. A pátria demanda, aos olhos deste enunciatário, um culto à França, fazendo-se necessário a elevação da nação ao plano do divino, adentrado no plano da cidade, abarcando todo o país (GIRARDERT, 1958). O conservadorismo, oriundo dos valores tradicionais, é visto, nessa perspectiva, com bons olhos, postulando um *páthos* menos adepto aos valores progressistas e mais voltado para o conservadorismo.

Outro aspecto relevante a ser levantado a respeito do público ao qual se dirige o *La Fronde* constitui, portanto, no seu nível de instrução e a sua pertença à determinada classe social. A literatura, segundo Marie-Ève Thérénty (2007), provocava efeitos catárticos e de empatia no leitor

que apenas a observação *sur place* não conseguia. A vida cotidiana era melhor compreendida quando mediada pelos estímulos literários, servindo como ferramenta que possibilitava o enunciatário perceber o seu modo próprio de ver e recortar o mundo em que vive. No exercício de se colocar em cena uma crítica aos valores burgueses, retomando, contudo, o fazer literário, o periódico o faz pensando no seu enunciatário. Isso permite que o *La Fronde*, e as mulheres que nele escreviam, construíssem os editoriais a partir da sua visão de mundo, de forma que este não esteja colocado em evidência. Ao contrário, por ser mais sorrateiro, a compreensão do seu discurso deve advir de uma interpretação mais atenta por parte do seu parceiro comunicativo. Tais fatores levam, nesse sentido, à construção de um enunciatário dotado de uma cultura ímpar e que, como membro pertencente da burguesia, não aceitaria ver a sua classe social ser claramente criticada¹¹⁹.

Isso não postula, contudo, um *páthos* fechado em si mesmo, pouco afeito a expandir a sua visão do mundo. Ao contrário, o enunciatário do *La Fronde* se coloca à disposição do *saber* que lhe é oferecido, como também aparenta acatar o *saber* ser oriundo de um jornal composto inteiramente por mulheres. Pode-se inferir uma inclinação positiva do enunciatário justificado, sobretudo, pela longevidade do periódico, prevalecendo no cenário francês por mais de uma década. Outro ponto de aceitação constitui na discussão de temas oriundos das lutas femininas e, sobretudo, o fato de a construção do *La Fronde* ficar toda a cargo de mulheres. O leitor do periódico aceita, portanto, refletir sobre as proposições que lhe são apresentados, acreditando ser verdadeiro, nesse sentido no *contrato veridictório* que lhe fora apresentado pelo *enunciador-mulher*.

Não apenas a longa duração apresentada por um jornal composto assumidamente apenas por mulheres, há, ademais, o reconhecimento atribuído ao periódico, inferido a partir da quantidade de propagandas que este esboça no seu interior. Tal fato ilustra, nesse sentido, a credibilidade que fora construída pelo periódico no seio da sociedade francesa do século XIX. São mulheres burguesas preocupadas com o futuro das novas gerações de meninas, são homens comerciantes, cuja pequena vontade de mudança em prol do bem social permanece em seus ideais. Todos aqueles que, apesar do receio de verem seus valores conservadores ofendidos, configuram o enunciatário do *La Fronde*.

119 Tal afirmação é justificada sobretudo quando estudado a construção do nacionalismo francês. Girardet (1958) conclui, ao esboçar os membros que compactuavam com a exaltação nacional, serem estes pertencentes da média burguesia, e se tratar de um fenômeno característico da urbanização.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE *LA CITOYENNE* E *LA FRONDE*

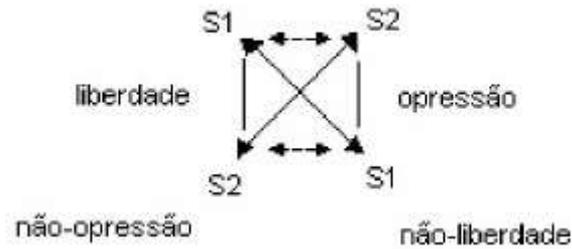
Com o objetivo de realizarmos o estudo comparativo entre o jornal *La Citoyenne* e o *La Fronde*, optamos, em um primeiro momento, por cotejar as características consideradas como as mais relevantes para os propósitos estabelecidos nesta pesquisa. Isso não indica, entretanto, a não relevância dos demais aspectos elucidados nos capítulos dedicados à análise dos periódicos. Adequado destacar que os pontos levantados ao longo de todo o estudo, esboçados no nível narrativo e no nível discursivo, contribuíram, cada um a sua maneira, para a construção da forma de *ser* no mundo de ambos os jornais.

A seleção se justifica, contudo, na iniciativa de se propor um estudo contrastivo entre os periódicos, tomando como base aspectos em comuns apontados entre eles e que permitam, portanto, ressaltar suas semelhanças e as suas particularidades. Recuperaremos, desta forma, os aspectos relacionados à sintaxe e à semântica discursiva de ambos os jornais, bem como a construção do gênero editorial em cada um deles, além dos temas sobre os quais se constituem os discursos de ambos e os atores da enunciação depreendidos, ou seja, o *éthos* do enunciador e o *páthos* do enunciatário. Realizaremos, ainda, reflexões a respeito das similaridades e das discrepâncias do *fazer persuasivo* entre eles.

Prosseguindo com o estudo contrastivo, importante retomar que, conforme apresentado na fundamentação teórica (cf. Capítulo 2), o percurso gerativo de sentido se constitui em três níveis distintos: nível fundamental, nível narrativo e nível discursivo. Na análise dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, foram trabalhados os aspectos concernentes aos níveis narrativos e discursivo, por serem estes os níveis mais superficiais do percurso. Optamos, desta forma, por deixar o nível fundamental, ou “nível das estruturas elementares” (BERTRAND, 2003, p. 45), para este momento, após ter sido realizado o estudo dos níveis anteriores. Isto posto, constata-se a construção de sentido de ambos os jornais fundamentada nas mesmas categorias de base, oriundas do patamar mais abstrato da construção do sentido, sendo elas: *liberdade x opressão*.

Ao esmiuçar as análises dos textos dos dois jornais, *La Citoyenne* e *La Fronde*, inferimos ser o valor da liberdade, presente nos discursos de ambos, como sendo aquele ligado a aspectos positivos, ou seja, aos valores eufóricos. Em contrapartida, assumiu-se que a opressão representa, desta forma, os valores assumidos como sendo disfóricos pelos enunciadores, ou seja, aquele que contém os traços negativos (LARA; MATTE, 2009b).

Figura 7 – Quadrado semiótico



Fonte: Barros (2002).

Apresentadas as categorias de base sobre as quais se constituem os discursos dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, passaremos ao estudo contrastivo entre eles. Entretanto, antes de prosseguirmos, faz-se necessário retomar uma característica específica a cada um dos jornais: o enunciador responsável pela escrita do editorial. No caso do jornal *La Citoyenne*, vemos todos os textos introdutórios da publicação acompanhados pela assinatura da sua diretora, Hubertine Auclert, salvo escassas exceções, como é o caso dos últimos exemplares. Depreendemos, nessa perspectiva, a imagem discursiva da própria diretora do jornal. Não se trata, como já explicado, de Hubertine Auclert em “carne e osso”; vemos, contudo, todos os seus anseios e reivindicações projetados no interior dos seus discursos. O mesmo não ocorre com o *La Fronde*. Por mais que os editoriais analisados pertençam a um enunciador amplo, os textos são assinados por diferentes componentes do corpo de jornalistas da publicação: Séverine, Daniel Lesueur (pseudônimo de Jeanne Loiseau), Marie de Grandfort e Judith Cladel. São múltiplos narradores que constroem seus discursos pelos editoriais do *La Fronde* mas que simbolizam, ao final, a totalidade de sentido do jornal, o seu enunciador.

Dando sequência à análise contrastiva, ao retomarmos a sintaxe discursiva do jornal *La Citoyenne*, foi possível detectar um jogo retórico voltado sobretudo para a subjetividade do enunciador. A construção do discurso do periódico, cujo objetivo consiste em ilustrar os aspectos da injustiça que recai sobre as mulheres, se dá especialmente pelo ponto de vista do ‘eu’ projetado no interior do discurso, atestado, sobretudo, pela frequente apreciação valorativa do enunciador no enunciado: “Ah! Os homens são temerários. Que tomem cuidado para que a mulher, no final, não descubra que, sem benefício, é ela o animal de carga. Que tomem cuidado para que a sua teimosia em querer manter a sua esposa os servindo os faça perder a dona de casa.” (*Ah! Les hommes sont téméraires. Qu’ils prennent garde que la femme se s’aperçoive à la fin que, sans profit, elle est la bête de somme. Qu’ils prennent garde que leur entêtement à vouloir garder leur femme serve leur*

fasse perdre la ménagère) (*La Citoyenne*, 06/03/1881). A debreagem enunciativa é, portanto, o mecanismo que predomina na construção do discurso, o que permite oferecer a clara exposição do ponto de vista do enunciador do jornal, a partir do momento em que este se projeta no interior do seu discurso.

No caso do *La Fronde*, o que se predomina, ao contrário, é o recurso de debreagem enunciativa, em que o ‘eu’ se ausenta do discurso. Não se trata, todavia, de um desaparecimento completo da instância enunciativa. O que se observa, na realidade, é apenas o seu ocultamento por intermédio de outros mecanismos, conforme abordaremos mais adiante. Foi possível ressaltar, nesse sentido, as implicações acarretadas a partir da escolha de uma escrita mais subjetiva do *La Citoyenne*, em que se há uma maior aproximação da instância enunciativa no discurso (FIORIN, 2018). Em contraponto, retornaremos a escrita dita mais objetiva do *La Fronde*, no que se refere à construção do gênero editorial dos jornais, bem como os efeitos de sentidos passíveis de serem depreendidos: “Mesmo assim, os negócios de Jean Bruno – inicialmente pesquisador, vendedor, comprador de ferro velho – estavam indo bem. Ele especulava sobre tudo, emprestava para a grande e a pequena semana, à procura de tudo que se perde e se ganha.” (*Pourtant les affaires de Jean Bruno – d’abord chercheur, vendeur, acheteur d’épaves, - allaient bon train; il spéculait sur tout, prêtait à la grande et à la petite semaine, à l’affût de tout ce qui se perd et de tout ce qui se gagne*). (*La Fronde*, 11/12/1897).

Permanecendo na análise da sintaxe discursiva nos dois jornais, retomamos, neste momento, o recurso das perguntas retóricas empregadas. No que se referiu à utilização dos questionamentos nos enunciados analisados do jornal *La Citoyenne*, constatou-se, além do jogo retórico estabelecido, a apresentação dos pontos de vista da instância enunciativa que recaem sobre o antissujeito “homem” (*l’homme*). Foram sinalizadas que parte das perguntas é deixada em aberto e outra, ao contrário, é respondida pela própria voz que enuncia: “Mas, enquanto as mulheres não têm o poder de revogar as leis que a oprimem, com quem ela conta para fazer isso? o homem?” (*Mais, pendant que la femme n’a pas le pouvoir d’infirmier les lois qui l’oppriment, sur qui compterai-elle pour le faire? Sur l’homme?*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881); “Então! Se neste país de hipocrisia e injustiça que se constituiu numa autocracia masculina, houvesse mulheres rebeldes que, aceitando as mentiras da convenção, tomassem os papéis dos homens, mudando a sua roupa e o seu estado civil, chegassem a exercer seus direitos, o que poderia fazer a autoridade...” (*Eh bien ! Si dans ce pays d’hypocrisie et d’injustice qui s’est constitué en autocratie masculine, il se trouvait des femmes révoltées qui, acceptant le mensonge de convention, prenait les papiers des hommes, changeant de costume et d’état civil, arrivaient à exercer leurs droits, que pourrait faire l’autorité...*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881); “Por que então as mulheres são aconselhadas a ignorar o direito de

sufrágio?” (... *pourquoi donc conseille-t-on aux femmes de se désintéresser du droit de suffrage ?*) (*La Citoyenne*, 27/02/1881); “Além disso, apesar da vigilância dos assuntos internos que lhe é atribuída, será que na maioria das vezes a mulher não tem uma profissão [?]” (*D’ailleurs, en dépit de la surveillance des affaires de l’intérieur qui lui est attribuée, le plus souvent la femme n’exerce-t-elle pas une profession*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881); “Será que a paternidade traz menos obrigações do que a maternidade?” (*Est-ce que la paternité entraîne moins d’obligations que la maternité?*) (*La Citoyenne*, 13/03/1881). Inferimos, portanto, que o enunciário do *La Citoyenne* é, desta forma, constantemente intimado a fazer parte da cena enunciativa e compartilhar dos valores ali apresentados. O leitor do jornal se vê, nesse sentido, requisitado a refletir sobre os valores da sociedade patriarcal que lhes são apresentados.

Ao observarmos, por outro lado, os questionamentos formulados no interior do jornal *La Fronde*, constatamos o emprego deste recurso servindo como papel de evidenciar as incongruências dos valores hegemônicos da sociedade. As perguntas se ocupam, neste caso, em incitar o leitor do *La Fronde*, graças ao recurso da provocação, a questionar os valores aceitos pelo senso comum (ou pela *doxa*), com ênfase especial sobre temas que remetem à esfera das injustiças sociais: “É loira. Linda ? Ai, quem o poderia ser, com aquela saia orlada de bainha de seda, as pálpebras inchadas, os lábios relaxados, toda despenteada, e o enfraquecimento que segue uma febre? Era uma menina vigorosa que agradou a alguns – e por quem temos de ter pena, apesar de tudo.” (*Elle, est blonde. Jolie? Hélas, qui le pourrait être, avec cette jupe ourlée de limon, le boursoufflement des paupières, la détente des lèvres, le désordre de la coiffure et l’affaissement qui suit la fièvre? C’est une grosse fille qui dut plaire – et qu’il faut plaindre, malgré tout.*) (*La Fronde*, 12/12/1897); “O dinheiro, o dinheiro, sempre. E para usá-lo para que? Para quais objetivos ousados, generosos, sustentáveis ? Nenhum. Para o luxo vulgar, divertimentos – eles acreditam que são divertimentos – desusados e usados, para futilidades sem nome.” (*L’argent, l’argent, toujours. Et pour l’employer à quoi? À quelles entreprises hardies, généreuses, durables? A rien, au luxe vulgaire, à des amusements – ils croient que ce sont des amusements! - surannés et usés, à des futilités sans non*) (*La Fronde*, 13/12/1897). O periódico expõem, desta forma, os deslizos cometidos nos argumentos apresentados pela *doxa*, provocando, desta forma, o seu leitor a questioná-los.

Por último, depreende-se a construção do pronome ‘nós’ no interior dos discursos dos jornais analisados. Por mais que a utilização da pessoa amplificada simbolize uma característica em comum a ambos os periódicos, a análise permitiu compreender as singularidades específicas do emprego do pronome ‘nós’ em cada um deles. Concebe-se, no caso do *La Citoyenne*, a presença mais marcante do recurso do pronome ‘nós’ ao longo dos editoriais, tomado como sendo correspondente ao ‘nós’ inclusivo, em que se tem a junção entre o ‘eu’ e o ‘tu’. Constatou-se, portanto, um enunciador *La*

Citoyenne que posiciona sua fala lado a lado com o seu enunciatório ‘mulher(es)’. Ao recorrer ao ‘nós’ inclusivo, o jornal permite a criação do efeito de sentido de serem as próprias vozes dessas mulheres ali ressoados: “Podemos ter a inteligência, a capacidade: porque nós estamos vestidas de mulher, a inteligência, a capacidade, os direitos são nulos e sem valor, eles não contam para nada.” (*Nous pouvons avoir l’intelligence, la capacité: parce que nous sommes habillés en femme, l’intelligence, la capacité, le droit sont non avenues, ils ne comptent pour rien*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881); “A diferença de papéis que alguns homens invocam para nos negar os nossos direitos é obviamente apenas um pretexto, visto que na sociedade as mulheres não têm de cumprir as mesmas funções que os homens” (*La différence de rôle que certains hommes invoquent pour nous refuser nos droits, n’est bien entendu qu’un prétexte, car si dans la société les femmes n’ont pas à remplir les mêmes rôles que les hommes*); (*La Citoyenne*, 06/03/1881). A voz do enunciador não é solitária, mas é, todavia, uma fala em que a voz de todas as mulheres a quem se dirige se veem reunidas.

Por outro lado, no periódico *La Fronde*, vê-se a utilização de um ‘nós’ exclusivo, dado a partir da junção entre o ‘eu’ e o ‘eles’ no discurso. Neste caso, o enunciador fala como se estivesse repetindo as palavras do seu enunciatório, aqui tomado no sentido amplo. Não se tratando apenas as mulheres, a voz do enunciador do *La Fronde* se dirige a todos aqueles que se sentem perturbados com a injustiça social predominante: “Para voltar à questão da profissão, as duas que podemos escolher têm um inconveniente comum a todas as outras: o embaraço.” (*Pour en revenir à la question de métier, les deux qui nous sont offerts au choix présentent un inconvénient commun à tous les autres: l’encombrement*) (*La Fronde*, 09/12/1897); “Uma altura de 90 centímetros; 60 centímetros de diâmetro – nunca se poderia imaginar que, ali, pudesse ter queimado um corpo humano. Mas voltaremos a este pesadelo mais tarde.” (*En hauteur 90 centimètres; en diamètre, 60 centimètres – on ne s’imaginerait jamais que, là-dedans, ait pu brûler un corps humain. Mais nous reviendrons tout à l’heure à ce cauchemar*) (*La Fronde*, 12/12/1897). A relação de cumplicidade entre o enunciador e o enunciatório ganha destaque, em que ambos devem atuar em conjunto em prol de mudanças sociais.

Antes de darmos continuidade do estudo comparativo, adentrando no domínio da semântica discursiva dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, oportuno refletirmos sobre a construção dos seus respectivos editoriais. No que se refere à configuração do gênero editorial dos dois jornais analisados, é possível atestar uma expressiva fluidez no que se refere a sua constituição. Voyenne (1959), ao estudar o ofício jornalístico do século XIX, compreendeu que ele se encontrava cada vez menos estruturado a partir da opinião individual e mais voltado à elaboração de reportagens de fatos

sociais. Pode-se observar esse movimento de transição do que seria, de fato, o gênero editorial, a partir dos resultados assinalados pela análise dos jornais.

Retomando os editoriais que constituem o *corpus* analisado do *La Citoyenne*, ressaltou-se, por meio da análise, a presença da instância enunciativa de forma massiva na construção do seu discurso, em especial quando abordado o uso dos adjetivos apreciativos: “Que exista um outro prefeito mais corajoso e que anda sobre esse preconceito ridículo – o costume.” (*Qu’un autre maire soit plus brave et marche sur ce préjugé ridicule – l’usage.*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881); “[...] pois é de se notar que quanto mais o homem se levanta, mais ele esmaga a mulher com o peso de seu despotismo” ([...] *car il est à remarquer que plus l’homme s’élève, plus il écrase la femme du poids de son despotisme*) (*La Citoyenne*, 27/02/1881). Em contraponto, ao se esforçar para apresentar os fatos de forma mais clara, o *La Fronde* recorre, sobretudo, ao uso das ferramentas oriundas do campo do ficcional: “A outra morada é composta por uma sala de jantar num nível inferior onde descemos dois degraus, e que, para além da porta da frente, tem mais duas saídas: uma nas escadas que dão acesso ao primeiro andar; a outra numa cozinha estreita, atrás, tendo saída, pela lateral, para o pátio.” (*L’autre demeure se compose d’une salle à manger en contre-bas où l’on descend par deux marches, et qui, outre la porte d’entrée, a encore deux débouchés: sur l’escalier qui monte au premier étage; sur une étroite cuisine, derrière, ayant issue, de flanc, sur la cour*) (*La Fronde*, 12/12/1897). O enunciador do jornal permite a criação do efeito de um texto que ‘fala por si só’, em que o fazer literário atua como mediação entre a exposição dos valores expressos pela instância enunciativa mas sem, portanto, interpelar diretamente o enunciatário.

No caso da construção do editorial do jornal *La Citoyenne*, depreendemos as bases da sua estruturação a partir daquilo que se caracterizou como sendo uma *escrita íntima*. Em vez de se assumir a singularidade de uma consciência, dada a presença marcada do ‘eu’ no interior do discurso, tem-se, ao contrário, aquilo que seria a exposição de consciências múltiplas que perpassam o sujeito enunciator. São vozes de outras mulheres que se identificam com o enunciado do *La Citoyenne*, ressaltando o fenômeno de ‘falar por todas as cidadãs’ assumido pelo jornal, intensificando o que se compreendeu como sendo o caráter subversivo do seu *éthos*: “[N]ós que queremos justiça, nós refutaremos negações e restrições.” (*nous qui voulons justice, nous refuterons au même titre dénégations et restrictions*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881).

Por outro lado, inferimos, nos editoriais que integram o jornal *La Fronde*, o estabelecimento de uma escrita aliada ao fazer literário, em que se permite uma melhor compreensão do ‘real’ (THÉRENTY, 2007), conforme assinalado no decorrer da análise. Em vez de expor de forma clara sua visada argumentativa, constatamos, portanto, que o periódico recorre à mediação da literatura ao abordar temáticas pouco toleradas pelo seu enunciatário:

Pois este é o argumento do marido, do bom marido, daquele que aprecia a sua esposa, qu[e] (*sic*) gosta da dignidade do seu interior, e que, quando se diverte fora, o faz com segredo e circunspeção. O maravilhoso é que nem sempre e imediatamente o marido é traído. Não por causa do seu egoísmo, visto que é irredutível e inelutável como uma força da natureza, mas por causa da sua falta de jeito e cegueira. (*La Fronde*, 10/12/1897)¹²⁰.

Prosseguiremos, neste estágio, no estudo da semântica discursiva para, em seguida, compreendermos o *ethos* e o *páthos* inferidos na análise dos jornais. O jornal *La Citoyenne* trabalha a partir da temática principal da emancipação jurídica das mulheres, abrangendo o conteúdo apresentado pelos seus enunciados para os demais subtemas sem perder de vistas, contudo, o universo das mulheres francesas do período. Em síntese, destacam-se: a restrição da atuação das mulheres ao domínio doméstico; a influência dos acontecimentos históricos sobre a situação social das mulheres; a crítica à inferiorização do sexo feminino por supostas constatações biológicas; a emergência de uma educação adequada às mulheres; a desmistificação da maternidade; a crítica ao sistema de tutela que coloca as mulheres no mesmo patamar que as crianças e os excluídos da sociedade, entre outros. O discurso do *La Citoyenne* é, desta forma, *predominantemente temático*, com a presença de esparsas figuras ao longo da sua composição. Nesse sentido, o tema central e os subtemas elencados se encontram, em parte, recobertos por figuras que remetem ao passado histórico das mulheres, no caso da manipulação por intimidação e por provocação: “O dia 24 de fevereiro deu o direito de voto a todos os homens; eles não deixam o trabalho por isso.” (*Le 24 février a donne le droit de vote à tous les hommes; ils ne quittent par pour cela leur labeur*) (*La Citoyenne*, 06/03/1881); bem como pela retomada de discursos construídos por mulheres que se situam no exterior, a partir da tentação: “Não é porque a mulher francesa votaria, como vota a americana, que ela deixaria de ser em casa a administradora inteligente e econômica, a trabalhadora ou a intendente ativa que vigia tudo, que pertence a tudo.” (*Ce n’est pas parce que la femme française voterait, comme vote la femme américaine, qu’elle cesserait d’être dans la maison l’administratrice intelligente et économe, la travailleuse ou l’intendante active qui surveille tout, qui est à tout*). (*La Citoyenne*, 06/03/1881).

Na análise dos temas encontrados na construção do discurso do *La Fronde*, pudemos assinalar a formulação de percursos temáticos que escapam à esfera da luta das mulheres por direitos, rumo a proposições mais abrangentes. É observada, nesse sentido, a atenção do jornal voltada para aspectos relacionados à injustiça social, sobretudo na França. Ao postular o tema

120 Tradução livre de : « Car voilà l’argument du mari, du bon mari, de celui qui estime sa femme, qu (sic) tient à la dignité de son intérieur, et qui, lorsqu’il s’amuse au dehors, y met le secret, la circonspection nécessaires. Ce qui est merveilleux, c’est que ce mari ne soit pas toujours et immédiatement trompé. Non pas à cause de son égoïsme, car celui-ci est irréductible et inéluctable comme une force de la nature, mais à cause de sa maladresse et de son aveuglement. ».

central como sendo, portanto, voltado à problemática que abarca a sociedade como todo, o jornal retoma subtemas do universo dos grupos minoritários, como as mulheres e os mais pobres. Arrolam-se, para tanto, alguns temas: a crítica à avareza, ao individualismo, ao egoísmo e à futilidade nas relações sociais; as potencialidades intelectuais das mulheres; a refutação das afirmações bíblicas e dos estereótipos literários, bem como a exaltação do hexágono francês. Os percursos temáticos esboçados no interior do *La Fronde* são, em grande parte, recobertos por figuras, postulando um discurso *predominantemente figurativo*. Trata-se de figuras ancoradas em acontecimentos trágicos do mundo real, fundamentadas pelo estudo da manipulação por provocação. São figuras que se encontram, ademais, em certos editoriais, aliadas com percursos figurativos cujo efeito consiste na exaltação das belezas que ornamentam as paisagens do hexágono francês, bem como aqueles que nele podem habitar, recobrando a manipulação por tentação.

Um homem em manga de camisa já estava trabalhando, desenterrando gerânios magníficos com uma picareta e os jogando na relva, com as raízes viradas para o céu.

- O que você está fazendo aí ? Gritou Marthe ao ver este estrago... Quem mandou você?

O homem parou, ergueu a cabeça e olhou para ela de uma maneira muito perplexa

- Quem mandou você ? ... repetiu

De repente, a sua voz parou na garganta... apavorada, ela deu alguns passos para trás.

- Isto é um bom trabalho, respondeu Bruno, o rosto congestionado, isto é um bom trabalho ... tenho que ganhar a vida... e... se você quiser me ajudar... (*La Fronde*, 11/12/1897)¹²¹

A dolorosa sensação de beleza, da sorte anônima – poderíamos estar tão felizes nesta terra fértil que produz muito mais do que necessitamos – torce o seu coração e, na sua obscuridade impotente, você sonha loucamente de libertação. Ah! Como gostaria, gigante irresistível, de surgir da tragédia, varrer a pequenez desses déspotas, devolver aos outros a liberdade de realmente viver! (*La Fronde*, 13/12/1897)¹²².

O *La Fronde* preza, conforme esboçado ao longo a análise, pela utilização de recursos que torna o seu discurso em que o que se sobressai é a predominância de percursos figurativos. Tal afirmação implica sinalizar o apelo muito mais sensorial, por parte do enunciador do jornal, o que permite depreender a produção de ilusão de referencial (*iconização*). Ao priorizar a criação de efeitos de realidade, pudemos atestar um enunciador engajado em levar o seu enunciatário a *crer* no seu discurso como sendo verdadeiro. São retomadas imagens que remetem ao mundo no qual este

121 Tradução livre de : « Un homme en bras de chemise était déjà au travail, arrachant à grands coups de pioche, de magnifiques géraniums qu'il jetait sur la pelouse les racines en l'air. - Que faites-vous là? S'écria Marthe en voyant ce massacre..., qui vous a commandé? Le bonhomme s'arrêta, releva le front et jeta sur elle deux yeux égarés... - Qui vous a commandé?... reprit-elle. Tout d'un coup as voix s'arrêta dans sa gorge... terrifiée elle recula de quelques pas. - C'est du bon travail, répondit Bruno, la face congestionnée, c'est du bon travail... faut que je gagne ma vie... et... si vous voulez m'assister... » ».

122 Tradução livre de : « La navrante sensation de la beauté, de la chance méconnues – on pourrait être si heureux sur cette terre féconde qui produit plus qu'il ne faut pour tous! - vous tord le coeur et, dans votre impuissante obscurité, des rêves fous de délivrance vous traversent. Ah! Que vous voudriez, géant irrésistible, surgir dans la tragédie, balayer la menuaille de ces despotes, rendre aux autres la liberté de vraiment vivre! ».

leitor do *La Fronde* está inserido e, conseqüentemente, se baseia para a construção do seu próprio discurso.

Ao retomarmos os atores da enunciação encontrados no *La Citoyenne* e no *La Fronde*, atestamos que a análise permitiu a construção de dois *éthos* distintos. Primeiramente, inferimos, como sendo o *éthos* do *La Citoyenne*, a imagem discursiva de um jornal predominantemente subversivo. São assinaladas, desde as estruturas narrativas às discursivas, tomadas de atitude que se colocam em cena, sobretudo, de forma contrária aos sistemas vigentes estipulados pelo movimento antifeminista. Tal afirmação é sustentada pela análise, em que observamos a adoção de um ponto de vista explícito, com a forte presença da instância enunciativa na construção do seu discurso e pela compreensão dos temas que recobrem as estruturas elementares. O jornal convoca, ademais, o seu enunciatário a compactuar constantemente com os valores que são apresentados, recorrendo, para tanto, às estratégias de intimidação e provocação. Observamos, nesse sentido, tratar-se de um *éthos* confiante dos seus ideais, e que não se amedronta em defender aquilo que considera como sendo o correto, mesmo que implique a sua aproximação com um *éthos* compreendido como sendo progressista. A voz do *La Citoyenne* é clara e não abre margem para discussões: “As mulheres, para se libertarem da tirania masculina – feita pela lei – precisam é da posse de sua parte de soberania; é o título de cidadã francesa, é o boletim de voto.” (*Ce qu’il faut aux femmes pour s’affranchir de la tyrannie masculine – faite loi –, c’est la possession de leur part de souveraineté; c’est le titre de Citoyenne française, c’est le bulletin de vote*) (*La Citoyenne*, 13/02/1881).

Em contrapartida, ao trabalharmos com a construção da imagem discursiva do enunciador do *La Fronde*, constatamos ser este um enunciador mais discreto, que busca não amedrontar diretamente o seu enunciatário. Ao contrário, vê-se o uso de uma linguagem mais objetiva, com destaque para o uso do fazer literário para a construção dos argumentos, que o assemelha ao que prefigura como sendo um *éthos* erudito. Não apenas empregando uma escrita mais rebuscada, o enunciador do periódico busca trabalhar a partir dos valores compartilhados com o seu enunciatário, mesmo que isso implique a sua aproximação com a moral burguesa. São valores, portanto, que remetem ao *ser* no mundo religioso, patriótico e erudito. Importante ressaltar que por mais que o *La Fronde* se encontre alinhado aos discursos defendidos pelas esferas conservadoras da sociedade, o jornal não abandona o seu *éthos* justiceiro que visa, em especial, à defesa das minorias e dos menos favorecidos.

Antes de passarmos compreensão do *páthos* dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, um último dizer a respeito da construção da imagem discursiva se faz necessária. Ao adotarmos a noção da totalidade do discurso apreendida pela unidade integral (*unus*), proposta por Discini (2004), permitimos a possibilidade de se pensar *éthos* que correspondente à totalidade da aproximação dos

jornais *La Citoyenne* e *La Fronde (totus)*. Integrando as similaridades detectadas entre eles, poder-se-ia inferir um *éthos revolucionário*, que caminha contrário aos valores conservadores vigentes. Revolucionário na medida em que grita por reivindicações, como também um *éthos* capaz de provocar a adesão de um enunciatório multifacetado.

Feita a discussão da imagem discursiva dos jornais, passemos, portanto, ao atribuído a cada um deles páthos. Ao esboçarmos a construção do enunciatório do jornal *La Citoyenne*, constatamos ser ele, em um primeiro momento, representado pela imagem discursiva de mulheres plurais. Infere-se um jornal que se preocupa com as mulheres francesas oriundas dos mais diferentes meios sociais: mulheres operárias, esposas restritas às atividades domésticas, mulheres que almejam ter acesso a uma educação que as permita mudar suas respectivas condições de vida, e de ter o poder de atuar na esfera pública, podendo elaborar e votar em sessões parlamentares. São mulheres convocadas a lutarem lado a lado contra uma sociedade que visava apenas ao bem-estar masculino. Não apenas as cidadãs francesas, mas se poderia depreender um *páthos* também de militantes estrangeiras, que recorrem ao discurso do *La Citoyenne* para refletir sobre seus próprios movimentos por direitos, bem como a de homens que se identificassem com a causa. Contudo, é importante sublinhar a construção de um *páthos* que remete aos membros da burguesia intelectual e de mulheres que se encontravam confortáveis no sistema vigente, sendo estas desafeitas a qualquer tipo de mudanças na sociedade. O jornal reforça, em alguma medida, o seu intento em dialogar com este grupo pouco favorável a alterações no seu cotidiano, ao recorrer à manipulação por tentação, mas acaba não sendo bem-sucedido. Isso pode ser justificado, sobretudo, ao relatarmos as recorrentes solicitações por assinaturas ao longo das publicações do *La Citoyenne*, que foram muitas vezes infrutíferas, restringindo, frequentemente, a apenas um contribuinte fixo.

No caso do *páthos* a que se dirige o jornal *La Fronde*, constatamos a construção de um discurso voltado para um enunciatório ligado aos valores de nacionalismo e de patriotismo. São, portanto, personagens que clamam pela superioridade e pela integridade da França, frente às situações conturbadas do cenário político externo. Não apenas ligado às características da nação, o *páthos* do *La Fronde* se encontra, ademais, alinhado com os ideais defendidos pelas tradições literárias e religiosas, postulando, portanto, um *páthos* menos adepto aos valores progressistas e mais voltado àqueles defendidos pelo conservadorismo. Em contrapartida, não se pode concluir o enunciatório do jornal fechado em si mesmo, pouco afeito às causas sociais. Longe disso, sendo o *La Fronde* um jornal composto inteiramente por mulheres, possuindo, ademais, uma página repleta de anúncios, observamos um *páthos* inclinado aos aspectos sociais apresentados pelo periódico. São todos aqueles que, apesar de inseridos na esfera conservadora da sociedade, esboçam um anseio por mudanças.

Destarte, apesar do fato de os jornais *La Citoyenne* e *La Fronde* terem sido publicados em períodos diferentes, 1881 e 1897, o que resulta em diferentes situações de enunciação, pode-se observar, contudo, a aproximação de algumas características entre eles. Em um primeiro momento, poder-se-ia compreender a construção do sentimento *anti-homem* como sendo um aspecto comum entre os dois jornais. Entretanto, por mais que se encontrem temáticas compartilhadas entre ambos acerca da inferiorização da mulher no seio da sociedade, infere-se um posicionamento mais firme por parte do *La Citoyenne* do que pelo *La Fronde*, no que se refere à reivindicação em defesa das mulheres. Enquanto o primeiro parece mais preocupado em desconstruir os padrões de dominação feminina, o outro se interessa em abarcar não apenas a situação da mulher, mas, sobretudo, a da sociedade francesa como um todo. No caso do *La Citoyenne*, depreende-se, ainda, a incitação pelo que compreendemos como sendo um apelo à sororidade entre as mulheres, em que estas deveriam deixar de lado as diferenças de classe social, face ao mal comum que as assolava “A timidez e a resignação seriam covardia se nos impedissem de trabalhar pela libertação do nosso sexo, se fossem a causa que legamos às gerações futuras, às meninas que por enquanto só sabem brincar e rir, uma herança de escravidão.” (*La timidité, la résignation seraient de la lâcheté si elles nous empêchaient de travailler à l’affranchissement de notre sexe, si elles étaient cause que nous léguions aux générations qui viennent, aux petites filles qui ne connaissent encore que le jeu et le rire, une hérédité de servitude*) (*La Citoyenne*, 20/02/1881). Ao passo que no *La Fronde*, tem-se o chamado à reflexão dos cidadãos franceses sobre a situação, portanto, dos menos favorecidos. O jornal o faz, conforme boa parte dos seus editoriais mostraram, por meio de uma descrição minuciosa da situação de enunciação, permitindo que a voz do enunciador seja percebida apenas pelas entrelinhas

O interior obviamente descuidado, um cromo onde as palmeiras se destacam em plumas exasperadas num céu groselha; um macaco em peluche trazido de alguma feira; um abajur de papel farfalhante no lustre apagado; uma gravura belicosa representando a tomada de Malakoff. Muito típico, nada revelador da psicologia dos habitantes. Tal é o ambiente, num tapete de esterco e lama líquidos, sob as lágrimas contínuas do aguaceiro, entre os soluços do vento ... (*La Fronde*, 12/12/1897)¹²³.

Tem-se, ademais, uma preocupação especial de ambos os jornais no que se refere ao jogo persuasivo do seu enunciatário. É preciso ter em mente que, para a semiótica discursiva, um mesmo percurso narrativo permite a manifestação de universos ideológicos diversos (cf. Capítulo 2). Desta forma, cada um dos dois periódicos estudados, ao buscarem apresentar as potencialidades que os

123 Tradução livre de : « Un intérieur évidemment négligé; un chromo où des palmiers se découpent en plumeaux exaspérés sur un ciel groselle; un singe de peluche rapporté de quelque foire; un abat-jour de papier froufroutant sur la suspension terne; une gravure belliqueuse représentant la prise de Malakoff. Bien de typique; rien de révélateur, quand à la psychologie des habitants. Tel est le décor, sur un tapis de purin et de fange grasse, sous les larmes continues de l’averse, parmi les sanglots du vent... ».

seus discursos oferecem, recorrem, para tanto, à manipulação por tentação. Apesar de mesclada com outros recursos, como a sedução no caso do *La Fronde*, vê-se o destaque atribuído ao *dever-fazer* do destinatário/enunciário. Tanto o *La Citoyenne* quanto o *La Fronde* compreendem, desta forma, a necessidade de exporem seus ideais, alinhados com as mudanças a serem realizadas, sem que isso possa vir a desagradar, em alguma medida, o leitor dos seus textos. Contudo, pudemos observar diferentes formas de manipulação empregada pelos jornais, que ilustram as diferentes posturas adotadas por ambos: o predomínio do recurso da provocação mesclado com a intimidação, no caso do *La Citoyenne* e o da provocação, no *La Fronde*. Nesta perspectiva, o enunciário do *La Citoyenne* é muito mais convocado a se alinhar com os valores expostos pelo enunciador, do que ocorre no *La Fronde*, em que se tem uma abordagem mais sorradeira e cuidadosa.

Para encerrar a análise contrastiva, julgamos oportuno observar a construção de significado para a palavra ‘feminismo’ no interior do discurso dos dois jornais. Embora não coloque de forma clara o que significa o feminismo, o jornal *La Citoyenne* apresenta como sendo feminista o sujeito que visa empreender ações voltadas para a melhoria da condição das mulheres na sociedade. Para tanto, este sujeito deve reconhecer as manobras de dominação feminina, em especial aquelas empregadas pelos indivíduos que detêm o poder. Não basta, contudo, apenas perceber as formas hegemônicas que imperam na sociedade. O sujeito feminista, postulado pelo *La Citoyenne* deve, nessa perspectiva, esforçar para contorná-las, permitindo, desta forma, que as mulheres ganhem direito a voz na cena pública.

Em compensação, ao dar a sua significação ao termo, o *La Fronde* o considera como sendo pertencente ao campo semântico da emancipação e da igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, conforme elucidado pela análise. Oportuno lembrar que não apenas apresentar o significado do que seria, portanto, os valores defendidos pelo ‘feminismo’, o *La Fronde* vai um pouco além no seu trabalho com a carga de sentido que o termo possui. Depreende-se, por um lado, toda a composição do jornal a cargo de mulheres, algo que assumimos ser uma pegada vanguardista na sociedade francesa do século XIX. Por outro lado, o termo se destaca face à composição dos cadernos do próprio *La Fronde*, sendo eles: “Novidades Feministas” (*Nouvelles féministes*) e o “Crônicas feministas” (*Chronique féministe*). Não por acaso Duby, Fraisse e Perrot (1994) ressaltam a importância da publicação para o aprimoramento da exposição dos ideais feministas

La Fronde (diário de 1897 a 1903, mensal de 1903 a 1905) é um verdadeiro alfofre da cultura feminista francesa e representa para as parisienses todo um estilo de vida. A sua redactora (*sic*), Marguerite Durand, abre uma brecha em favor do jornalismo profissional. A sua colaboradora, Caroline Rémy, conhecida pelo nome de Séverine, é a primeira mulher jornalista a viver das suas crônicas. Hélène Sée assiste, ao lado dos homens, todos os debates parlamentares e torna-se a primeira cronista política. *La Fronde* cria igualmente um serviço

gratuito de colocações. Este cotidiano feminista republicana figura na primeira fila dos jornais franceses da época e ocupa um lugar privilegiado na imprensa europeia. (p. 546).

Ao titular parte dos seus textos com o termo ‘feministas’, o *La Fronde* abre, nessa perspectiva, espaço para colocada em evidência do seu significado. O que seriam, nesse sentido, os conteúdos apresentados por “Crônicas feministas”? Seriam elas tudo aquilo de negativo apresentado pelos discursos *antifeministas*? Todos esses questionamentos possíveis de serem inferidos por parte da população são respondidos pelo próprio jornal. Para compreendê-los, basta realizar o movimento de ler o *La Fronde*, publicação responsável, portanto, por permitir que o termo ‘feminismo’ chegasse a um número de pessoas nunca pensado.

Feita a observação analítica de ambos os jornais, poder-se-ia concluir, nessa perspectiva, a ressignificação positiva e valorizada do termo ‘feminista’. Outrora empregado pejorativamente pela sociedade, em que os ideais feminismos fariam as mulheres negligenciarem suas obrigações domésticas e familiares, além de as fazerem perder a sua feminilidade (CHENUT, 2012), o significado do *feminismo* é revisitado pelos jornais. É importante destacar que não se tem apenas uma ressignificação considerável daquilo que seria reconhecido pelos atributos elencados pelos periódicos como sendo um sujeito feminista. Tem-se, sobretudo, a colocada em evidência nas páginas destas publicações de quais seriam, portanto, os valores associados ao feminismo, marcando a sua inserção massiva do termo na cena pública.

O debate do feminismo passa a se inserir no cotidiano da sociedade francesa, não sendo mais pertencente apenas às reuniões de militantes ligados às causas das mulheres, exclusivo a este grupo. O sujeito feminista ultrapassa as fronteiras dos discursos politizados, remodelando-se para servir como instrumento importante de luta das mulheres. *Ser* feminista ou *saber* sobre o movimento passa a ser uma tarefa cada vez mais acessível. Torna-se mais fácil, conseqüentemente, compactuar com a *verdade* proferida por esse discurso.

Por fim, se retomarmos estudos do feminismo, poder-se-ia destacar que, com o passar dos anos, por mais que as lutas das mulheres por direitos se torne menos agressiva (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977), as proposições levantadas pelos jornais da Terceira República seriam divisores de água. As mulheres, por suas próprias ações, abriram espaço na cena pública, outrora interdito pelos membros pertencentes à supremacia masculina. São jornais como o *La Citoyenne* e o *La Fronde* que permitiram, conforme afirma Li Dzeh-Djen (1934), às mulheres francesas conhecerem suas aptidões para novas profissões, bem como demonstraram a perseverança do feminismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar as considerações finais da pesquisa realizada neste trabalho, é preciso, antes de mais nada, afirmar que “a análise que se faz de um texto não é nunca a única possível, pois outros recortes podem ser efetuados” (BARROS, 2019, p. 212). O olhar do semioticista pode ser, a partir dessa perspectiva, considerado como um olhar comprometido, do qual “é no próprio objeto, considerado naquilo que tem de irredutivelmente único, que se deve procurar localizar os modos de agenciamento e as propriedades singulares que o fazem significar” (LANDOWSKI, 2001, p. 23). É necessário afirmar que a pesquisa aqui empreendida se trata do resultado apresentado a partir de uma análise específica dos jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*. Outros tantos estudos se fazem possíveis, o que permitiriam novas compreensões dos discursos difundidos por ambos os jornais. Deter-nos-emos, por esse viés, nos resultados obtidos, que permitam corroborar, dessa forma, as hipóteses apresentadas na parte introdutória deste trabalho: o feminismo construído no interior dos discursos proferidos pelos jornais do século XIX compreendidos como elementos-chave para o desenvolvimento da teoria feminista ao longo dos anos; e lançar luz sobre os aspectos relacionados à participação massiva das mulheres outrora à margem da história como participantes ativas do movimento pela emancipação feminina. Contudo, os aspectos levantados não fecham, todavia, a possibilidade de novas interpretações, de outros olhares, portanto, sobre os discursos das mulheres francesas do século XIX.

Adequado assinalar que, na revisitação dos estudos que circundam a inserção dos jornais na sociedade francesa do século XIX, ressalta-se a instauração completa da Terceira República como fator expressivo para a rejeição dos ideais propagados pelas mulheres que militavam por direitos. O movimento de retração das lutas por direitos à parcela feminina torna-se mais expressivo, tendo em vista sobretudo a fragilidade do regime republicano (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 100). Os esforços das militantes teriam sido ofuscados como consequência do momento histórico em que se situavam. Isso fez com que as reivindicações pelo sufrágio apresentadas por Auclert não tivessem, nessa perspectiva, qualquer verdadeiro sucesso, em que “os progressos alcançados são raros” (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985, p. 11, tradução nossa). No caso do *La Fronde*, constatou-se a sua rejeição por parte das operárias, em especial na reivindicação empreendida pelo periódico pela melhoria dos uniformes de trabalho, que incluía tanto as operárias quanto os operários, o que desagradou às mulheres (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 109).

Contudo, após ser realizada a análise dos editoriais, é possível refletir sobre o que seria um equilíbrio entre fracassos e sucessos dos objetivos almejados pelos jornais. Para os conservadores, o

éthos subversivo construído pelo discurso do *La Citoyenne* não seria visto com bons olhos, sobretudo quando inserido no momento em que se encontrava a França da época de fragilidade do regime republicano recém-instaurado. O contrário ocorre com o *La Fronde*, visto que ao se fundamentar a partir de um *éthos* mais conservador, ligado aos anseios de um enunciatário burguês, o jornal dificilmente conseguiria estabelecer o diálogo com as classes operárias.

Ao se constituírem de forma distinta, cada jornal se direciona, portanto, a um enunciatário específico. São leitores que representam, ao final, o que se compreende por mulheres plurais. Mulheres essas compreendidas como sendo personagens oriundas de diversos setores da sociedade, permitindo a construção do enunciatário do *La Citoyenne* e do *La Fronde*, a saber: as operárias, as mulheres oriundas da burguesia, as donas de casa, as enfermeiras, as professoras, as escritoras etc.. Todas que, em alguma medida, participaram como coprodutoras dos discursos proferidos por ambos os periódicos, tendo seus anseios e suas vozes ali ecoadas. Não apenas atuando como importantes instrumentos coercitivos dos discursos materializados pelos jornais, essas mulheres se identificaram, em certa medida, com o *éthos* por eles estruturados.

A análise possibilitou, ademais, averiguarmos a hipótese da contribuição dos jornais publicados, sobretudo entre 1850 e 1910, para a formulação do pensamento feminismo ocidental contemporâneo. Ao elencarem o que se compreende como sendo jornalismo feminista no cenário atual, Salhani, Santos e Cabral (2020) esboçam, a partir da retomada de outros estudos, as características gerais que fazem com que as pautas apresentadas por jornais se configurem como sendo ‘feministas’

[A] inclusão de pautas prioritárias do movimento feminista nos meios de comunicação, contextualização adequada de temas, priorização de mulheres como autoridades, análises situando o gênero, quebra de representações e estereótipos de gêneros patriarcais, atenção às discriminações cruzadas (de raça, nacionalidade etc.) e cuidados na adjetivação. (SALHANI; SANTOS; CARAL, 2020, p. 5).

No exercício de se estudar os jornais *La Citoyenne* e *La Fronde*, poder-se-ia ressaltar a presença de muitas das características do que seria, portanto, o ‘feminismo’, assinaladas pelo estudo. São temáticas que se encontravam nos discursos proferidos pelos jornais e que configuravam as características já intrínsecas a ambos. No caso do *La Citoyenne*, sublinhamos o fator da inserção de uma preocupação voltada para os grupos femininos, bem como a priorização da mulher em posição de personalidades relevantes no seio da sociedade. Em sequência, tanto no caso do *La Citoyenne* e sobretudo no que se refere ao *La Fronde*, é possível inferir a atenção na desconstrução, por ambos os enunciados estudados, dos estereótipos de gêneros patriarcais, que acentuavam o enquadramento da mulher a um espaço estipulado por regras hegemônicas

masculinas. Conclui-se, no caso do *La Fronde*, uma extrema preocupação com a inclusão das pautas prioritárias, como o caso das populações menos favorecidas da sociedade francesa do século XIX.

Observa-se, ainda nessa perspectiva, a construção de um discurso que incitava as mulheres a compreenderem a importância da realização de uma luta em conjunto, indo além das fronteiras do texto. Ambos os jornais o fazem exercendo, para tanto, o recurso linguístico da convocação, graças ao emprego do pronome ‘nós’. Ao afirmar a importância do outro na construção do discurso, Butler (2019) retoma estudos voltados para o uso do ‘nós’ naquilo que seria o feminismo da irmandade, em que o ‘nós’, portanto, assume atributos positivos. Dando sequência ao emprego dos sujeitos plurais no caso do feminismo, o ‘vós’ seria, nesse caso, um sujeito tido como aliado possível, e o ‘eles’ corresponderia ao antagonista, ou antissujeito pela semiótica. O ‘nós’ seria, portanto, correspondente às mulheres; o ‘vós’ corresponderiam àqueles que se afeiçoam com o movimento, e o ‘eles’ seriam, dessa forma, os enunciatários que se enquadrariam nos valores antifeministas e, sobretudo, nos valores conservadores.

Por fim, julgamos conveniente lembrar que a luta em prol da parcela feminina da sociedade não pode ser compreendida a partir de uma linha reta progressista. No período do Antigo Regime, por exemplo, era possível perceber uma certa autonomia dos personagens femininos a atuarem nas casas de comércio. Na ocasião, viam-se mulheres das classes trabalhadoras atuarem em cargos importantes no comércio, sendo elas, portanto, aquelas “que conheceram maior independência como sexo” (BEAUVOIR, 1970, p. 141). Com o decorrer do século, tendo em vistas as variadas revoluções que assolaram a França, muito do que outrora era tido como comum, como fora o caso de as mulheres assumirem cargos importante no comércio, cai no obscurantismo. Os valores burgueses da mulher como ser naturalmente doméstico, frutos da Era Napoleônica, se expandem e assumem seu lugar no senso comum.

Os jornais *La Citoyenne* e *La Fronde* ilustram, de maneira assertiva, a retomada dos anseios das mulheres pelo espaço que outrora lhe pertenciam. Cada qual a sua maneira, as publicações permitiram o debate da importância do feminismo, como sendo este um movimento capaz de oferecer uma nova forma de vida em sociedade. O feminismo, retomando as palavras de Hooks (2018), e que servem muito bem para ilustrar o empenho dos jornais, “é um movimento para acabar com o sexismo, dominação e opressão sexistas, é uma luta que inclui esforços para acabar com a discriminação de gênero e para criar igualdade, é um movimento fundamentalmente radical” (p. 120).

Refletir tanto sobre as mulheres que viveram no passado quanto sobre as que se encontram no presente demanda um esforço constante. Por não se tratar de um movimento cujo crescimento se dá de forma progressiva, o feminismo requer a sua constante reflexão e necessita de ter aberturas

para o seu amadurecimento. Caso contrário, a construção de discursos que provoquem retrocessos poderão ser, uma vez mais, uma realidade na história das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Pierre., DESNÉ, Roland. **Manuel d'histoire littéraire de la France: 1789-1848**. Poitiers : Aubin, 1987, 4v.
- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio : o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. 2010.Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ALBISTUR, Maïté; ARMOGATHE, Daniel. **Histoire du féminisme français: de l'empire napoléonien à nos jours**. Paris: Éditions des Femmes, 1977, 2v.
- AMARANTE, Maria Inês. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. **Revista Katal**, v. 13 n.1, 2010.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, 2015, p. 265-300.
- ARTOUS, Antoine. Système capitaliste et oppression des femmes. **Critique Communiste**, n. 21, 1978.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do Discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual Editora, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In : FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística : II Princípios de análise**. São Paulo : Contexto, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENVENISTE, Émilie. A linguagem e a experiência humana. In: Benveniste, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 68-80.
- BETRAND, Denis. **Caminhos de semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- BORON, Atilio A. Os duradouros ensinamentos da Comuna de Paris. **Revista: Lutas Sociais**, n. 25-26, 2011.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo : crítica da violência ética**. São Paulo : Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero : feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 2020.

- CAUQUELIN, Anne. **L'art du lieu commun**. Du bon usage de la doxa. Paris : Seuil, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachete, 1992.
- CHENUT, Helen Harden. L'esprit antiféministe et la campagne pour le suffrage en France, 1880-1914. **Cahiers du Genre**, vol. 52, n. 1, 2012, p. 51-73.
- COSSET, Charlotte; MALANDAIN, Gilles. André Léo journaliste. Engagement et témoignage (1866-1871). **Cahier d'histoire: Revue d'histoire critique**, n. 132, 2016, p. 139-154.
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Travail et citoyenneté: un enjeu sexué hier et aujourd'hui. **Cahiers du GEDISST (Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail)**, n. 16, 1996.
- DAUPHIN, Cécile et. Al. A História das Mulheres – Cultura e poder das mulheres : ensaio de historiografia. **Annales ESC**, n. 2, 1986, p. 271-293.
- DEVANCE, Louis. Femme, famille, travail et morale sexuelle dans l'idéologie de 1848. **Romantisme**, n. 13/14, 1976, p. 77-103.
- DISCINI, Norma. **O estilo nos textos : história em quadrinhos, mídia, literatura**. São Paulo : Contexto, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Nisia Floresta. Vida e Obra**. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- DUBY, Georges; FRAISSE, Genevieve; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 4v.
- DZEH-DJEN, Li. **La presse féministe en France de 1869 à 1914**. Paris : L. Rodstein, 1934.
- ENGELS, Frédérique. **L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État**. Paris : Georges Carré, 1893.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo : Elefante, 2017.
- FIORIN, José Luiz. A noção de texto em semiótica. **Organon**, v.9, 1995, p. 163-73.
- FIORIN, José Luiz. Sendas e Veredas da Semiótica Narrativa e Discursiva. **DELTA**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177-207, 1999.
- FIORIN, José Luiz. O páthos do enunciatário. **Alfa**, v. 48, n. 2, 2004, p. 69-78.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.
- FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2016a.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016b.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

- FIORIN, José Luiz. DISCINI, Norma. O uso linguístico: a pragmática e o discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso**. São Paulo: Contexto, 2019.
- FORGET, Evelyn. Saint-Simonian Feminism. **Feminist Economics**, v. 7, n. 1, 2001, p. 79-96.
- GIRARDET, Raoul. Pour une introduction à l'histoire du nationalisme français. **Revue française de science politique**, n. 3, 1958, p. 505-528.
- GODINEAU, Dominique. Femmes en citoyenneté. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 300, 1995, p. 197-207.
- GREIMAS, Algirdas Julius. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julius. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREIMAS, Algirdas Julius. **Du sens II**. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julius. **Sobre o sentido II**. Tradução de Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Nankin/Edusp, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julius; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al.. São Paulo: Cultrix, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julius.; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma**. São Paulo: Ática, 1993.
- HERMAN, Thierry; JUFER, Nicole. « L'éditorial, vitrine idéologique du journal »?. **Semen** [Online], n. 13, 2001.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- HUFTON, Olwen H. **Women and the Limits of Citizenship in the French Revolution**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- JAUME, Lucien. Terminer la Révolution par le Code civil?. **Association française pour l'histoire de la Justice**, n. 19, 2009, p. 183 – 202.
- KLEJMAN, Laurence, ROCHEFORT, Florence. Le féminisme sous la troisième république: 1870-1914. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, n. 1, 1985. Histoire des femmes et du féminisme. p. 8-11
- KRISTEVA, Julia. **Beauvoir presente**. São Paulo : Sesc, 2019.
- LANDOWSKI, Eric. O olhar comprometido. In : *Galaxia*, n. 2, 2001, p. 19-56.
- LARA, Glaucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fricke. Um panorama da semiótica Greimasiana. **Alfa: Revista de Linguística**. v. 53, n. 2, dez. 2009a. p. 339-350.
- LARA, Glaucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fricke.. **Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009b.

- LÉO, Andre. La Femme et les moeurs. Liberté ou monarchie (1869). In: STUPAR-BIARNAIS, Monique. **Le Droit des femmes, 1869 : Monarchie ou liberté**. Tusson: Du Lérot, 1990.
- LOTTERIE, Florence. De la littérature comme une chose sérieuse : Chateaubriand, Madame de Staël et Napoléon. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, n° 3, 2000, p. 259-272.
- MARX, Karl. **Misère de la philosophie : réponse à la philosophie de la misère de M. Proudhon**. Paris : Marcel Giard, 1847.
- MARX, Karl. **Le Capital**. Paris : Maurice Lachatre, 1872.
- MARX, Karl. Notes sur le communisme et la propriété privée. **La revue marxiste**, n. 1, 1929, p. 6-28.
- MENDES, Amanta Colhado. Louise Michel e a Comuna de Paris (1871). **História Revista**, v. 16, 2011, p. 69-90.
- MICHEL, Andrée. **Que sais-je : Le féminisme**. Paris: Presse Universitaire de France, 1979.
- MICHELET, Jules. **Histoire de la France au dix-septième siècle**. Paris: Chamerot, 1858.
- MOSES, Claire Goldberg. **French Feminism in the Nineteenth Century**. New York : State of University of New York Press, 1984.
- MOSES, Claire Goldberg. Debating the Present. Writing the past : 'Feminism ». In : French history and historiography. **Radical History**, n° 52, 1992.
- NORA, Pierre. Retour au XIX° siècle. In: MITTERAND, H., LECHERBONNIER, B., RINCÉ. D. **Litterature : textes et documents**. Paris: Nathan, 1986. cap. 1, p. 3-6.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995, p. 9-28
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.
- PILBEAM, Pamela. **French Socialists Before Marx: workers, women and the social question in France**. Teddington : Acumen, 2000.
- PRIMI, Alice. André Léo, une voix critique de la démocratie française à la fin du second Empire **Histoire et Sociétés, Revue européenne d'Histoire Sociale**, n° 12, 2004, p. 104-120

- PRIMI, Alice. « Être fille de son siècle »: L'engagement politique des femmes dans l'espace public em France et em Allemagne de 1848 à 1870. 2006. Tese (Doutorado em História) – História, Literatura e Sociedade, Universidade Paris 8, Paris, 2006.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **De la justice dans la révolution et dans l'église : nouveaux principes de philosophie pratique**. Paris : Garnier frères, 1858.
- RANVIER, Adrien. Une féministe de 1848 : Jeanne Deroin. **Bulletin de la Société d'histoire de la Révolution de 1848**, n° 26, 1908, p. 480-498.
- RÉGNIER, Philippe. Du côté de chez Saint Simon : question raciale, question sociale et question religieuse. **Romantisme**, n° 130, 2005, p. 23-37.
- RODRIGUES, Hermano de França. Semiótica e Enunciação : considerações teóricas. **Revista Investigações**, vol. 27, n° 2, 2014.
- ROSENTAL, Paul-André. Pratiques successorales et fécondité : l'effet du Code Civil. **Économie & prévision**, n° 100-101, 1991, p. 231-238.
- SALHANI, Jorge ; SANTOS, Heloísa dos ; CABRAL, Raquel. “Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz”. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n° 3, e61625, 2020.
- SCHULKIND, Eugene W. Le rôle des femmes dans la Commune de 1871. 1848. **Revue des révolutions contemporaines**, n° 185, 1950, p. 15-29.
- SCHWARTZ, Jorge (org.) **Borges babilônico: Uma enciclopédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal : as feministas francesas e os direitos dos homens**. Tradução Élvio Antônio Funck. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, v. 13, n° 1, 2005.
- STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero : o papel da analogia na ciência. In : HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.
- TAÏEB, Édith. Le politique et le domestique : l'argumentation d'Hubertine Auclert sous la Troisième République. **Mots. Les langages du politique**, n° 78, 2005.
- TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In : FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística : 1. Objetos teóricos**. São Paulo : Contexto, 2019.
- TEIXEIRA, Lucia. Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos. **Nitéroi**, v. 1, n° 16, 2004, p. 229-242.
- TEIXEIRA, Lucia. Para uma metodologia de análise de textos verbovisuais. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lucia (org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

- THÉRENTY, Marie-Ève. **La littérature au quotidien : poétiques journalistiques au XIXe siècle**. Paris : Seuil, 2007.
- TRISTAN, Flora. **Pérégrinations d'une paria**. Paris : Arthus Bertrand, 1838.
- TRISTAN, Flora. **Promenades dans Londres**. Paris : H. L. Delloye, 1840.
- TRISTAN, Flora. **L'union ouvrière**. Paris : Prévot, 1843.
- VEAUVY, Christiane. As proletárias saint-simonianas e sua herança. Entre ocultação e (re)descoberta de seus itinerários e escritos. **Ilha : Revista de Antropologia**, v. 19, nº 1, 2017.
- VINTEUIL, Frédérique. Marxisme et féminisme. **Critique Communiste**, nº hors de série, 1983.
- VOYENNE, Bernard. Les journalistes. **Revue française de science politique**, nº 4, 1959, p. 901-934.
- WITTIG, Monique. The Mark of Gender. **Feminist Issues**, nº 5, 1985. Tradução : Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução Ivania Pocinho Mota. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo : Círculo do livro, 1929.
- XAVIER, Martin. Fonction paternelle et Code Napoléon. **Annales historiques de la Révolution française**, nº 305, 1996, p. 465-475.
- ZÉVAÈS, Alexandre. Une candidature féministe. **La Révolution de 1849 et les révolutions du XIXe siècle**, nº 138, 1931, p. 127-134.
- ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Femmes sans droit / Droits des femmes au XIXe siècle. Les femmes face à la citoyenneté. **Cahiers du GEDISST**, nº 6, 1993, p. 11-27.

ANEXOS

Anexo I

La Citoyenne – Links de acesso:

Nº 1: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1881-02-13/v0001.simple.selectedTab=thumbnail>

Nº 2: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1881-02-20/v0001.simple.selectedTab=thumbnail>

Nº 3: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1881-02-27/v0001.simple.selectedTab=thumbnail>

Nº 4: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1881-03-06/v0001.simple.selectedTab=thumbnail>

Nº 5: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1881-03-13/v0001.simple.selectedTab=thumbnail.hidesidebar>

Anexo II

La Fronde – Links de acesso:

Nº 1: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6703120x>

Nº 2: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6703121b>

Nº 3: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6703122r>

Nº 4: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k67031235>

Nº 5: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6703124k>